

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS

GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:

NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

2018



CADERNO DE RESUMOS



PPGER



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
ESTUDOS RURAIS

I Encontro de Estudos Rurais

Guimarães Rosa e o espaço social rural:
narrativas interdisciplinares descolonizadoras

Caderno de Resumos

1ª edição

Edneila Chaves
Marcos Vinícius Pacheco Pereira
(Organizadores)

Diamantina/MG
UFVJM
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Reitor: Prof. Dr. Gilciano Saraiva Nogueira

Vice Reitor: Prof. Dr. Claudio Eduardo Rodrigues

Diretor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades: Prof. Dr. Lúcio Moura

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos

Rurais: Prof^ª. Dr^ª. Edneila Chaves

Comissão Organizadora do Evento

Coordenação

Prof^ª. Dr^ª. Edneila Chaves

Secretaria

Andréia Eunice Alecrim

Docentes

Prof^ª. Dr^ª Aline Weber Sulzbacher

Prof. Dr. Daniel Ferreira da Silva

Prof. Dr. Diego Azevedo Mota

Prof^ª. Dr^ª Ivana Cristina Lovo

Prof^ª Dr^ª Josélia Barroso Queiroz Lima

Prof^ª. Dr^ª Juliana Helena Gomes Leal

Prof. Dr. Marcos Lobato Martins

Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho

Prof^ª. Dr^ª Rosana Passos Cambraia

Prof. Dr. Thiago Vasconcelos Melo

Discentes / Mestres

Hulié Gonçalves Andrade

Tamires Lopes Pereira

Franciele Aparecida Santos

Tulio Henrique Pinheiro

Natália Faria De Moura

Alessandra Calvão

Mayan Maharishi Amâncio

Marcos Vinícius Pacheco

Paulo Henrique Lacerda Gonzaga

Yuri Augusto Russo Gonçalves Pinto

Amanda Ottoni Cavalcante

Ângela Santos

Bárbara Lopes

Erica Moraes

Jackeline Canuto Mendes

Keyla Karla Fernandes Ferreira

Kleitton Luiz Carvalho

Maycon De Souza Ferreira



Wellington Aguilar de Santana
Thassio Ferraz

Comissão Científica

Prof^ª. Dr^ª Edneila Chaves
Prof^ª. Dr^ª Josélia Barroso Queiroz Lima
Prof. Dr. Marcos Lobato Martins
Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho
Prof. Claudenir Fávero
Prof^ª. Dr^ª Silvia Regina Paes

Local do Evento

Campus JK – UFVJM
Rod. MGT 367, 5000 - Alto da Jacuba,
Diamantina/MG

Órgão Promotor

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais
PPGER /UFVJM

Financiamento

UFVJM

Apoio

CAPES



FICHA CATALOGRÁFICA



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
PROGRAMAÇÃO GERAL.....	8
SESSÕES DE COMUNICAÇÃO	10
PROGRAMAÇÃO DETALHADA – MESAS DE DEBATES.....	21
MESA DE DEBATES I.....	21
MESA DE DEBATES II	23
MESA DE DEBATES III.....	28
RESUMOS DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES.....	29
LINHA 1: SOCIEDADE E CULTURA NO MUNDO RURAL.....	30
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO I.....	30
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO II.....	35
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO VI.....	42
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO IX	47
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO X	55
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XIII	65
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XIV	72
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XVIII	80
LINHA 2: CONFIGURAÇÃO DO RURAL, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE.....	86
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO III	86
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO IV	94
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO V	100
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO VII.....	106
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO VIII	111
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XII.....	119
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XV	126
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XVI.....	133
SESSÃO DE COMUNICAÇÃO XVII.....	140



APRESENTAÇÃO

O Encontro de Estudos Rurais é um evento de caráter científico e acadêmico do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O evento tem a sua 1ª edição em 2018 e será realizado entre os dias 27 e 30 novembro de 2018, no *Campus JK*, em Diamantina/MG. A temática privilegiada é Guimarães Rosa e o espaço social rural em abordagem para narrativas interdisciplinares descolonizadoras, quais sejam: narrativas sociais, históricas, geográficas, literárias, linguísticas e mitológicas.

O nome Guimarães Rosa foi escolhido para intitular o evento pela relevância de sua obra em valorizar grupos sociais do espaço rural, ao registrar modos de vida, saberes, forma de violências, de enfretamento e de resistência. Há o reconhecimento pelo autor de valores imprescindíveis à consolidação de uma sociedade democrática, na qual se promova a justiça social e a valorização dos saberes culturais e haja o respeito à diversidade social em suas múltiplas manifestações. A linguagem em seus escritos retrata a vida e o cuidado com a própria existência, em perspectiva de crítica social. Para o autor,

“A linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho de sua personalidade não vive; e como a vida é uma corrente contínua, a linguagem também deve evoluir constantemente. Isto significa que como escritor devo prestar contas de cada palavra e considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas. João Guimarães Rosa” (ROSA, João Guimarães. Entrevista a Günter Lorenz - "Dialogo com Guimarães Rosa". Gênova, 1965).

As narrativas interdisciplinares descolonizadoras, em debates no evento, visam romper com “as montanhas de cinza”, de modo a dar visibilidade a idiomas, saberes, fazeres e a própria vida do espaço rural e em diálogo com outros espaços sociais. Em tempos de discursos hegemônicos e do reducionismo discursivo, o debate sobre o rural pelo viés Guimarães Rosa, é, sobretudo, um ato político e contra hegemônico. Assim, visa-se promover reflexões em referência ao homem público Rosa, que assumiu a defesa do povo e da cultura brasileira.

Nesses termos, o objetivo geral do I Encontro de Estudos Rurais é promover atividades científicas, de ensino e de extensão, em perspectiva interdisciplinar, no campo de Estudos rurais. Objetiva-se especificamente: promover reflexão crítica sobre o espaço social rural, de viés transversal a leituras sobre a obra de Guimarães Rosa e em diálogo com outros espaços sociais; promover o diálogo entre diferentes formas de linguagens que expressam saberes sobre o rural; oferecer a docentes e a discentes de cursos pós-graduação e de graduação formação complementar qualificada e em perspectiva interdisciplinar; proporcionar a difusão de pesquisas, de estudos e de práticas no campo de Estudos rurais; promover diálogo com representações sociais regionais em âmbito da ação de inserção social do Programa; promover a popularização do conhecimento científico; promover discussões e ações em âmbito de políticas públicas. As atividades do IEER para o alcance desses objetivos propostos são mesas de debates, sessões de comunicação, atividades de campo e atividades culturais.



Dentre as ações de inserção social do Programa, com o evento, promove-se diálogo profícuo com representações sociais locais e regionais. Esse diálogo é proporcionado com a ocorrência conjunta do I Encontro de Estudos Rurais e do Fórum do Vale do Jequitinhonha, em integração das propostas e interlocução entre os proponentes e participantes de ambos os eventos. O Fórum do Vale é composto por organizações da sociedade civil e de movimentos populares do Vale do Jequitinhonha. Ele abrange as três microrregiões, baixo, médio e alto Jequitinhonha. A periodicidade desse evento é trimestral e têm-se os objetivos: debater e acompanhar as políticas públicas de cunho social; fomentar o debate e construir ações de enfrentamento aos megaempreendimentos e demais projetos de cunho capitalista, que expropriam os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade; promover o intercâmbio de experiências e propor estratégias para a convivência social e democrática na região do semiárido.

Quanto ao IEER, ele é de abrangência local e seus públicos-alvo são docentes e discentes da pós-graduação e da graduação, bem como membros e representantes de segmentos e de instituições da sociedade civil. O evento conta com 276 participantes inscritos da UFVJM, de outras instituições federais de ensino superior em nível regional e nacional, de instituição de ensino superior particular, de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como de instituições da sociedade civil.

Com o Caderno de Resumos, oferece-se aos participantes do IEER suporte com informações sobre a programação geral, a programação detalhada e resumos de trabalhos. As mesas de debates foram propostas pela comissão do Evento, com a participação de pesquisadores e de representantes do Fórum do Vale do Jequitinhonha. Os assuntos das mesas contemplam o tema do evento e temas transversais. Já as sessões de comunicação foram organizadas a partir da proposição de trabalhos dos participantes inscritos, em um total de 85 autores e 72 trabalhos. Ambas as atividades, mesas e sessões de comunicação, estão em coerência com os objetivos propostos.

Logo, a relevância da realização do evento se circunscreve nas suas linhas de atuação em âmbito científico, de formação; de inserção social; de popularização do conhecimento científico; da promoção do debate sobre políticas públicas.

Dentre os resultados, espera-se que o I Encontro de Estudos Rurais promova: debates sobre temas, problemas, proposições das sociedades rurais, em perspectiva de narrativas interdisciplinares críticas; intercâmbio e difusão de pesquisas e de estudos científicos; formação complementar qualificada direcionada a docentes e discentes; diálogo da do PPGER e da UFVJM com a sociedade em caráter de inserção social; debates sobre políticas públicas; difusão do conhecimento científico e em diálogo com diferentes conhecimentos, saberes e linguagens. Por fim, espera-se que o evento se constitua como espaço para debates, em perspectiva crítica e de transformação social.

Profª Drª Edneila Chaves

Profª Drª Josélia Queiroz Lima

*P/Comissão do Evento
PPGER-UFVJM*

Diamantina, novembro de 2018



Programação geral

I Encontro de Estudos Rurais - PPGER & Fórum de Organizações e de Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha / 2018

Data/Hora	27.11 Terça-feira	28.11 Quarta-feira	29.11 Quinta-feira	30.11 Sexta-feira
08h-12h		Atividades de campo - IEER <u>Manhã - Cordisburgo</u> 1) Museu Casa Guimarães Rosa	Atividades do Fórum de Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	Mesa de comemoração aos 20 anos de Educação do Campo: por uma escola pública e popular (Fórum de Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)
14h-18h	Credenciamento – IEER	- visita guiada, participação do Grupo Miguilim	Credenciamento - IEER	-
Local	Centro de Estudos em Humanidades CEH / FIIH – Campus JK	2) Caminhada temática Grande sertão Veredas, com o Grupo Caminhos do Sertão	Centro de Estudos em Humanidades	-
Instalação	Espaço 3x3 <i>Por Marcelo Brant e quem vier</i>		Instalação pedagógica do Vale do Jequitinhonha	Instalação pedagógica do Vale do Jequitinhonha
14-18h	Sessões de comunicações – IEER		Sessões de comunicações - IEER	Sessões de comunicações - IEER
Local	Centro de Estudos em Humanidades		Centro de Estudos em Humanidades	Centro de Estudos em Humanidades
18h- 18h50	Intervalo	<u>Tarde Curvelo</u> 3) Literatura roseana, cultura e território sertanejo	Intervalo RURAL - Déa Trancoso convida Daniela Passos	Intervalo Grupo de Dança Afro Bantos do Baú
Local	Centro de Estudos em Humanidades	- visita à cooperativa Dedo de Gente (jovens artesãos)		



19h- 23h	<p>Abertura do IEER</p> <p><i>A Menina de Lá</i> (conto inspirado na obra de João Guimarães Rosa)</p> <p>Diêgo Alves</p> <p>Mesa de debates I: Grande Sertão Veredas: narrativas críticas interdisciplinares</p> <p><i>Riobaldo Tatarana e os conflitos políticos sertanejos (1896-1930)</i> Luís Santiago (Unimontes)</p> <p><i>“Meu tio, o Iauareté”: O pensamento mítico/xamânico em Guimarães Rosa</i> Marivaldo de Carvalho (UFVJM)</p> <p><i>O Vale do Jequitinhonha, o sertão e o infinito como utopia do possível</i> Mateus Servilha (UFMG)</p>	<p>Confraternização – IEER</p> <p><i>Palco aberto</i> Butiquim da Quitanda – Rua da Quitanta, 34 – Diamantina</p> <p><i>Todos estão convidados!</i></p>	<p>Mesa de debates II: O espaço social rural entre a tradição e a mudança</p> <p><i>O rural, questão agrária e mineração</i> Ricardo Jr. Fernandes Gonçalves (UFG)</p> <p><i>Território, água e semente da gente - semiárido mineiro</i> Reginaldo Antônio de Matos (Comunidade Quilombola Paraguai Felisburgo/ Fórum de Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)</p> <p><i>O viés médico na literatura de Guimarães Rosa</i> Eugênio Marcos Goulart (UFMG)</p>	<p>Mesa de debates III: O espaço social em narrativas literária, linguística e de gênero</p> <p><i>O universo rural na literatura de Guimarães Rosa</i> Telma Borges (Unimontes)</p> <p><i>A universalidade em Grande Sertão: veredas e noção de gramática universal</i> Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)</p> <p><i>As mulheres “no sertão de Rosa”</i> Cláudia Maia (Unimontes)</p> <p><i>Relações sociais de gênero na agricultura familiar - Vale do Jequitinhonha</i> Edvania Lopes Sodré Centro de Agric. Alternativa Vicente Nica (CAV/ Fórum de Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)</p>
Local	Centro de Estudos em Humanidades – auditório		Centro de Estudos em Humanidades – auditório	Centro de Estudos em Humanidades – auditório



Sessões de comunicação

Sessão de comunicação I					
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural					
Coordenação: ATANÁSIO MYKONIOS					
Data	Horário	Local	Título	Autores	
27/11	14h	Auditório do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	A contribuição das escolas famílias agrícolas na formação da identidade rural das juventudes camponesas	Natália Faria de Moura Ivana Cristina Lovo	
			Enfoc: modelo de educação popular voltada para o meio rural.	Erica Pinto de Moraes	
			Práticas de ensino e alternância: a experiência do curso de licenciatura em educação do campo da UFVJM	Kleiton Luiz Carvalho, Juliana Helena Gomes Leal	
			Política de assistência estudantil na UFVJM: um olhar para a licenciatura em educação do campo.	Adilceia Aparecida Pacheco Andrade, Helder de Moraes Pinto	
Sessão de comunicação II					
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural					
Coordenação: NÁDIA MARIA JORGE MEDEIROS SILVA					
Data	Horário	Local	Título	Autores	
27/11	14h	Sala de estudos do BHU Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	“Plantemos em alta escala” - a educação rural entre Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida Batista – histórias sobre Diamantina e região na primeira metade do século XX.	Claudiene dos Santos Oliveira Pereira Helder de Moraes Pinto	
			Uma mulher, um homem do campo e uma câmera: saberes e resistência em narrativas audiovisuais da educação do campo.	Ofelia Ortega Fraile Carlos Henrique Silva de Castro Luiz Henrique Magnani Mayan Maharishi Maria Natiele Soares Ramalho Pablo Bedmar Soria Girlene Barbosa da Silva	
			Nas sendas de uma pesquisa	Edmilson Borges da Silva	



Sessão de comunicação III				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: ALINE WEBER SULZBACHER				
Data	Horário	Local	Título	Autores
27/11	14h	Lab. Hist Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	Agricultura em Datas-MG: participação de agricultores familiares e não familiares na produção de culturas anuais, 2016 a 2017	Angela Aparecida Santos Alberes de Paulo de Jesus Hugo Moises Mesquita Costa Kamila Cristina Freitas Dayane Josiane Vieira Moisés Gonçalves de Melo Geralda de Jesus Carvalho Silva Ivana Pires de Sousa Baracho
			Agricultura familiar de Datas-MG: Comunidade Cunha, 2018	Angela Aparecida Santos Alberes de Paulo de Jesus Dayane Josiane Vieira Hugo Moises Mesquita Costa Kamila Cristina Freitas Ivana Pires de Sousa Baracho Geralda de Jesus Carvalho Silva Moisés Gonçalves de Melo
			Agricultura familiar de Datas-MG: especificidades das famílias agricultoras da comunidade Vargem do Basto, 2018.	Angela Aparecida Santos Alberes de Paulo de Jesus Dayane Josiane Vieira Kamila Cristina Freitas Geralda de Jesus Carvalho Silva Hugo Moises Mesquita Costa Moisés Gonçalves de Melo Ivana Pires de Sousa Baracho
			Agricultura familiar de Datas-MG: especificidades das famílias	Angela Aparecida Santos



			agricultoras das comunidade Cunha e Vargem do Basto, 2018.	Alberes de Paulo de Jesus Kamila Cristina Freitas Dayane Josiane Vieira Hugo Moises Mesquita Costa Geralda de Jesus Carvalho Silva Moisés Gonçalves de Melo Ivana Pires de Sousa Baracho
			Agricultura familiar e produção de alimentos: cenário agrícola de Datas-MG, ano a agrícola 2016/2017	Angela Aparecida Santos Alberes de Paulo de Jesus Kamila Cristina Freitas Dayane Josiane Vieira Hugo Moises Mesquita Costa Moisés Gonçalves de Melo Geralda de Jesus Carvalho Silva Ivana Pires de Sousa Baracho



Sessão de comunicação IV				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: Claudenir Fávero				
Data	Horário	Local	Título	Autores
27/11	16h	LapHist Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	Agricultura familiar e política pública: o programa Brasil Sem Miséria em Japonvar-MG (2014-2018)	Angela Aparecida Santos Edneila Rodrigues Chaves
			Agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha: análise da produção agropecuária e do acesso às políticas públicas para o município de Almenara/MG (2006-2018)	Marcos Vinícius Pacheco Pereira Edneila Rodrigues Chaves
			Como “o campo” está online? Influências da política pública “Alfenas Digital” na inclusão de sujeitos rurais	Tamires Lopes Pereira
			Políticas públicas para agricultura familiar: um estudo de caso da comunidade quilombola de raiz no município de Presidente Kubitschek, MG	Maycon de Souza Ferreira

Sessão de comunicação V				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: Daniel Ferreira da Silva				
Data	Horário	Local	Título	Autores
27/11	16h	Sala de estudos do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Agricultura e política pública: O programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (Brasil, 1990-2010).	Angela Aparecida Santos Edneila Rodrigues Chaves
			A compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar através do PNAE no município de Ladainha MG.	Mariane Rodrigues Silva Nadja Maria Gomes Murta
			O programa nacional de alimentação escolar e a promoção da segurança alimentar.	Mariane Rodrigues Silva Nadja Maria Gomes Murta
			Política pública, agricultura familiar e segurança alimentar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Diamantina/MG (2017-2018).	Fernanda Daniele de Oliveira Rocha Edneila Chaves



Sessão de comunicação VI				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: NADJA MARIA GOMES MURTA				
Data	Horário	Local	Título	Autores
27/11	16h	Auditório do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Histórias do seu José Antônio: a representação do mundo rural no conto popular do Serro.	Valdinei Pedro Sales Vieira
			O mastro é o centro do mundo: a cosmologia de João do Lino Mar, Capitão do Terno de Catopês Nossa Senhora do Rosário de Bocaiúva, Minas Gerais.	Alcidéia Margareth Rocha Trancoso
			O festival garimpando sabores e a reconstrução dos saberes e fazeres culinários de comunidades rurais em Diamantina/MG.	Luciana Teixeira Silva Silvia Regina Paes
			O resgate cultural no distrito rural Desembargador Otoni - Diamantina- MG.	Thassio Ferraz Tavares Roque Mariana Santos Miranda

Sessão de comunicação VII				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: Claudenir Fávero				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	14h	Sala de estudos do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Implicações territoriais dos mega projetos de mineração em Goiás, Brasil.	Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
			Território da água, território da vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha	Clebson Souza de Almeida Aline Weber Sulzbacher
			Resistências camponesas frente à superexploração dos recursos naturais. Um estudo do Vale do Jequitinhonha – MG.	Mariane Rodrigues Silva
			O impacto social e econômico das relações de trabalho e valorização profissional no meio rural do Alto Jequitinhonha	Franciele Aparecida Santos



Sessão de comunicação VIII				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: Daniel Ferreira da Silva				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	14h	Lab. História Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	A atuação da EMATER/MG na microrregião de Guanhães/MG: desafios e potencialidades	Anselmo de Paula Carvalho
			Curso técnico em agropecuária-EAD Datas-MG: diálogo entre agricultores familiares e discentes (2016-2018)	Angela Aparecida Santos Ivana Sousa Baracho
			Modelos de desenvolvimento propostos para o município de Grão Mogol/MG	Vinicius Paulino Fidelis
			Energia elétrica como contribuição para acesso ao direito humano de moradia digna no Vale do Jequitinhonha.	Gessica Steffens Aline Weber Sulzbacher
			Sindicalismo rural, trabalhadores e representação de interesses no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina-MG (1971-2018)	Túlio Henrique Pinheiro Edneila Rodrigues Chaves
Sessão de comunicação IX				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: ALCIDÉIA MARGARETH ROCHA TRANCOSO				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	14h	Auditório do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	O protagonismo feminino no cooperativismo e no associativismo rural como propulsor de desenvolvimento local	Luana Silva Simões
			Gênero e agricultura: representatividade da mulher no espaço rural.	Dayane Josiane Vieira Angela Aparecida Santos Kamila Cristina Freitas Ivana Pires de Sousa Baracho Mayara Poliana Peixoto Silva
			Festivale e o encontro de mulheres na luta.	Aline Weber Sulzbacher Joselia Barroso Queiroz Lima Claudilene da Costa Ramalho Regiane Aparecida Farias Ferreira Jean Gabriel
			Mulheres rurais: a busca por direitos sociais e de igualdade.	Geraldo Lucas Lopes Ferreira



Sessão de comunicação X				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: SILVIA REGINA PAES				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	16h	Auditório do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Tarifa social e geração distribuída no espaço rural: direito de todos(as)?	Luana Silva Simões Francine Damasceno Pinheiro
			Entre representações sociais e trocas: a feira livre municipal de Capelinha/MG.	Keyla Karla Fernandes Ferreira
			O batuque como ferramenta de resistência territorial e identitária quilombola: Estudo de Caso Comunidade Quilombola Baú.	Paulo Henrique Lacerda Gonzaga Silvia Regina Paes.
			Monólogo do conhecimento ou diálogos intepistêmicos.	Amanda Ottoni Cavalcante
			Um olhar interdisciplinar sobre o ensino e aprendizagem de inglês no contexto de uma escola do campo.	Luiz Otávio Costa Marques
Sessão de comunicação XI				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	16h	Sala de estudos do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Varição linguística e literatura: reflexões sobre a invenção da linguagem e a construção da identidade em Grande Sertão Veredas.	Taynara Ribeiro Pessoa
			Sertão...viagens... O mosaico Sertão Veredas-Peruaçu e os desafios do turismo no contexto da agrosociobiodiversidade sertaneja	Hebert Canela Salgado
			Riobaldo: um professor leigo nas veredas?	Helder de Moraes Pinto
			A terra que me par(t)iu- uma leitura do livro "essa terra" de Antonio Torres.	Daniela Soares



Sessão de comunicação XII				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: MARCOS LOBATO MARTINS				
Data	Horário	Local	Título	Autores
29/11	16h	Lab. História Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	Agroecologia, ciência, prática e movimento: o homem como sujeito	Angela Aparecida Santos Maycon de Souza Ferreira Moisés Gonçalves de Melo
			Camponês como agente inovador tecnológico	Hulie Gonçalves Andrade Claudenir Fávero
			Intercâmbios de conhecimentos e saberes agroecológicos no semiárido de Minas Gerais	Bárbara Letícia Lopes Ivana Cristina Lovo Claudenir Fávero
			Transição agrícola entre agricultores familiares da Comunidade Taboca em Unai/MG	Ianna Santana Souza

Sessão de comunicação XIII				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: ROSANA PASSOS CAMBRAIA				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	14h	Auditório do BHU Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Mobilização comunitária para transformação social, econômica e ambiental: um estudo de caso na comunidade rural de Extrema-Congonhas do Norte/MG	Alessandra Lopes Calvao Aline Weber Sulzbacher
			Dinâmicas expropriatórias e reapropriatórias em território quilombola e pesqueiro: notas introdutórias sobre uma comunidade tradicional revisitada a partir de um movimento social.	Rafael Pereira Santos Alan Faber do Nascimento Roberta Alves Silva
			Capoeira ancestral: descolonizar para preservar	Leandro Ribeiro Palhares Felipe Fernandes Nonato
			Capoeira ancestral: resgate de fundamentos x ideologia de mercado	Felipe Fernandes Nonato Leandro Ribeiro Palhares



Sessão de comunicação XIV				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: ALAN FABER DO NASCIMENTO				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	14h	Sala de estudos do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	O tradicional nas dinâmicas produtoras do lazer moderno: notas ensaísticas sobre a repressão (e as resistências) aos divertimentos populares.	Alan Faber do Nascimento
			As alterações no/do espaço em tabuleiro (Conceição do Mato Dentro MG): análise das consequências do turismo no modo de vida dos produtores locais.	Wellington Santana
			Gente, meio e grupo: o sistema alimentar e a constituição de relações de trabalho híbridas e laços de solidariedade e parentesco no uso e produção do espaço rural.	Vitor Dittz Nadja Murta
			Arquitetura vernácula rural: habitar e resistir.	Mayan Maharishi Marivaldo de Carvalho
Sessão de comunicação XV				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: MARCOS LOBATO MARTINS				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	14h	LapHist Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	A “natureza social” e os lavradores (a) da comunidade quilombola de Monte Alegre: As relações sociais marcadas no espaço natural	Roberta Alves Silva Rafael Pereira Santos
			Mulheres na construção da Agroecologia a partir de uma perspectiva feminista.	Jackeline Canuto Mendes, Claudenir Fávero
			O Protagonismo das Mulheres Agricultoras na Garantia da Segurança Alimentar	Wanessa Alves Pereira de Souza
			Perfil das famílias agricultoras do distrito de Extração/ Currálinho, Diamantina-MG	Kamila Cristina Freitas Angela Aparecida Santos Dayane Josiane Vieira Viviane Ferreira Alberes de Paulo de Jesus Murilo Miranda Gonzaga Hugo Moises Costa Ivana de Sousa Baracho



Sessão de comunicação XVI				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: CLAUDENIR FÁVERO				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	16h	Lab. História Centro de Estudos em Humanidades 2º piso	Análise dos agrotóxicos mais utilizados na microrregião Alto Uruguai: estudo de caso na Linha Anchieta – Três Arroios/RS	Giomar Luis Nhevinski
			Queda da mineração e incremento da agricultura em Datas-MG: participação de agricultores familiares e não familiares na produção de hortaliças, 2016 a 2017	Angela Aparecida Santos Alberes de Paulo de Jesus Dayane Josiane Vieira Kamila Cristina Freitas Hugo Moises Mesquita Costa Geralda de Jesus Carvalho Silva Moisés Gonçalves de Melo Ivana Pires de Sousa Baracho
			Relação da produção agrícola: Cereais e leguminosas do município de Diamantina em 2007	Kamila Cristina Freitas Angela Aparecida Santos Ivana Pires de Sousa Baracho Viviane Aparecida Ferreira Dayane Josiane Vieira Murilo Orlandi Miranda Gonzaga Adriele Maraline da Silva Hugo Moises Mesquita Costa
			Neo-rurais no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras e a ressignificação de paisagens culturais	Yuri Augusto Russo Gonçalves Pinto



Sessão de comunicação XVII				
Linha 2 – Configurações do rural, política e meio ambiente				
Coordenação: EDNEILA CHAVES				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	16h	Sala de estudos do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Socialismo andino ou capitalismo andino? A questão agrária pós Estado Plurinacional boliviano.	Larissa Dulce Moreira Antunes
			A economia da sempre-viva em meados do século XX: o extrativismo nos campos rupestres de Diamantina	Marcos Lobato Martins
			A justiça local no sertão: transgressão e tensões sociais no sertão do Rio Pardo-MG, século XIX	Edneila Rodrigues Chaves
			Uma família senhorial na Diamantina oitocentista: os negócios rurais e urbanos dos Gomes Ribeiro	Marcos Lobato Martins

Sessão de comunicação XVIII				
Linha 1 – Sociedade e cultura no mundo rural				
Coordenação: MAYAN MAHARISHI				
Data	Horário	Local	Título	Autores
30/11	16h	Auditório do BHu Centro de Estudos em Humanidades 1º piso	Cultura e saberes: Cuidados com a saúde em Senador Modestino Gonçalves - Minas Gerais	Polliane Rocha Da Cruz Moraes Alan Faber do Nascimento Silvia Regina Paes
			Cultura familiar no Alto Vale Do Jequitinhonha e os cuidados com a saúde.	Polliane Rocha Da Cruz Moraes Alan Faber do Nascimento
			(Des)diagnosticando a identidade trans: Reflexões acerca da CID-11	Gabriel Lohan de Paula e Silva
			Projeto Horta Cidadã – Semeando Conhecimento, Colhendo Vidas.	Thomaz Araújo Castro Josimar Rodrigues Oliveira.



Programação detalhada – Mesas de Debates

27/11 – 19h-22h30

Abertura do IEER

Edneila Chaves (UFVJM)
Coordenadora do PPGER

Mesa de debates I:

Grande Sertão Veredas: narrativas críticas interdisciplinares

Riobaldo Tatarana e os conflitos políticos sertanejos (1896-1930)

Luís Carlos Mendes Santiago (UNIMONTES)

Resumo

O *Grande sertão: veredas* é um romance joyciano, pois segue parâmetros estabelecidos pelo irlandês James Joyce para os seus dois últimos romances, *Ulisses* (passa-se em único dia, 16 de junho de 1904) e *Finnegans Wake* (fluxo de pensamento do narrador ao longo de uma noite de sono). Da mesma forma, o *Grande sertão* é uma longa narrativa contínua, em que o personagem central narra parte da sua vida. Poderia ser tudo verdade, trata-se, contudo, do discurso de um mentiroso incorrigível. O próprio nome do narrador, Riobaldo Tatarana contém o final em -rana, falso, reforçado tanto pelo nome do primeiro livro de Guimarães Rosa, *Sagarana* (saga falsa), quanto pelo título do conto “Meu tio Iauaretê”, também uma única narrativa, mas o final do nome do narrador, em -etê, verdadeiro, indica que é sincera. O primeiro nome Riobaldo, também aponta para uma interpretação similar, pois significa rio vão, rio inútil ou sem serventia. Mestre na arte da mentira, Riobaldo mistura realidades às suas ficções. A realidade verificável nas informações de cunho geográfico e histórico. Ao lado de chefes fictícios da jagunçada, Riobaldo menciona chefes históricos da região são-franciscana: Antônio Dó, Andalécio, Neco, João Duque, Rotílio Manduca, entre outros. Além de referências pontuais, a parte histórica do romance *Grande sertão* está concentrada num parágrafo, que começa com “Mas, mire e veja o senhor”. Ali são mencionadas duas invasões da cidade de São Francisco, em 1896 (“nas éras de 96”) e de 1917 (“nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá”), além da invasão de 1914, subentendida. Em 1914, sentindo-se prejudicado por perseguições partidárias, Antônio Dó invadiu a cidade e pediu uma indenização para sair. Enquanto o dinheiro era reunido, um destacamento da força estadual (ainda sem o nome de Polícia Militar) tentou atacar o grupo de Dó, mas foi emboscado e vários policiais foram mortos, inclusive o comandante. Dó e seu bando se refugiaram no povoado de Vargem Bonita, que é mencionado no mesmo parágrafo: “Antônio Dó eu conheci, certa vez, em Vargem Bonita, tinha uma feirinha lá”. Sem sair do parágrafo, Riobaldo menciona ainda o “barulhão” de Carinhanha, onde Antônio Dó enfrentou Rotílio Manduca (“Dele sozinho, o que se diz: umas duzentas mortes!”). Interpretações indicam que o personagem fictício Zé Bebelo também representa o coronel Rotílio. Um encontro com



Zé Bebelo no fim do romance pode ser esclarecido com essa leitura, pois Rotílio montou um dos famigerados Batalhões Patrióticos (1926), que perseguiram a Coluna Prestes. Dessa forma, fica fácil de entender como Zé Bebelo conseguiu para Riobaldo o perdão pelos crimes que tinha cometido. Embora seja uma personagem metafísica, a leitura histórica da narrativa de Riobaldo também ajuda a entender a figura de Diadorim, pois quando Rotílio montou o Batalhão Patriótico, levava consigo uma ajudante de ordens, que vestia farda e era confundida com homem.

***“Meu tio, o Iauareté”:
O pensamento mítico/xamânico em Guimarães Rosa***

Marivaldo de Carvalho (UFVJM)

Resumo

Como diria Carvalho (2015, p. 209), “A análise deste conto (Meu tio, o Iauareté), desvendando a sua mensagem anti-colonialista, já foi feita magistralmente por Walnice Nogueira Galvão (Mitológica Rosiana, 1939). Vale a pena ler. E acredito que era mesmo esta a mensagem de Guimarães Rosa ao escrever o conto. Creio também que ele conhecesse o suficiente de mitologia indígena para que, embutida no conto, ele nos desse também uma visão desta”. Neste sentido a fala na mesa redonda: Debate I Grande Sertão Veredas: narrativas críticas interdisciplinares, tem como objetivo demonstrar o olhar de Guimarães Rosa para o universo indígena, principalmente o universo mítico e religioso. No conto “Meu Tio Iauareté” Guimarães Rosa relata um diálogo, entre dois homens um de “for a” outro de “Dentro”, este, de “dentro” é um índio meio homem e meio onça, o caçador que se torna onça para repor com vidas humanas as vidas animais que tirou da natureza enquanto caçador, mas um caçador xamânico, pois se comunica com o mundo dos animais. A presença da onça transforma o conto numa leitura mítica do mundo sul Americano, pois a presença do jaguar mítico, do jaguar homem é um mito que permeia o mundo Tupi, assim como os Incas no Peru. Desta forma compreendemos que este conto de Guimarães Rosa nos oferece elementos para uma leitura anti-colonial e uma reflexão do mundo indígena pela literatura brasileira.

O Vale do Jequitinhonha, o sertão e o infinito como utopia do possível

Mateus Servilha (UFMG)



29/11 – 19h-22h30

Mesa de debates II:

O espaço social rural entre a tradição e a mudança

O rural, questão agrária e mineração

Ricardo Jr. Fernandes Gonçalves (UFG)

Resumo

A discussão sobre o espaço agrário, sua estrutura e seus conflitos não exige a reflexão sublinhada no papel da mineração e seus impactos nas configurações territoriais. Logo, as pesquisas mencionadas acima, somadas às investigações desenvolvidas por Gonçalves (2016), Zhouri (2018) e Losekann (2018), não deixam escapar a relação conflituosa entre a mineração e os demais usos e formas de organização dos territórios, questionam as estratégias de exploração do trabalho, a disputa e apropriação da terra, água, subsolo e áreas de florestas. E, como afirma Galeano (2013), “ocorre que quanto mais ricas são estes territórios, mais grave é a ameaça que pende sobre as vidas dos sujeitos que os habitam; a generosidade da natureza os condena à espoliação e ao crime”.

Sendo assim, a partir da centralidade do tema *O rural, questão agrária e mineração*, apresentamos resultados de pesquisas que sobre a relação conflituosa entre mineração, estratégias de apropriação dos bens comuns em territórios de populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas¹. São pesquisas desenvolvidas de maneira coletiva, no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF).

Para Zhouri e Laschefski (2010) “os processos que levam à multiplicação dos conflitos ambientais decorrem da consolidação da posição do país como exportador de espaço ambiental com a consequente reprodução e/ou ampliação das tensões sociais no campo e na cidade”. Assim, ao analisar os efeitos socioambientais da mineração sem ignorar os conflitos agrários consideram-se não somente os impactos degradantes dos ambientes físicos e das paisagens, mas, também a “pilhagem territorial” (Perpetua, 2010) de lugares habitados por diferentes sujeitos e suas manifestações culturais, o quadro de vida e do trabalho, onde se organizam e garantem a reprodução social da existência. Portanto, isso também remete à compreensão do território como base material e simbólica da vida humana. Conforme Escobar (2010) “no podemos ser sino tenemos el espacio para vivir de acuerdo a lo que pensamos y queremos como forma de vida.”

Por consequência, a proximidade entre o setor mineral e a questão agrária também expõe exemplos concretos da “incorrigível lógica do capital” (Mészáros, 2007) (Mészáros, 2007) e seus impactos na natureza, no trabalho e na vida de milhares de sujeitos em seus espaços de existência coletiva. Neste sentido, o caráter estrutural da “irracionalidade sistêmica do capital” (Mészáros, 2007) e de sua força deletéria imposta

¹ Parte dos resultados apresentados no resumo foram extraídos de pesquisa publicada na *Revista Okara: geografia em debate*, em parceria com os pesquisadores Bruno Milanez (UFJF) e Luiz Jardim Wanderley (UERJ).



sobre territórios e vidas humanas confrontadas por conflitos socioambientais, contaminação e devastação, causados por projetos da indústria extrativa mineral, pode ser exemplificado pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG), uma estrutura de rejeitos de mineração da Samarco (*joint-venture* da Vale e da BHP Billiton).

A lama que soterrou casas, quintais, roças e vidas ao longo da bacia do rio Doce e seus afluentes também arruinou a base de reprodução socioeconômica e cultural de povos tradicionais e trabalhadores, como os camponeses que viviam em áreas ribeirinhas, indígenas e pescadores nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Dessa forma, o desastre da Samarco/Vale/BHP ilustra elementos que compõem um rastro de destruição, dilapidação de territórios, violação de direitos humanos e agressão à dignidade das pessoas.

Desta maneira, percebe-se que os efeitos da mineração na organização do espaço agrário não se reduzem à mina e ao seu entorno, não possuem um caráter “cirúrgico”. No caso das ferrovias, a Estrada de Ferro dos Carajás (EFC) ilustra os danos causados ao meio ambiente e às populações que vivem nas áreas atravessadas por quase 900 quilômetros desta ferrovia. Centenas de vagões, carregados de minério e destruição, deixam rastros de pó de ferro, exaustão e acidentes em comunidades camponesas e quilombolas nos estados do Pará e Maranhão, situação frequentemente denunciada pela Rede Justiça nos Trilhos (2018). Além disso, destaca-se que a EFC foi também um vetor de penetração de guseiras que promoveram práticas de grilagem, trabalho escravo (Campos, 2007), desmatamento e destruição da floresta amazônica (Greenpeace, 2012). Como vem sendo demonstrado, a mineração toca profundamente as coisas da terra, a propriedade fundiária, as temporalidades do viver e o sentido dos lugares para as populações que os habitam. Mostra a força dos monopólios numa economia mundializada.

Por isso, é evidente a necessidade de inserir a leitura da mineração como parte essencial do debate do espaço agrário brasileiro. Ainda, é clara a indispensabilidade de pensar o Brasil a partir dos conflitos ocasionados por essa atividade seminal na história da formação econômica e social do seu espaço.

Dessa feita, o capital mineral representa a face da hegemonia econômica e política de um sistema que faz a pilhagem dos componentes minerais na mesma medida que esgota a saúde humana e constrói a desigualdade social como apanágio da monopolização do território e da vida.

Território, água e semente da gente - semiárido mineiro

Reginaldo Antônio de Matos

(Comunidade Quilombola Paraguai - Felisburgo /

Fórum de Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)



O viés médico na literatura de Guimarães Rosa

Eugênio Marcos Goulart (UFMG)

Resumo

MIOPIA

- Por que você aperta os olhos assim? Você não é limpo de vista? [...]

E o senhor tirava os óculos e punha-os em Miguilim, com todo o jeito.

- Olha agora!

Miguilim olhou. Nem não podia acreditar! Tudo era uma claridade, tudo novo e lindo e diferente, as coisas, as árvores, as caras das pessoas. Via os grãos de areia, a pele da terra, as pedrinhas menores, as formiguinhas passeando no chão de uma distância. E tonteava.

HANSENÍASE

O fazendeiro patrão não saía do quarto, nem recebia os visitantes, porque tinha uma erupção, umas feridas feias brotadas no rosto. Seria lepra? Lepra, mal-de-lázaro, devia de ser, encontrar-se um rico fazendeiro nesse estado não era raridade. Lamentava-se, a doença. O ar ali, era triste, guardado pesado.

HANSENÍASE

Digo ao senhor: ele tinha medo de estar com o mal-de-lázaro. Pai dele tinha adoecido disso, e os irmãos dele também, depois e depois, os que eram mais velhos. Lepra - mais não se diz: aí é que o homem lambe a maldição de castigo. Castigo, de quê? Disso é que decerto sucedia um ódio em Sô Candelário. Vivia em fogo de idéia. Lepra demora tempos, retardada no corpo, de repente é que se brota; em qualquer hora, aquilo podia variar de aparecer. Sô Candelário tinha um sestro: não esbarrava de arregaçar a camisa, espiar seus braços, a ponta do cotovelo, coçava a pele, de em sangue se arranhar. E carregava espelhinho na algibeira, nele furtava sempre uma olhada. Danado de tudo. A gente sabia que ele tomava certos remédios - acordava com o propor da aurora, o primeiro, bebia a triaga e saía para lavar o corpo, em poço, para a beira do córrego ia indo, nu, nu, feito perna de jaburu.

MALÁRIA

Mas ambos escutaram o mosquito a noite inteira. E o anofelino é o passarinho que canta mais bonito, na terra bonita onde mora a maleita.

[...] E uma a uma, aquelas [fêmeas de mosquito] já fartas de sangue, abrem recitativo, esvoaçantes, uma oitava mais baixo, em meia voz de descante, na orgia crepuscular.

TUBERCULOSE

Miguilim pergunta à Rosa: - “Rosa, que coisa é a gente ficar héctico?” - “Menino, fala nisso não. Héctico é tísico, essas doenças, derrói no bofe, pessoa vai minguando magra, não esbarra de tossir, chega cospe sangue...” Miguilim deserteia para a tulha, atontava.



VARIÓLA

Porque, eu era moço, restei sem pai e mãe, só entre os poucos mal perdoados estranhos, quando varejou minha terra a bexiga-preta, acabando com as pessoas e as palavras. De de-pressas lágrimas, me entendo.

OFIDISMO

São só estes vidrinhos, garrafinhas, do farmacêutico. Oi! Quebrou sem custo, na mão da gente, os caquinhos de vidro cortam, está dando sangue... Faz mal não. Ainda tem mais três, iguais. A gente joga na parede. Era só uma agüinha, só, espirrou longe...

PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS

- Às almas, meus irmãos! O fim do mundo, mesmo, já começou, por longes terras. E vem vindo... Olha os prazos! Vamos rezar, vamos esquentar, vamos ser! Bons jejuns... Alerta - às almas!...

[...] Refalava: "... No ermo onde fortifiquei meus dias de jejum maior, num recampo de gados, veio um anjo mandado, um anjo papudo e idiota - mais do que assim eu não mereci... Ele mesmo me confirmou e me disse do aspecto do fim grave. Me escutem!"

PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS

Para onde ia, no levar as mulheres, era para um lugar chamado Barbacena, longe. Para o pobre, os lugares são mais longe.

[...] A filha - a moça - tinha pegado a cantar, levantando os braços, a cantiga não vigorava certa, nem no tom, nem no se-dizer das palavras - o nenhum. A moça punha os olhos no alto, que nem os santos e os espantados, vinha enfeitada de disparates, num aspecto de admiração.

PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS

Virgínia, com o sofrer de muitas dores, tinha tido uma criança morta. Ela mesma permanecia igual a uma morta, em funda sonolência, na cama, no quarto, no escuro. Tão longe afundada, tão longemente, que os outros sentiam sua presença pela casa inteira, de um modo que os inquietava, pareciam mais humildes. Aquilo não era uma doença corporal, que desse apenas os graves cuidados. Era um quieto viajar, fazia outras distâncias, temia-se-lhe a estranhadez da loucura - era alguma coisa que ela aceitava. Trouxeram o médico, um moço de fora.

TÉTANO

Meu-deus-do-céu, e o Dito já estava mesmo quase bom, só que tornou outra vez a endefluxar, e de repente ele mais adoeceu muito, começou a chorar - estava sentindo dor nas costas e dor na cabeça tão forte, dizia que estavam enfiando um ferro na cabecinha dele. Tanto gemia e exclamava, enchia a casa de sofrimento.

FEBRE REUMÁTICA

Não é à toa, porém, que um cavaleiro, excluído das armas por causa de más válvulas e maus orifícios cardíacos, se extenua em raids tão penosos, na trilha da guerra sem perdão. Cassiano sentiu que, agora, ao menor esforço, nele montava a canseira. E, do meio-dia para a tarde, não podia mais ficar calçado, porque os tornozelos começavam a inchar.



SÍSTOLE

- Arreda, Francolim! deixa eu passar!

Mas um rebojo sinuoso separou-os todos. O córrego crispou uma sístole violenta. E ninguém pôde mais acertar o caminho.

FEBRIL, TROMBO, VEIA

Eu ando febril, repleto, com três livros prontos na cabeça, um enxame de personagens a pedirem pouso em papel. Estou apontado os lápis, para começar a tarefa. É coisa dura, e já me assusto, antes de por o pé no caminho penoso, que já conheço. Mas, que fazer? Depois de certo ponto, um livro tem que ser escrito, ou fica coagulado na gente, como um trombo numa veia [...]



30/11 – 19h-22h30min

Mesa de debates III:

O espaço social em narrativas literária, linguística e de gênero

O universo rural na literatura roseana

Telma Borges (Unimontes)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um breve panorama do universo rural roseano a partir da geografia humana que por ali transita, como os jagunços, as prostitutas, as crianças, os ciganos, os contadores de histórias e os marginais da razão.

A universalidade em Grande Sertão: veredas e noção de gramática universal

Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a sintaxe criada por Guimarães Rosa na sua obra-prima *Grande sertão: veredas*. Admite-se normalmente que sua linguagem utiliza volteios e estruturas provenientes de línguas estrangeiras, de certos dialetos falados do português do Brasil e de estágios históricos do português. Propomos que estes recursos são tão-somente elementos que incitam mecanismos da Gramática Universal, isto é, a entidade teórica proposta na teoria da Gramática Gerativa.

As mulheres “no sertão de Rosa”

Cláudia Maia (Unimontes)

Relações sociais de gênero na agricultura familiar – Vale do Jequitinhonha

Edvania Lopes Sodré (Centro de Agric. Alternativa Vicente Nica – CAV /
Fórum de Organiza es e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha)



RESUMOS DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES



LINHA 1: SOCIEDADE E CULTURA NO MUNDO RURAL

Sessão de comunicação I

A CONTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RURAL DAS JUVENTUDES CAMPONESAS

Natália Faria de Moura¹

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Ivana Cristina Lovo²

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: nataliafariamoura@gmail.com

Resumo

Esse trabalho foca na reflexão sobre a identidade rural das juventudes e a educação do campo realizada nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). As disciplinas Dinâmicas do Agrário na Sociedade Contemporânea, cursada na UFVJM, e Diálogos sobre o Trabalho, cursada na UFMG, além da vivência como monitora da EFA-Puris de Araponga-MG contribuíram para analisar a realidade das EFAs na formação da identidade rural do(a) jovem, proporcionando esse trabalho reflexivo que consistirá parte da dissertação do mestrado, onde essa proposta de pesquisa será desenvolvida mais profundamente. Desta forma, procurar-se-á aqui discutir através da metodologia de revisão literatura as seguintes perguntas: as EFAs contribuem para a formação de uma visão positiva sobre o campo? Quais são as estratégias pedagógicas investidas que fortalecem a identidade das juventudes camponesas? Nesse sentido, o objetivo desse artigo é identificar as estratégias pedagógicas empregadas pelas EFAs, e discutir as possibilidades que essas estratégias criam para influenciar a formação de uma representação positiva do modo de vida e dos valores culturais dos camponeses e a formação da identidade das juventudes camponesas. A identidade se constrói a partir da nossa relação com a realidade social, cultural, geográfica, familiar, dos conhecimentos que acumulamos e das experiências e práticas que vivenciamos junto de outros sujeitos que contribuem para estabelecermos nossas particularidades enquanto indivíduos frente a outros. Essa construção identitária inicia-se na adolescência e perdura até a entrada na vida adulta, no período compreendido como juventude. Por isso que a escola, junto de outros agentes heteroformativos, tem um papel fundamental na formação da identidade dos jovens, já que grande parte desse período de vida, um dos principais espaços de socialização e construção de conhecimentos se dá nesse ambiente. Entretanto, a formação da identidade dos jovens do campo foi marcada por um contexto histórico de desvalorização dos(as) camponeses(as) e de supervalorização do modo de vida urbano-industrial, que alicerçou a representação estereotipada dos povos do campo como atrasados e ignorantes. Tal estereótipo foi reproduzido nas escolas rurais e contribuiu



para um olhar negativo da juventude frente ao trabalho, ao espaço e a cultura camponesa. Essa realidade teve possibilidade de transformação a partir de uma nova proposta de educação, voltada para a valorização da realidade social e cultural da população rural, através das EFAs. Um dos pilares fundamentais que sustenta a formação pedagógica das EFAs é a Pedagogia da Alternância (PA). A PA propicia a articulação de tempos e espaços educativos, tendo o trabalho como princípio educativo para uma formação humana mais integral. Para tanto, essas escolas apresentam em sua base estrutural uma série de instrumentos pedagógicos que fundamentam sua proposta de ensino e a PA, tais como o Plano de Formação, os Temas Geradores, os Planos de Estudos, o Projeto Profissional do Jovem, etc. que visam trazer a realidade vivenciada pelos educandos para a escola. Portanto, a proposta pedagógica dessas escolas contribui para a formação de uma visão positiva sobre o campo e, para tanto, investem em estratégias pedagógicas que fortalecem a identidade rural dos(as) jovens camponeses(as), assim como fundamentam para o melhor entendimento sobre as disputas políticas e sociais sobre o campo, colaborando para sua permanência neste espaço.

Apoio: PRPPG-UFVJM.



ENFOC: MODELO DE EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADA PARA O MEIO RURAL

Érica Pinto de Moraes
Discente do Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: ericamoraesdireito@hotmail.com

Resumo: O presente estudo pretende analisar, de forma preliminar, a relevância da ENFOC – Escola Nacional de Formação da Contag, criada em 2006, a partir das deliberações realizadas no 9^a Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura – CONTAG, com perspectiva de formação militante para as bandeiras de luta sindical sejam disseminadas nas suas bases. A escola cumpre uma Política Nacional de Formação – PNF e dialoga com Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário PADRSS do MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que tem como foco contribuir estrategicamente para a dinamização e fortalecimento das organizações sindicais, para que os sujeitos políticos possam enfrentar o preconceito e a discriminação em relação aos povos do campo e da floresta. Entretanto há uma hipótese que existe uma deficiência e/ou dificuldade dos sindicatos em disseminar este material didático como instrumento de formação para trabalhadores e trabalhadoras. Preliminarmente fará uma abordagem informal da entidade sindical de Diamantina, situada no Vale do Jequitinhonha. A fim de preparar o ambiente para um futuro trabalho em conjunto que é parte do projeto de pesquisa do Mestrado em Estudos Rurais. Sabe-se que a Enfoc tem base pedagógica fundamentada pelas matrizes discursivas da educação popular: Teologia da Libertação, Freiriana, Marxista e Gramsciana, procura desenvolver metas através da formação político-sindical, que valorize e estimule o protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras na disputa por um projeto de sociedade. Em rede, os educadores promovem cursos que valorizam o jeito de ser local e processos de transformação social, política, econômica e cultural. Esta dinâmica se concretiza por meio de Itinerário Formativo na esfera nacional, estadual e microrregional, com várias temáticas para o desenvolvimento rural sustentável, formação social, história sindical, concepção e prática. Além qualificar o debate sobre questões de gênero, identidade, políticas públicas e inclusão social. Enfim a Escola tem o papel de desmistificar a rotulação preconceituosa do camponês e torna-lo sujeitos da própria história. Dito isso, através da produção do material didático-pedagógico publicado pela Enfoc, que o presente estudo pretende se alinhar como método de análise teórica. Logo em seguida, vislumbrar sob a ótica da teoria da educação não formal e do educador social proposta por Maria da Gloria Gohn, na qual o processo educativo praticado no interior dos movimentos sociais abre caminho para o debate com os atores sociais, que nesta pesquisa estão representados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais com a finalidade de mobiliza-los e fortalecê-los como sujeitos participantes do processo de formação de consciência de classe.



PRÁTICAS DE ENSINO E ALTERNÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFVJM

Kleitton Luiz Carvalho¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Juliana Helena Gomes Leal²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: kleitonluca@hotmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva descrever o processo de construção das Práticas de Ensino no Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Para tanto, vem sendo realizada pesquisa bibliográfica interdisciplinar, buscando discutir as Práticas de Ensino em Regime de Alternância na UFVJM. Foram escolhidos autores que defendem uma universidade pública, de qualidade e democrática, dentre eles: Paulo Freire (Educação), José Jorge de Carvalho (Antropologia) e Boaventura de Sousa Santos (Sociologia). Os sujeitos desta pesquisa são os estudantes provenientes de comunidades rurais, inseridos na LEC/UFVJM, Campus JK, em Diamantina-MG. O curso é ofertado de forma presencial, integral e estruturado em três eixos: Formação Básica, Formação Específica e Práticas Integradoras. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso (UFVJM, 2018), o Eixo das Práticas Integradoras perpassa todo o curso, abarcando os conteúdos desenvolvidos e a sua inserção na realidade comunitária e educacional do licenciando através das atividades de Tempo Comunidade (TC), Estágios, Atividades Acadêmico, Científico, Culturais e Práticas de Ensino. As Práticas de Ensino estão vinculadas, enquanto elemento curricular, ao Parecer CNE/CES Nº: 15/2005, sendo estabelecidas como "[...] o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência" (BRASIL, 2005, p.3). No plano concreto essas práticas apresentam traços de um projeto universitário abrangente e descolonizador, que estabelece as interações existentes entre a ciência moderna, e os saberes e conhecimentos tradicionais. Busca integrar uma ciência que participa do mundo, da vida e da história das pessoas, um saber científico que questiona, ouve, contempla, aproxima e caminha em direção ao acesso e a permanência (CARVALHO, 2017; SANTOS, 2010, FREIRE, 1996). Em 2018, optou-se por trabalhar a “Agroecologia” como tema transversal nos encontros de TC e Práticas de Ensino. No segundo semestre, o tema escolhido foi “Educação em alternância e contextualizada na Escola Pública do Campo”. Como resultado prático, pode-se evidenciar que o desenvolvimento das Práticas de Ensino, somam ao processo formativo dos estudantes do campo. Essas práticas servem de impulso para a materialização, pelos estudantes, de atividades ou projetos de retorno para as suas comunidades, sedimentando o importante papel de intervenção do professor no campo. A utilização dessa metodologia de trabalho, mostra que a LEC/UFVJM tem sido sensível à realidade dos estudantes, propondo em paralelo, questões que dialogam com os interesses e realidades desses atores. O curso tem



implantado ações profícuas pensadas para a realidade vivenciada pelo estudante tanto em sua comunidade, quanto no ambiente da universidade.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFVJM: UM OLHAR PARA A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Adilceia Aparecida Pacheco Andrade¹

Discente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-UFVJM)

Helder de Moraes Pinto²

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-UFVJM)

E-mail do autor principal: adilceia.pacheco@ufvjm.edu.br

Resumo

A educação superior, sobretudo a pública, cumpre um papel de relevância para o repertório sociocultural e econômico do indivíduo. Nos últimos anos, houve uma ampliação do acesso das camadas populares ao ensino superior brasileiro, visando à redução das desigualdades sociais. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), possibilitou a democratização do sistema educacional atendendo prioritariamente a uma população proveniente do vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas Gerais. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo investigar as contribuições da política de assistência estudantil para os estudantes do curso de licenciatura em Educação do Campo/UFVJM. Pretendemos responder se a assistência estudantil cumpre o papel de promover a equidade e viabilizar a igualdade de oportunidades. Como recorte temporal, definimos o período de 2013 a 2017. Para a coleta dos dados vem sendo realizada pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar a pesquisa. Futuramente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso, contemplados pela política de assistência estudantil da UFVJM. As reflexões até aqui empreendidas mostram que, são inúmeros os desafios enfrentados pelos estudantes da LEC/UFVJM para permanecerem na universidade. Desta forma, a assistência estudantil se apresenta como possibilidade de inclusão e suporte financeiro aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade social, fomentando a equidade social no âmbito formativo e auxiliando na construção de uma educação justa e transformadora.



Sessão de comunicação II

UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O ENSINO E APRENDIZAGEM DE INGLÊS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO

Luiz Otávio Costa Marques¹

Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo

E-mail do autor principal: luizocmarques@gmail.com

Resumo:

Esta comunicação visa apresentar uma pesquisa em andamento cujo objetivo é discutir e analisar o ensino e aprendizagem da língua inglesa em uma escola pública de ensino fundamental, localizada no Vale do Jequitinhonha - MG. A investigação justifica-se pelo fato de existirem poucos estudos qualitativos sobre o ensino e aprendizagem de inglês nas escolas públicas que atendem às populações do campo no Brasil. No que se refere à metodologia, o estudo, de natureza exploratória, recorre à pesquisa etnográfica qualitativa, objetivando uma reflexão mais aprofundada sobre o tema focalizado. A fim de subsidiar a discussão proposta, são utilizados, sob uma perspectiva interdisciplinar, estudos sobre Educação do Campo (CALDART, 2009; FREITAS, 2011; MOLINA & FREITAS, 2011); Novos Letramentos (LANKSHEAR & KNOBEL, 2003; GEE, 2004), Multiletramentos (KRESS, 2003; COPE & KALANTZIS, 2000, 2015), Letramento Crítico (LUKE & FREEBODY, 1997; CERVETTI et al, 2001) e suas ressignificações no contexto brasileiro (MENEZES DE SOUZA, 2011; MONTE MÓR, 2015, 2016; DUBOC, 2012, 2015; TAKAKI, 2016). Por meio da análise preliminar dos dados gerados, observa-se que os estudantes da escola do campo têm uma visão positiva sobre a língua inglesa e o ensino e aprendizagem dessa língua. Além disso, constata-se que o referencial teórico utilizado neste trabalho pode apresentar contribuições relevantes para o ensino de língua estrangeira no meio rural. Assim, espera-se que esta pesquisa possa subsidiar a reconfiguração de políticas públicas educacionais, referentes ao ensino de língua estrangeira no campo e à formação inicial e continuada de professores de línguas que atuam ou atuarão nesse contexto.

Apoio: O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



“PLANTEMOS EM ALTA ESCALA” - A EDUCAÇÃO RURAL ENTRE DOM JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA E DOM JOSÉ NEWTON DE ALMEIDA BATISTA – HISTÓRIAS SOBRE DIAMANTINA E REGIÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX”

Helder de Moraes Pinto¹

Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade Interdisciplinar de Humanidades (LEC/FIH/UFVJM).

Claudiene dos Santos Oliveira Pereira²

Discente do curso de Bacharelado em Humanidades (FIH-UFVJM)

E-mail do autor principal: pintohmp@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo geral desse projeto de pesquisa foi realizar uma análise do programa de escola e educação rural para Diamantina e região de Minas Gerais, na primeira metade do século XX, editado pelos bispos Dom Joaquim Silvério de Sousa (1902-1933) e Dom José Newton de Almeida Batista (1954-1960). Evidências documentais indicam que tais personagens se envolveram com questões rurais em razão do êxodo rural que consequentemente, produzia uma massa empobrecida de pessoas vulneráveis à ideologia comunista que, a ocasião, se expandia pelo Brasil. Nessa perspectiva, procurou-se identificar/analisar as teorias/discursos/representações dos bispos sobre educação rural na região e as iniciativas semelhantes no Brasil, bem como examinar as materialidades educacionais construídas para o meio rural por estes bispos, como os cursos e os edifícios. Além disso, estabeleceram-se outros objetivos específicos como apontar relações diacrônico-convergentes/convergentes/divergentes entre as visões dos dois episcopos, compreender a relevância dos progressos e produtos suscitados por eles para a edificação de uma escola rural mais procedimental, técnica, racional e ‘profissionalizante’, e analisar as afinidades/divergências entre as propostas de educação rural defendida pelos bispos, frente às políticas públicas educacionais da época. Para isso, realizou-se uma pesquisa histórica fundada em investigações empíricas na Biblioteca Antônio Torres, Biblioteca do Seminário Arquidiocesano, Arquivo da Cúria Arquidiocesana. Assim, foi executado um levantamento documental onde analisaramos os jornais Pão de Santo Antonio, Voz de Diamantina e A Estrela Pollar, folha oficial da Diocese naquele período. Além disso, houve a pesquisa bibliográfica.

A partir da análise documental, descobriu-se que além de objetivarem conter o êxodo rural que emergia, por meio da formação de educadores para o ensino de camponeses, os bispos e a comunidade católica em geral visavam o desenvolvimento social e econômico de Diamantina e região e estabelecer uma ação para além de educativa: uma doutrinação moral, sobretudo anticomunista. Esse conteúdo anticomunista inicialmente pôde ser observado em onze jornais da imprensa católica, cujo número aumentou ao longo do desenvolvimento da pesquisa, junto a uma “propaganda conjugada” que ia contra ideologias/religiões contrárias a Igreja. A Igreja Católica promoveu também uma renovação das formas de produção a partir do século XIX, tendo patrocinado a implantação da Fábrica do Biribiri em Diamantina-MG e da indústria de vinhos. Portanto, através disso indaga-se que na imaginação do clérigo, a



industrialização poderia ser o caminho inverso ao da pobreza e da fome, assim como a educação rural também o poderia ser.



UMA MULHER, UM HOMEM DO CAMPO E UMA CÂMERA: SABERES E RESISTÊNCIA EM NARRATIVAS AUDIOVISUAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ofelia Ortega Fraile¹

Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FIH-UFVJM)

L. Henrique Magnani²

Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FIH-UFVJM)

Mayan Maharishi³

Pesquisadora (UFVJM)

Maria Natyele Soares Ramalho⁴

Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FIH-UFVJM)

Pablo Bedmar Soria⁵

Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FIH-UFVJM)

Girlene Barbosa⁶

Discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo (FIH-UFVJM)

E-mail do autor principal: ofelia.ortega.fraile@gmail.com

Resumo

Nas origens do documentário como gênero audiovisual, encontra-se um filme que marcou e revolucionou profundamente o cinema em 1929. Um homem com uma câmera, do cineasta soviético Dziga Vertov, conta com narrativas audiovisuais criadas a partir do olhar singular da realidade cotidiana da época, marcada pela modernidade no contexto urbano. O filme não busca a criação ficcional, mas trazer uma narrativa de uma realidade, mostrando como ela é ressignificada a partir do olhar do cineasta como seu coautor. Como estratégia, o filme não conta com atores, apenas com pessoas reais; não conta com cenários, só com o ambiente cotidiano. Adicionalmente, o filme abre a caixa preta da tecnologia cinematográfica e vai desvendando a mágica do cinema na medida em que traz o próprio diretor filmando, mostrando de forma descarada a relação entre a poesia audiovisual e a tecnologia, a autoria e o olhar subjetivo sobre a realidade material. Nas trilhas de Vertov é que buscamos dar significados às diversas realidades de sujeitos do campo em um projeto de cultura e extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Este trabalho traz uma análise dos processos, produtos e desdobramentos do projeto de cultura e extensão denominado “Vídeo-cartas com Estudantes da Licenciatura em Educação do Campo”. Nossas reflexões buscam elucidar e traçar as interseções interdisciplinares entre a “sétima arte”, a educação do campo, os estudos sociais da tecnologia e a linguística aplicada a partir das realidades apresentadas no audiovisual. As vídeo-cartas são produzidas por mulheres e homens do campo que trazem narrativas audiovisuais da realidade cotidiana dos sujeitos do campo, dos educadores do campo. Tal como em Veroy, a realidade apresentada é reconstruída a partir dos olhares subjetivos de seus sujeitos, que contam suas histórias, apresentam suas leituras, seus quadros, suas fotografias. O trabalho é totalmente autoral e não conta com atores profissionais. Os remetentes das vídeo-cartas escancaram suas autorias sem pudor em se mostrar ou mostrar suas tecnologias e meios de recriação de suas realidades. Os roteiros são criados de formas diversas sem apego a uma metodologia linear e engessante, trazendo por fim as marcas culturais do campo



num jeito de fazer e narrar o sertão. Diferentemente de Vertov que traz o ritmo frenético urbano, os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEC) constroem suas vídeo-cartas no tempo do campo, da roça, da natureza humana. Esse ritmo se manifesta na temporalidade visual, na escolha dos enquadramentos, nos cenários filmados, no diálogo com os sujeitos, nas músicas, nas rimas. O pontapé inicial do projeto é a concepção da apropriação social da ciência e da tecnologia e da educação emancipatória como forma de superar e subverter a visão hegemônica de que o estudante, no nosso caso o sujeito do campo, é uma tábula rasa, sem conhecimentos conceituais e metodológicos. Nessa perspectiva emancipatória, referenciais teóricos da educação popular com perspectiva freireana e estudos sociais da ciência e da tecnologia sobre a participação pública na coprodução de conhecimentos subsidiam nossas análises. Os olhares e reflexões da linguística aplicada, sobretudo nas pesquisas relacionadas à produção de materiais didáticos, por sua vez, contribuem para a produção das vídeo-cartas e de outros materiais didáticos delas derivados e/ou em diálogo, contextualizados para a Educação do Campo nos territórios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas.



NAS SENDAS DE UMA PESQUISA

Edmilson Borges da Silva

Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS - UFG)

E-mail do autor principal: edborgesdasilva@gmail.com

Resumo

Bandoleiro, jagunço e outras denominações recebe Antônio Dó, nascido em Pilão Arcado, Bahia. Este vive na memória social dos sertanejos do norte de Minas Gerais, alimenta o imaginário e uma consciência contraditória que comporta as imagens de justiceiro e bandido. Por isso, Dó, na história e memória local, na literatura já produzida por Manoel Ambrósio e Petronio Braz, das análises de Xico Mendes e o imaginário social da gente dessa região sobre o bandoleiro, é o tema deste trabalho. Perceber o evento histórico por meio da memória social presente nas narrativas sertanejas, bem como, a maneira que a literatura registrou o personagem e seus conflitos, o que dizem, o que é comum e o que é contraditório, como a imaginação mantém viva essas narrativas para, compreender o agir do sertanejo de agora são os objetivos desse texto. Sabendo que as abordagens sobre a história tem suas diferenças, é preciso perceber que em alguns casos a história é escrita sempre em função do presente, com Guy Bourdê entendemos que isso foi uma constante no regime soviético, no entanto, essa não parece ser uma especificidade de tal regime, com Walter Benjamin, entende-se que os vencedores de hoje acumulam o espólio dos vencedores de outrora, por isso, é necessário perceber que a barbárie perpassam os documentos históricos. Diante dessa barbárie, é mister considerar a memória social, como conceitua Nildo Viana, uma “consciência virtual”, por isso, pode ou não realizar o seu potencial. Com essa perspectiva compreende-se os usos e mal usos que a consciência presente realiza a partir da memória social. Já de Maurice Halbwachs é preciso reter a noção de memória coletiva que sustenta um grupo localizado, no caso do personagem Dó, o lugar, o tempo e o grupo são fundamentais na sua compreensão. A noção de memória coletiva possibilitará entender o contexto do lugar demarcado, a história de violência, o profundo senso criativo do sertanejo e como isto ajudou o mesmo criar caminhos de vencer as duras condições do meio ambiente e lutar permanentemente contra o opressor de outrora, os coronéis e o chamado produtor rural dos dias atuais. As narrativas sertanejas lidam com fenômenos que ocorreram no país, suas consequências práticas e virtuais que o grupo viveu e vive no tempo e espaço de suas experiências e com inúmeros eventos ocorridos em sua localidade, consolidando uma memória social a ser transferida nos processos comunitários. A religiosidade, o trabalho, as festas, as histórias contadas estão no imaginário popular dessa região, ainda hoje, muitas destas variáveis estão vivas na ritualidade e na narrativa que conserva os eventos no tempo. Ouvindo os sertanejos serranos no caminho de uma pesquisa e consultando a literatura produzida sobre Dó é possível entender esse homem no seu tempo, na história e na construção herdada de geração em geração e como ainda anima diversas ações dessa gente com tradições culturais e religiosa bem marcada.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM – DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



Sessão de comunicação VI

HISTÓRIAS DO SEU JOSÉ ANTÔNIO: A REPRESENTAÇÃO DO MUNDO RURAL NO CONTO POPULAR DO SERRO

Valdinei Pedro Sales Vieira

Mestre pelo Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas
MPICH/UFVJM

E-mail: pedro.0688@yahoo.com.br

Resumo

Estudos e publicações voltados a estrutura textual-interativa do gênero conto popular, por meio da categoria analítica tópico-discursiva, são ainda escassos no meio acadêmico brasileiro. A principal hipótese é que não há uma valorização das narrativas orais populares em detrimento da valorização das entrevistas sociolinguísticas que limitam os estudos por meio da estratificação social. Nota-se, também, que ocorre um prestígio da língua escrita em detrimento da língua falada, causando acentuada distância quando falamos da linguagem oral popular, externa aos grandes centros urbanos. A partir da dissertação intitulada “Narrativas orais do Alto Jequitinhonha: uma proposta de análise tópica em contos populares do Serro – MG”, desenvolvida na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, por meio do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – MPICH, objetiva-se, de modo geral, expor as experiências proporcionadas pela coleta em campo dos contos populares, o processo de transcrição, e os resultados da pesquisa. Em específico, pretende-se apontar alguns elementos do conto popular Dona Carochinha, narrado por José Antônio Vieira. Neste trabalho o contista Sr. José, na relação interativa contador-ouvinte, é compreendido como um dos historiados que compõe a memória coletiva presente nas narrativas orais do Alto Jequitinhonha. Com as leituras feitas, compreende-se que a estrutura formal que define o gênero conto está em constante diálogo com o simbolismo das vozes que o compõe, em um movimento dialético que reflete a denominação “conto popular”, já instaurado como algo fugidio à autoria individual, particular. O que se acredita é que, nos contos, encontra-se uma interposição de elementos que demarcam o homem enquanto sujeito histórico e social, que constrói sua identidade e se apropria dos seus valores por aquilo que se conta e se reconta. Desde o início da pesquisa, ao compreender a estrutura gramático-textual do gênero discursivo conto popular por meio da abordagem textual-interativa, acreditou-se que é de suma relevância estudos que busquem entender os gêneros textuais em seu uso real, e quando e/ou como as narrativas tradicionais cruzaram o imaginário das memórias narrativas dos sujeitos permitindo a sua prolongação temporal até os dias atuais. Ressalta-se também a importância desta para compreender a correlação dos contos populares com o contexto sócio-histórico-cultural do Vale.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM - DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



“O MASTRO É O CENTRO DO MUNDO”: A COSMOLOGIA DE JOÃO DO LINO MAR, CAPITÃO DO TERNO DE CATOPÊS NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE BOCAIÚVA, MINAS GERAIS

Alcidéia Margareth Rocha Trancoso

Mestra pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: deatrancoso@gmail.com

Resumo

Situado na linha de pesquisa “Sociedade e cultura”, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, este trabalho mergulha na cosmologia de João do Lino Mar, Capitão do Terno de Catopês Nossa Senhora do Rosário de Bocaiúva, Minas Gerais, Brasil, conectando-a aos pensadores Gilles Deleuze, Henri Bergson, Michel Foucault, Eduardo Viveiros de Castro, Davi Kopenawa, Câmara Cascudo, Boaventura de Sousa Santos e Giorgio Agamben. Método é filosofia e intuição é método. Por isso, à luz da “filosofia da diferença” de Deleuze, puxo o fio dos estudos de Karl Marx, capturo a estrutura e a dinâmica do sujeito observado, e descrevo os domínios internos de João do Lino Mar, alinhada à “ciência emergente e explicativa” de Boaventura. Utilizo o “artesanato intelectual” (meditação, caminhadas e sonhos), a “alternação biográfica” (minhas próprias memórias), a revisão bibliográfica e a reflexão teórica, como técnicas metodológicas. As trajetórias escolhidas para trilhar a metodologia foram pavimentadas, não apenas renunciando a alguns pressupostos da ciência clássica (neutralidade, generalização, redução, separação), mas, cultivando outros terrenos sensíveis aos pensamentos complexos da produção do conhecimento. Minha interpretação é que João do Lino Mar tenha sido um homo tantum deleuzeano. Uma “uma vida” cujo corpo e cuja voz alcançaram impessoalidade imanente, abrindo as portas do castelo da ciência com a chave singular da intuição, em ligação direta com a natura naturans. Um “ato de resistência” cujo corpo e cuja voz forjaram, acumularam e guardaram um repertório específico, dando visibilidade a um mundo invisível, potencializando o coletivo, potencializando a rua e potencializando o coletivo na rua; criando uma linha de fuga para a ação permanente do quântico “algo doce” de que fala Gilles Deleuze em seu último texto. Espero que a pesquisa contribua para que os saberes silenciados de João do Lino Mar ultrapassem o quintal de sua casa. Torço para que essa amizade aberta entre a sua sofisticada cosmovisão de mestre popular e o pensamento de alguns dos também mais sofisticados filósofos fortaleça a teoria e as agendas contra-hegemônicas.



O FESTIVAL GARIMPANDO SABORES E A RECONSTRUÇÃO DOS SABERES E FAZERES CULINÁRIOS DE COMUNIDADES RURAIS EM DIAMANTINA/MG

Luciana Teixeira Silva¹

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM).

Sílvia Regina Paes²

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM).

E-mail do autor principal: lucianatsilva@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa busca investigar a reconstrução dos saberes e fazeres culinários das comunidades rurais de Mendanha e Inhaí, em Diamantina/MG, sob a ótica da realização de um evento turístico, o Festival Garimpando Sabores. O pressuposto que se pretende validar é como e se o festival atua na reconstrução dos saberes e fazeres culinários destas comunidades rurais, considerando o fato de ser um evento turístico. Neste sentido, o turismo é desafiado a abandonar seu caráter reducionista, estritamente econômico, para se tornar um domínio multidisciplinar, que traga benefícios ao meio rural por meio de sua comida tradicional, que carrega o valor simbólico da dádiva de Mauss (2003) e a identidade cultural coletiva. Busca-se investigar a reconstrução dos saberes e fazeres culinários, e não o seu resgate, uma vez que se trata de uma atualização, e não mera cópia ou repetição de práticas, como alega Marques (1996, p. 6), para sua transformação em atrativos turísticos que estimulem a preservação e enaltecem a cultura local. A pesquisa tem o objetivo de investigar as representações sociais dos atores do Festival, em sua terceira edição, na reconstrução dos saberes e fazeres culinários das comunidades rurais de Mendanha e Inhaí. Para a análise proposta, o pensamento complexo é o princípio ao qual a pesquisa deve se basear, de modo a articular as representações sociais dos atores envolvidos como objeto de pesquisa. Será utilizado como método central a pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, direcionadas à três públicos – moradores e cozinheiros participantes como expositores no Festival nas duas comunidades, e comissão organizadora do evento. A intervenção será do tipo pesquisa-ação, e a amostra será definida usando os princípios da intencionalidade e da saturação. Finalmente, será realizada uma análise conclusiva do resultado à luz da metodologia de análise de conteúdo, de Bardin (1977). Para uma conclusão objetiva da pesquisa em questão, serão investigados elementos que demonstrem que conhecimentos tradicionais culinários daquelas comunidades rurais foram acessados e atualizados para se tornarem conteúdos das receitas, modos de fazer e ingredientes dos pratos da edição 2018 do evento, uma vez que grande parte da comunidade foi mobilizada para tal realização. Caso a hipótese seja validada, será feita a caracterização destes, no sentido de registrar os saberes e fazeres reconstruídos.



O RESGATE CULTURAL NO DISTRITO RURAL DESEMBARGADOR OTONI, DIAMANTINA – MG, FEITO PELOS ALUNOS DA E.E DONA GUIDINHA

Thassio Ferraz Tavares Roque¹
Graduando em História (UFVJM)
Mariana Santos Mirando²
Graduanda em História (UFVJM)
Wellington de Oliveira³
Docente orientador (UFVJM)

E-mail do autor principal: thassioftr@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é fruto de um projeto de intervenção pedagógica junto a E.E. Dona Guidinha, localizada em Desembargador Otoni (distrito rural de Diamantina). Com objetivo de desenvolver processos educacionais na esfera do resgate da cultura local da comunidade, propondo uma parceria de construção de conhecimento, dos alunos da escola juntamente com outros indivíduos do distrito, para desenvolver o mesmo. O conhecimento da cultura local reforça a valorização bem como o incentivo ao desenvolvimento da região. A cultura de um povo é formada por vários elementos, como crenças, idéias, mitos, valores, danças, festas populares, alimentação, modo de se vestir, entre outros. É uma característica muito importante de uma comunidade, pois a cultura é transmitida de geração em geração e demonstra aspectos locais de uma população. A partir dessa perspectiva compreendemos que é de suma importância resgatar essas culturas locais através do olhar dos estudantes dessa comunidade, fazendo com que haja um aprendizado cultural para além dos muros da escola. Tendo a consciência de que diversidade cultural está presente diariamente no contexto escolar, espera-se que esse projeto de intervenção pedagógica seja eficiente a ponto de permitir que o estudante crie elos culturais e conseqüentemente desenvolva uma aprendizagem coerente e significativa que valorize a cultura local. Oferecendo, assim, uma prática pedagógica voltada á compreensão da realidade social vivida pelos moradores do distrito de Desembargador Otoni.



Sessão de comunicação IX

O PROTAGONISMO FEMININO NO COOPERATIVISMO E NO ASSOCIATIVISMO RURAL COMO PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Luana Silva Simões¹

Discente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPG-CH – UFVJM)

Davidson Afonso de Ramos²

Docente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPG-CH – UFVJM)

E-mail: luanasimoes.serro@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa analisar protagonismo feminino no cooperativismo e no associativismo rural como vetor de desenvolvimento local, sendo produto da experiência em construção no Projeto “Veredas, Sol e Lares – Uma Alternativa para o Múltiplo Aproveitamento Energético em Reservatórios de Usinas Hidrelétricas na Região do Semiárido Mineiro”, da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), que está sendo executado em parceria com o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM). O referido Projeto surge com a proposta de realizar um experimento de hibridização de geração de energia, com a instalação de uma usina solar fotovoltaica flutuante na PCH Santa Marta, em Grão Mogol/MG, com o diferencial da participação popular em todos os processos, através da geração compartilhada, na modalidade cooperativa. Na era da globalização, pensar o desenvolvimento local a partir do cooperativismo e do associativismo implica pensar o território como motor de transição. Assim, projetos de desenvolvimento focados em estruturas compartilhadas de ação devem considerar os modelos de sistematização e apropriação do espaço, as formas de produção e de concertação social, os recursos disponíveis no local e, sobretudo, a heterogeneidade destes conceitos em diferentes áreas geográficas. Especialmente no âmbito rural, em que a ideia de associativismo é mais fortemente ligada à unidade familiar, o cooperativismo (e sua flexibilidade frente ao capital) apresenta-se como um mecanismo de estímulo à diversificação de atividades e como potencial catalisador de claros impactos socioeconômicos nas comunidades locais, concorrendo para seu desenvolvimento. Discutir o papel das mulheres enquanto protagonistas de processos de desenvolvimento local/rural, num esforço de base, é essencial, sobretudo na esfera do cooperativismo, sendo este um modelo que privilegia a diversidade, a solidariedade e a reciprocidade, o que deveria permitir, em tese, que as mulheres atuassem com isonomia em relação aos homens. Essa análise perpassa diferentes perspectivas, como a investigação da normativa jurídica do cooperativismo, associativismo e questões de gênero, ponderando sobre a necessidade de mudanças; um exame da estrutura societária das cooperativas, visando à inclusão da mulher; um estudo sobre a divisão sexual do trabalho no âmbito das cooperativas e, por fim, um balanço das políticas públicas que visam potencializar a influência feminina no cooperativismo e



no associativismo rural e, conseqüentemente, no desenvolvimento. Sabe-se que, neste cenário, um longo caminho ainda deve ser trilhado, pois questões de gênero ainda apresentam-se como problemáticas nesse meio. Busca-se, desse modo, contribuir para a edificação de sistemas verdadeiramente compartilhados, com potencial de transformação social a partir da ampla participação feminina (em condições isonômicas à dos homens), garantindo-se o empoderamento das mulheres e, assim, a robustez da coletividade.



GÊNERO E AGRICULTURA: REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NO ESPAÇO RURAL

Dayane Josiane Vieira¹

Zootecnista (UFVJM); Discente no curso técnico em agropecuária (IFNMG)/Zootecnista (UFVJM)

Ângela Aparecida Santos²

Cursando mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM); Especialista em EAD/IFNMG; Engenheira Agrônoma (UFMG)

Kamila Cristina Freitas³

Biologia (UFVJM); Especialista em licenciamento, gestão e auditoria ambiental (UNOPAR)/ Cursando mestrado em Saúde, sociedade e ambiente (UFVJM); Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁴

Mestre em Produção Vegetal (UFVJM); Engenheira Agrônoma (UFVJM)

Mayara Poliana Peixoto Silva⁵

Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM)

E-mail do autor principal: dayanevieira28@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o tema gênero representatividade da mulher no espaço rural. O problema de pesquisa consiste em discutir as relações de gênero nos espaços rurais brasileiros através de algumas bibliografias, assim como exemplificar casos de representatividade de propriedade rural com dados levantados no município de Japonvar, localizado ao norte de Minas Gerais. Tem-se com esta pesquisa, o objetivo de identificar a participação de mulheres como titulares de propriedades rurais, e a participação destas como titulares das DAP-declarações de aptidão ao Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar-PRONAF, entendendo como se configura a participação da mulher no espaço rural. O procedimento metodológico consiste na análise de 140 extratos do cadastro ambiental rural (CAR), e 1149 DAP's ativas, emitidas após 2013, obtidas por meio do levantamento realizado no dia 15 de novembro de 2017, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), além de dados do censo de 2006 referentes à titulação de estabelecimentos de agricultores familiares. Através de conceitos normativos, observamos que o ofício da mulher é caseiro, referentes à garantia da reprodução e o do homem inclui os segredos da lida com a roça, a oportunidade do domínio da técnica, mesmo quando a mulher exerce as atividades agrícolas de forma tão ativa como o homem, o trabalho dela é visto até por ela própria como "ajuda". Analisando-se os dados do Censo agropecuário 2006 tem-se que dentre os 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares brasileiros, pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares são de titulação da mulher, o que equivale a 13,7%, ao lado de 86,3% cuja titulação é do homem. No Norte de Minas Gerais, em Japonvar, ao analisar uma amostra de 140 extratos do cadastro ambiental rural (CAR), tem-se 75% realizados em nome do homem e 25% em nome da mulher, ambos na condição de proprietários ou posseiros (SICAR, 2018). Quanto à representatividade da mulher na titularidade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de



Fortalecimento da Agricultura Familiar) (DAP), a partir de um levantamento das DAP's ativas em 15 de novembro de 2017, emitidas após 2013, totalizaram-se 1149, dessas 31,94% (367) tem a mulher como primeira titular e 68,05% (782) o homem. (MDA/SEAD, 2017). Ao revelar esta pequena participação da mulher como titular da propriedade familiar, revela para o contexto de Japonvar, o que culturalmente se vê no contexto rural brasileiro e até mundial, com a mulher sendo excluída desta condição simplesmente por ser mulher, conforme Agarwal (apud DEERE e LEON, 2002, BARBOSA e LERRER, 2016) desde a instituição da propriedade privada, a mulher, por ser mulher, foi excluída do acesso e do direito à posse. O menor percentual de mulheres como titulares de DAP, revela que embora imersa numa unidade de produção familiar, sendo tanto responsável pelas atividades quanto os demais membros, a responsabilidade pelo grupo familiar é atribuída ao homem. Tais índices nos revelam ainda falta de equidade perante ao gênero, considerando-se que a posse de terras representa independência das mulheres de maneira a evitar sua pauperização ou o aprisionamento em categorias de trabalho na esfera do privado ou reprodutivas, e mesmo sendo tão ativas nas atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar, a mulher pouco aparece como titular de DAP, a visibilidade à frente das atividades é sempre dada ao homem, que é também quem na maioria dos casos se configura como o responsável pela unidade familiar.



FESTIVALE E O ENCONTRO DE MULHERES NA LUTA

Aline Weber Sulzbacher¹

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Josélia Barroso Queiroz Lima²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Claudilene da Costa Ramalho³

Docente no curso de Serviço Social (UFVJM – Campus de Teófilo Otoni)

Regiane Farias⁴

Discente do Curso de História-Licenciatura (UFVJM – Campus Diamantina)

Jean Gabriel⁵

Discente do Curso de Bacharelado em Humanidades (UFVJM – Campus Diamantina)

E-mail do autor principal: awsulzba@gmail.com

Resumo

O Festivale da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (FESTIVALE) tem por objetivo divulgar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do Jequitinhonha. Nascido como movimento nos anos 1980, foi pensado e promovido como forma de disseminar a cultura do e no Vale como estratégia de luta política. Em 2018, ocorreu o 35ª FESTIVALE na cidade de Felizburgo/MG que contou, pela primeira vez, com um espaço na programação para discussão sobre temas relacionados às mulheres. A proposição e organização do espaço foram realizadas pelo Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, denominado “Encontro de Mulheres na Luta” e contou com a participação de cerca de 60 pessoas, representantes de 20 municípios do Vale. A organização da atividade pautou-se por princípios da relação dialógica, forma horizontal e equitativa, ao modo de círculo e com metodologias que incitavam os participantes a trazer suas contribuições reflexivas acerca de temas como o patriarcado, a violência de gênero, divisão sexual de trabalho, arte e cultura etc. Simultaneamente foi sendo realizada a sistematização, em cartaz, no centro do círculo. Assim, ao final da atividade, além da sistematização das demandas, também foi unânime entre os participantes a importância de espaços de diálogo, para a socialização de experiências, o reconhecimento das dificuldades mútuas, avanços e desafios vivenciados. Apresentamos algumas das demandas que indicaram, para o próximo Festival, a necessidade de: 1) espaço para as crianças (indicado como “Ciranda Festivalinho”) permitindo assim a participação das mulheres-mães nas atividades do evento; 2) articulação institucional entre as diferentes frentes de trabalho que tem protagonizado a discussão e enfrentamento às violências de gênero como os CRAS, as Redes de Proteção à Mulher, os grupos de pesquisa e Universidades; 3) o Festivale assumir uma ampla campanha contra o assédio e a violência, incluindo a realização de oficinas temáticas; dentre outros. Cabe registrar e destacar a significativa e importante participação de sujeitos do grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), fato que contribuiu muito na discussão sobre a violência de gênero e, inclusive dos desafios para um evento tradicional, vinculado à arte e cultura



popular, de incorporar esses sujeitos, sobretudo em suas manifestações artísticas. Disto resulta uma experiência inédita, para todos envolvidos (sujeitos e entidades), que expressa as contradições da realidade e seus movimentos: ao mesmo tempo em que a arte e a cultura popular se pauta pela tradicionalidade, ele também consegue estar permeável e abrir espaços para novos temas e, sobretudo, novos tipos sociais. Estes, por sua vez, ocupam esses espaços públicos de diferentes formas e, sobretudo, por meio de performance e ou intervenções em espaços inusitados (dialogando com o cotidiano ordinário, como a fila para o restaurante) confrontam os indivíduos com seus preconceitos mais sutis e subjetivos (porque ordinários e enraizados) e problematizam os coletivos na necessidade de movimentar e romper com estruturas profundas de comportamento social – construído e validado culturalmente. Exemplar é o padrão socialmente instituído da vestimenta por gênero (cortes, cores, tecidos etc.), sobretudo marcada pela sociedade de consumo e da obsolescência programada. Portanto, problematizam os gêneros, as violências direcionadas à sexualidade e as identidades.



MULHERES RURAIS: A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E DE IGUALDADE

Geraldo Lucas Lopes Ferreira¹

Estudante de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais de Diamantina (UEMG). Bolsista PIBIC/FAPEMIG, pelo Grupo de Pesquisa, CNPq: “Gênero e Efetivação dos Direitos da Pessoa” com Projeto de Pesquisa: “Os Efeitos da Despatologização da Transexualidade: entre Reconhecimento e Tolerância dos Direitos da Pessoa”

Kênia Guimarães Rodrigues Magalhães²

Mestre em Direito: Hermenêutica e Direitos Fundamentais; Professora do Curso de Direito da Unidade UEMG de Diamantina; Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: “Gênero e Efetivação dos Direitos da Pessoa”. Orientadora do Projeto de Pesquisa: “Os Efeitos da Despatologização da Transexualidade: entre Reconhecimento e Tolerância dos Direitos da Pessoa” com fomento de bolsa de iniciação científica pelo PIBIC/FAPEMIG

E-mail do autor principal: glucaslopes@icloud.com

Resumo

Os movimentos feministas, pós-feministas e teoria queer impulsiona as novas formas de entender a construção do gênero (BUTLER, 2010). Estas mudanças aplicam-se nos diversos contextos, incluindo as zonas rurais, onde as desigualdades de gênero se inscrevem em conjunto de outras desigualdades sociais, que se anunciam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana. Um exemplo destas desigualdades entre as duas populações é o fato das políticas públicas e dos direitos trabalhistas terem atingido de forma paulatina, os moradores e os trabalhadores rurais. As mulheres rurais, imersas neste contexto de desigualdade, são as que mais sofrem, seja com o biopoder que os estereótipos e os papéis de gênero carregam, quando referencia o feminino na maternidade e o masculino, na virilidade (BENTO, 2014), além das péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas no meio rural, especialmente nas regiões mais pobres. A mulher rural, além dos trabalhos de casa, também participa da agricultura familiar ao se responsabilizar pelo “quintal”, local onde realiza as atividades agrícolas, como hortas, pequeno roçado para consumo, e o cuidado com os animais de pequeno porte, destinados ao consumo da família. Entretanto, estas atividades desenvolvidas pela mulher rural não são consideradas como trabalho, tendo em vista que não são contabilizadas em termos monetários. Assim, não se considera como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui como outros de fonte monetária, que conjuntamente, conforma à renda familiar, sejam no consumo direto ou na venda em feiras livres. “Para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e portanto não considerado como trabalho” (HEREDIA, 1979). Desse modo, incluir as mulheres rurais, é a capacidade de lhes oferecer chances iguais de uma vida digna, é fazer com que elas se sintam como parte do espaço, usufruindo dos mesmos direitos de igualdade, oportunidade e reconhecimento.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM – DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



Sessão de comunicação X

TARIFA SOCIAL E GERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO ESPAÇO RURAL: DIREITO DE TODOS(AS)?

Luana Silva Simões¹

Discente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPG-CH – UFVJM)

Francine Damasceno Pinheiro²

Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ, Advogada Popular, vinculada à Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)

E-mail do autor principal: luanasimoes.serro@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa discutir, através da pesquisa bibliográfica e documental, a tarifa social e a geração distribuída de energia no meio rural, como fruto de debates sobre temáticas energéticas no bojo do Projeto Veredas, Sol e Lares, um P&D - CEMIG/ANEEL executado pela AEDAS em parceria com outras instituições, dentre elas, o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM). O Projeto propõe instalar uma usina solar fotovoltaica flutuante na PCH Santa Marta, em Grão Mogol/MG, visando beneficiar cerca de 1.250 famílias dos meios urbano e rural em 21 municípios do semiárido mineiro, através da geração distribuída, ou seja, a geração de energia próxima às unidades consumidoras, viabilizando descontos na fatura do “prosumidor” (produtor/consumidor), através do sistema de compensação de energia elétrica, inaugurado pela Resolução Normativa nº 482/12 da ANEEL. Uma das inovações do projeto é um Diagnóstico Social Participativo no qual as famílias envolvidas definirão os critérios de escolha dos beneficiários e construirão um Plano de Desenvolvimento Regional, priorizando o debate sobre o Modelo Energético Nacional e estratégias para o desenvolvimento local. A ideia inicial é que estas famílias sejam beneficiárias da Tarifa Social (TSEE), que corresponde a um desconto na conta de luz concedido a famílias de baixa renda que satisfaçam aos requisitos dispostos na Lei nº 12.212/10. Como parte da reflexão proposta, no âmbito de políticas públicas de universalização dos serviços de energia elétrica e de arrefecimento da desigualdade, indaga-se sobre estas temáticas no espaço rural: a tarifa social e a geração distribuída são, de fato, direito de todos(as)? Se questões ligadas à infraestrutura e à desigualdade já são problemáticas no meio urbano, no meio rural elas são mais evidentes. Esses direitos só estão disponíveis quando a unidade consumidora está interligada à rede de distribuição da concessionária de energia. No entanto, boa parcela da população rural (mais vulnerável) ainda não tem acesso à energia elétrica, sendo excluída desses benefícios e os poucos que tem energia elétrica em casa, muitas vezes desconhecem o direito à tarifa social, sendo necessário um trabalho de conscientização e apropriação deste benefício. Muitos não podem se favorecer da geração distribuída devido à complexidade e aos altos custos de instalação de alguns sistemas, bem como à dificuldade para obtenção de financiamentos. Busca-se, então, compreender se a geração distribuída de energia fotovoltaica no sistema que será produzido pelo Projeto



Veredas pode ser a solução para o acesso universal à energia elétrica limpa, barata e de qualidade. Muito ainda precisa ser discutido sobre inclusão e democratização da geração distribuída de energia no espaço rural. Nesse contexto, o Projeto Veredas surge para enfrentar esse debate, assim como para contribuir com o desenvolvimento local integrado e sustentável e para a transformação da realidade social de muitas famílias.



ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E TROCAS: A FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE CAPELINHA/MG

Keyla Karla Fernandes Ferreira¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Josélia Barroso Queiroz Lima²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: keylaferf@gmail.com

Resumo

As feiras livres possuem alta representatividade no Vale do Jequitinhonha, pois elas estão presentes em todos os municípios da região. Assim, além de terem sido fomentadas em prol da subsistência dos sujeitos do campo, e do fortalecimento da agricultura familiar, acabam por aquecer o mercado interno dos municípios, e se colocam como pontos de encontro, de relações, de vendas, de trocas e de resistência. Constituem-se, portanto, como um espaço vivo, dinâmico e em disputa. Uma vez que o vale do Jequitinhonha é diverso e complexo, sobretudo por sua riqueza cultural e pela questão regional, além da região possuir uma alta expressividade rural, as feiras saltaram aos olhos enquanto objeto de estudo por alguns motivos, dentre os quais estão: sua representatividade, pois estão presentes em todos os municípios da região; por serem um ponto de convergência entre cultura e economia; por explicitarem a relação truculenta entre modernidade e atraso. Sendo assim, a hipótese que fundamenta essa pesquisa coloca-se enquanto questão: seria a cultura, expressa pelas representações sociais e pelas trocas simbólicas e materiais, a grande responsável pelo fortalecimento das feiras enquanto espaço de resistência em pleno processo de modernização, e não necessariamente os investimentos públicos para o desenvolvimento regional? A fim de comprovar ou refutar tal proposição, o estudo proposto busca a compreensão da relação dialética entre cultura e economia (na medida em que se determinam e são determinadas uma pela outra concomitantemente) dentro das feiras livres, nos dias atuais, visto que tem ocorrido um aprofundamento cada vez maior das crises oriundas do sistema capitalista. A fim de possibilitar nossas investigações, o recorte da pesquisa se dará na feira livre municipal da cidade de Capelinha, localizada na microrregião do alto Jequitinhonha, por ser uma das maiores feiras da região. Posto isso, o estudo e a compreensão das questões subjetivas que compõem os processos econômicos tornam-se relevantes para a produção de novos conhecimentos, lançando novos olhares sobre questões antigas, além de ampliar a perspectiva humana no processo científico, não ficando esse restrito apenas a um tipo de interpretação. Sendo assim, o trabalho busca compreender o significado que a feira tem para os seus respectivos sujeitos, sejam eles vendedores, fregueses e demais. Portanto, a presente pesquisa será interdisciplinar, qualitativa, dialogando com bases e premissas de estudos antropológicos, históricos e da Psicologia Social.



O BATUQUE COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA TERRITORIAL E IDENTITÁRIA QUILOMBOLA: ESTUDO DE CASO COMUNIDADE QUILOMBOLA BAÚ

Paulo Henrique Lacerda Gonzaga¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM).

Silvia Regina Paes²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do Autor principal: tel.sk@hotmail.com

Resumo

O projeto de pesquisa em andamento busca entender como o batuque contribui na organização e manutenção da identidade e território das comunidades quilombolas. O estudo será desenvolvido na Comunidade Quilombola Baú, em Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, MG, a partir da vivência na comunidade com entrevistas e pesquisa bibliográfica. As comunidades quilombolas têm sua origem na África, com o povo banto, onde os quilombos eram os territórios, seus habitantes e a área de guerra. No Brasil o quilombo foi organizado por africanos e afrodescendentes de diversos grupos étnicos na busca da liberdade, tendo em Minas Gerais uma grande quantidade de negros de origem banto. O batuque é uma prática muito comum nas comunidades rurais negras, sendo este variado de acordo com o grupo. Algumas comunidades entendem a Folia de Reis como um batuque que passa de casa em casa quando convidada para entrar. Segundo a tradição, quem recebe a folia tem fartura e saúde no ano. Em outras comunidades, os batuques são apresentações culturais ou também a religião, onde praticam com seus batuques as devoções aos ancestrais e Orixás. Os batuques são diversos, sendo também diversas as compreensões de cada comunidade. O trabalho busca entender estes diversos batuques, que traduzem em danças, cantos, toques e segredos a cultura e o saber das comunidades quilombolas. Por ser patrimônio material e imaterial protegido pela constituição brasileira o batuque tem o papel importante para estas comunidades. Por isso a importância de estudar, valorizar e contribuir na preservação dos batuques. O estudo vem ao encontro com o desejo da comunidade que busca preservar suas histórias e tradições. Pode se constatar que o batuque é uma afirmação de identidade comunitária que preserva as tradições dos antigos, como afirmam os guardiões da sabedoria de batucar. O batuque como fator de identidade, traz uma ligação com o lugar de origem e de memória dos caminhos percorridos pela comunidade, configurando um território e uma territorialidade. A dimensão simbólica traz a referência espacial da identidade do grupo, sendo construída na vivência coletiva do território. A metodologia adotada para este trabalho será a etnografia participativa. Esta pesquisa necessita de tempo na comunidade, nos afazeres diários e encontros internos e externos do quilombo. Buscarei em campo ser um educando, aprender sobre o batuque, cantos, uso do território e a memória da comunidade para compreender suas relações. Logo, o projeto busca entender o batuque da Comunidade Quilombola Baú, com um olhar holístico dos diversos significados e relações do batuque com a vida em



comunidade negra rural do Vale do Jequitinhonha. Buscando nos trabalhos diários, nas rezas, nas festas e o batuque o seu melhor entendimento.

MONÓLOGO DO CONHECIMENTO OU DIÁLOGOS INTEREPISTÊMICOS

Amanda Ottoni Cavalcante

Discente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: aocavalcante_his@yahoo.com.br

Resumo:

Este estudo visa contribuir para se pensar nas possíveis relações dialógicas entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos, no intuito de colaborar para uma construção de educação intercultural na escola indígena. Tem como finalidade uma reflexão crítica acerca da necessidade de abrir os campos do conhecimento da sociedade ocidental questionando assim o modelo epistemológico dominante no processo educacional formal aplicado pelo MEC. Perpassando para o reconhecimento do sistema intercultural a partir do pensamento ameríndio pautada por encontros e desafios presentes ainda nas dicotomias epistemológicas imbuídas por valores e crenças colonizadoras que hierarquizam e subordinam as sociedades tradicionais. Considero que a educação ocidental formal deve-se ater às interepistemologias para superar tais barreiras impostas pelo modelo de sociedade capitalista tendo como véis o aprendizado através dos saberes tradicionais que considero neste estudo como descolonizado do saber dito “universal”. Objetiva-se fazer uma reflexão preliminar sobre os desafios que os conhecimentos acadêmicos atrelados a teoria antropológica visam contribuir para a questão da educação escolar indígena. A metodologia aplicada foi uma revisão bibliográfica sobre o discurso da interdisciplinaridade nas novas propostas para se pensar em uma produção do conhecimento científico menos especializado e generalista para privilegiar o pensamento crítico, social e humanitário. Tal perspectiva reflexiva abordará os novos paradigmas da ciência moderna que procuram desconstruir a visão científica hegemônica como crítica das correntes epistemológicas do sul, uma vez que, a história dos índios do Brasil é marcada por uma longa trajetória etnocêntrica do pensamento colonizador. Também têm ênfase na perspectiva decolonialista que visa à construção dos conhecimentos que levam em conta as releituras do contexto colonial, atribuindo novos lugares sociais aos sujeitos, ao qual foram atribuídas a desigualdade social e a discriminação epistêmica. Tal concepção visa o questionamento da cultura hegemônica e grafocêntrica centrada por uma ordem política econômica e social desenvolvimentista e civilizatória. Atualmente, tem se sobressaído no campo da antropologia a análise processual e histórica, o caráter multifacetado das identidades, as estratégias políticas em contextos interétnicos e a superação das análises dicotômicas clássicas (tradicional x moderno, instituição nativa x exógenas, índios puros x aculturados). A concepção de educação se enquadra na problemática sociocultural e linguística da realidade indígena. A etnologia do pensamento indígena revela a complexidade das proposições ontológicas e metafísicas ameríndias e as suas contradições frente ao modelo escolar de educação diferenciada. O modelo escolar proposto deve-se ater a uma intensa reflexão para o diálogo entre os povos indígenas



para propiciar uma consolidação crítica da antropologia da educação escolar indígena. (SILVA e FERREIRA, 2001, p.23) É profundo o debate para superar os conceitos hegemônicos que ainda estão fortemente tão presentes nas produções científicas, no entanto, vejo que o esforço pretendido por outros sujeitos e saberes tem surtido efeitos significativos ao desconstruir a cultura do silêncio através dos diálogos interepistêmicos. Não é um processo fácil romper o atual e velho papel de controle social atrelado aos espaços de escolarização que sempre estiveram colonizados economicamente pelos interesses do capital, precarizados pelas políticas educacionais e culturalmente subordinado a um conhecimento monólogo e hierarquizado. Conclui-se que o processo de (des) alienação dos saberes formais parte de ações, performances e atitudes para a transformação do pensamento estrutural do conhecimento ocidental fundamentada na lógica logocêntrica e de “assujeitamento” para o caminho intercultural descolonizado que supere as dicotomias e desenvolva uma teoria crítica.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Sessão de comunicação XI

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E LITERATURA: REFLEXÕES SOBRE A INVENÇÃO DA LINGUAGEM E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM GRANDE SERTÃO VEREDAS

Taynara Ribeiro Pessoa

E-mail: taynarapessoa@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma investigação de pesquisa realizada na disciplina “A arte de escrever o voo da fala: João Guimarães Rosa e a dicção clássica” do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFMG, que tenciona compreender a dimensão linguística de Guimarães Rosa na obra Grande Sertão: Veredas. Para tanto, realizamos um recorte dessa pesquisa dando ênfase à relação entre a linguagem e sua variação e a organização social e cultural do sertão, explicitada na obra por meio das camadas de falas que representam os conflitos sociais e políticos desse grupo social que se divide entre os donos do poder e a fala humilde do povo. De acordo com o crítico Willi Bolle (2002) os discursos do romance pertencem a dois sistemas retóricos distintos, sendo possível sinalizá-los metaforicamente desde o título da narrativa, na qual o Grande sertão simboliza os comandantes do sertão, sempre no alto, em contrapartida as veredas, que representam os subordinados, sertanejos humildes dessa realidade. Para ilustrar essa assertiva podemos sinalizar ainda o sistema retórico do protagonista da obra Roseana, Riobaldo, que pode ser reconhecido ao mesmo tempo como um representante do discurso dos donos do poder e dos marginalizados. Ademais, a partir dessas reflexões ainda incipientes é possível inferir que Rosa parece agregar ao seu projeto poético um projeto também político, pois o romancista fala sobre o povo a partir de uma autorrepresentação, ou seja, por meio de uma língua literária que expressa à ideia desses, pois é nas falas dos discursos que o sertanejo ganha voz e destaque. Para tanto, a metodologia utilizada nesse trabalho é bibliográfica e pretende por meio da análise de falas do romance Roseano compreender o mundo sertanejo por meio da retórica. O objetivo desse trabalho é, mesmo que de maneira fragmentada, construir por meio das falas sertanejas um retrato do Sertão e do seu universo linguístico e social, compreendendo como a linguagem e suas inovações estéticas podem representar nossa realidade.



A TERRA QUE ME PAR(T)IU - UMA LEITURA DO LIVRO ESSA TERRA DE ANTÔNIO TORRES

Daniela Rodrigues Soares
Mestranda em Estudos Literários (UNIMONTES)

E-mail: daniela-rodriguessoares@hotmail.com

Resumo

O presente ensaio visa analisar a figura do pai e sua relação com a terra a qual ele nasceu e que é tão apegado, na obra *Essa Terra* de Antônio Torres. Iremos fazer uma leitura da terra que, ao mesmo tempo, é a terra que pari e parte. Temos por objetivo também, mostrar a vida sofrida de um sertanejo, com suas angústias, revoltas, sonhos frustrados e esperança. Para embasamento da nossa pesquisa procuramos teóricos como Alfredo Bosi (1992), Stuart Hall (2003), Antonio Candido (1996) e Gaston Bachelard (1978), esta análise propõe mostrar essa terra sertaneja que aprisiona seu povo, a terra que pari um povo cheio de esperança é a mesma terra que parte, que frustra. Mostrando essa terra mediante a figura do pai que a representa tão bem.



SERTÃO...VIAGENS...

O MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU E OS DESAFIOS DO TURISMO NO CONTEXTO DA AGROSOCIOBIODIVERSIDADE SERTANEJA

Hebert Canela Salgado¹

Docente do Curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH-UFVJM)

E-mail: hcsalgado@gmail.com

Resumo:

O trabalho analisa a implementação do projeto de turismo de base comunitária no Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas-Peruaçu que elabora, no contexto da agrosociobiodiversidade sertaneja, estratégias de valorização das viagens e do turismo conectadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Pretende-se refletir se a consolidação do projeto pode significar uma possível estetização fetichista dos modos de vida sertanejos e, conseqüente subserviência às lógicas contraditórias da turistificação dos lugares. (Ouriques, 2005); (Coriolano, 2006). Constitui um estudo qualitativo, exploratório e explicativo, com imersão bibliográfica e documental envolvendo pesquisa-ação, observação participante e trabalhos de campo. O sertão enquanto categoria geográfica permite infinitas leituras sobre socioespacialidade sertaneja. (Santos 1988); (Moreira, 2007) (Corrêa, 2008); (Costa, 2003); (Brandão, 2009); (Melo, 2011); (Ribeiro e Silva, 2014). No contexto das viagens contemporâneas, o sertão, lócus em devir, espaço híbrido, multidimensional, polissêmico e multiescalar, ao mesmo tempo em que reúne na diversidade das temporalidades e no encontro perene de saberes interepistêmicos (Mignolo, 2005); (Walsh, 2013) as múltiplas naturezas do vivido por populações conectadas às paisagens dos seus modos de vida, é também observado nos desafios da relacionalidade entre viagem e turismo, especialmente, pelas intencionalidades e práticas que dão contornos ao fenômeno moderno. Nesse caso, desmercantilizado, o sertão imaginado, da espacialidade profunda e dos devires coetâneos (Massey, 2009), uma vez apresentado ao sertão forjado, da espacialidade do consumo pela experiência, da necessidade de fluxos pelas fronteiras do cotidiano (Lefebvre, 1991) e dos tempos obrigatórios e servis tensionados pela mercantilização e refuncionalização turística dos lugares (Almeida, 2006), revela os limites da materialização das aventuras no contexto das viagens. Se o real se dispõe no meio da travessia (Rosa, 2001), o Sertão como conceito operacional é que permite a sua análise. Apesar de reputadas pela importância nos estudos do turismo, a origem e o destino em si, apenas auxiliam na compreensão da espacialidade relacional sertaneja. O imaginado equilíbrio entre o ser do lugar e o ser no lugar, entre visitantes e visitados, anuncia a tensão no encontro entre a liberdade consumista da espacialidade forjada e a liberdade experientialista da espacialidade profunda. Percebe-se que as ações de gestão integrada e governança, desenvolvidas no projeto, conectadas à valorização do patrimônio natural e cultural sertanejo, orientadas pelos princípios do turismo de base comunitária e, em sintonia com a Agenda 2030 para o setor de viagens e turismo ambientam possibilidades de fomento inteligente do turismo, valorizando liberdade das viagens do



cotidiano sertanejo, em especial considerando que o real espaço da viagem está na travessia pela valorização das humanidades.

RIOBALDO: O PROFESSOR LEIGO NAS VEREDAS?

Helder de Moraes Pinto

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-UFVJM)

E-mail: pintojmp@yahoo.com.br

Resumo

Se se partir da constatação que João Guimarães Rosa explora em sua obra certo imaginário sobre o professor, caberia a pergunta - que imagens seriam estas? Dito isso, objetivou-se aqui discutir a figura do educador autodidata a partir da categoria “professor leigo”, nos tempos da Primeira República brasileira. Quanto aos caminhos para a produção deste trabalho: os dados empíricos foram coletados na obra Grande Sertão: Veredas. Nesta, há um rico material relacionado ao personagem central – “Riobaldo”, em que se nota traços do processo de escolarização rural no sertão mineiro, nas primeiras décadas do século passado, com evidências sobre as realidades dos estudantes, das escolas, das condições de ensino, e do professor. Esses dados foram lidos à luz da noção de “professor leigo”, ou como denominados por Carlos Rodrigues Brandão, “professor rural”. Também utilizamos noção de ‘imaginário’, isto é – “à forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade.” Em suma, sabe-se que os literatos, não raro, se valem de evidências reais para inspirar ficções, o que poderia ser caso do professor rural. Diz a historiografia da educação que desde o século XIX, tem se implementado por aqui políticas para formar professores, isto é, profissionalizar os docentes conforme critérios técnicos e científicos. A escolarização tornou-se uma estratégia de modernização social, a partir do momento que o capitalismo industrial assumiu o lugar de paradigma civilizacional no ocidente. Mas para isso era necessário criar um exército de profissionais capazes de escolarizar segundo certos critérios preestabelecidos pelo Estado. Porém, as políticas de formação docente no Brasil historicamente tem sido insuficientes, ineficientes, incapazes de oferecer professores em quantidade e qualidade suficiente para abastecer a escolas pelo país, notadamente as escolas rurais. Diante disso, os dirigentes dos sistemas de ensino recorreram a professores ‘desqualificados,’ a saber: pessoas alfabetizadas, mas que não se formaram em cursos de formação de professores, no caso, à época, cursos das escolas normais. Esta foi a maneira escolhida para suprir as demandas por recursos humanos para educação escolar rural. Cabe dizer que também a população percebeu a necessidade da alfabetização e, em muitos casos, ela buscou as primeiras letras através dos leigos.



Sessão de comunicação XIII

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE RURAL DE EXTREMA- CONGONHAS DO NORTE/MG

Alessandra Lopes Calvão¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Aline Weber Sulzbacher²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: alessandralopescalvao@hotmail.com

Resumo

A partir da análise da atuação da Associação Comunitária no distrito de Extrema do município de Congonhas do Norte (MG), pretende-se analisar a mobilização social dos agricultores familiares para a solução de problemas, como por exemplo, do saneamento básico no espaço rural e, com isso, a transformação da realidade mediada pelo acesso e uso de ecotecnologias socioambientais da Permacultura. A atuação da associação tem se pautado pela realização ações de educação e capacitação, o que tem repercutido em mudanças, tanto na organização social e política, quanto no uso de tecnologias para melhoria da qualidade de vida, incluindo perspectivas de geração de trabalho e renda. Neste sentido, a pesquisa vincula-se ao PPGER e os procedimentos metodológicos tem por base a abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e realização de pesquisa de campo para produção de dados em diálogo com os agricultores familiares e ou outros sujeitos diretamente envolvidos com a temática. Dentre as técnicas, será utilizada a entrevista semiestruturada e a realização de grupos focais, envolvendo temas como a história, a cultura, as expectativas, as tradições, os saberes e desejos da população, dentre outros. Do ponto de vista teórico-conceitual, a pesquisa dialoga com discussão sobre os processos contemporâneos que envolvem o espaço rural, sobretudo os agricultores familiares que veem suas perspectivas de permanência impactadas com a especialização produtiva, a modernização que exige investimentos tecnológicos de alto custo e a inserção em redes de comercialização de commodities. Além disso, a supervalorização do capital implica na necessidade de aumentar a produtividade incluindo uso de tecnologias tanto pela mecanização da agricultura quanto pelo uso excessivo de agrotóxicos, reflexos aprofundados da revolução verde. A situação das comunidades rurais brasileiras é resultado desse processo que se intensificou no Brasil durante o governo militar, subsidiado por políticas públicas e que continua sendo marcante nos investimentos que o Estado realiza no campo, sobretudo em contexto da proeminência do superávit primário. A expropriação dos agricultores se dá pela dificuldade de acesso às tecnologias hegemônicas, à terra, ao mercado (cada vez mais exigente em quantidade e padronização dos produtos) e, além disso, enfrentam também



outras dificuldades ambientais e sanitárias relacionadas com o abuso de agrotóxicos, colocando assim em risco sua soberania e segurança alimentar (PAIVA, 1973). Por fim, as consequências têm sido devastadoras para os agricultores familiares e as pequenas comunidades rurais, que além de enfrentar todos esses problemas, tiveram seu modo de vida e padrão de produção alterados, sua relação com a terra ameaçada e passam por um processo de aculturação significativo. Deste modo, esta pesquisa dialoga com as possibilidades e alternativas para promover mudanças e desenvolver o espaço rural, especialmente no caso de tecnologias socioambientais, pois tem consonância com o ambiente e com a realidade socioeconômica das famílias rurais. O processo de mobilização social, engajamento e fortalecimento comunitário é certamente necessário ao florescimento econômico destas sociedades rurais (DELGADO, 2017). Portanto, torna-se relevante compreender as condições e estratégias que tornaram as ações da Associação Comunitária tão significativas para a comunidade rural de Extrema, especialmente pelo potencial de replicação e de influenciar nas políticas públicas, apresentando condições concretas para mudanças a partir do local e da mobilização social.



DINÂMICAS EXPROPRIATÓRIAS E REAPROPRIATÓRIAS EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA E PESQUEIRO: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL REVISITADA A PARTIR DE UM MOVIMENTO SOCIAL

Rafael Pereira Santos¹

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Alan Faber do Nascimento²

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Roberta Alves Silva³

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: pereriasantosr@yahoo.com.br

Resumo

A investigação das dinâmicas territoriais da comunidade quilombola, pesqueira e vazanteira de Croatá, situada em Januária-MG, às margens do rio São Francisco é o objetivo deste trabalho. Especificamente, investigou-se a ocupação do território tradicional, a expropriação e a reapropriação a partir da abordagem descritiva do modo de vida e territorialidade quilombola/pesqueira junto à sociedade envolvente em seu processo de territorialização fortalecida pela inserção dos comunitários no Movimento dos Pescadores (as) do Brasil (MPP). Por isso, uma questão é saber como se deu a dinâmica territorial da comunidade? A importância desta investigação se remete às novas configurações dos ditos povos e comunidades tradicionais e seu rearranjo e fortalecimento identitário nas fissuras do capital que tem questionado a acumulação por expropriação enquanto sujeitos do presente e não do passado a ser superado, conforme previsões da esquerda tradicional marxista. A metodologia desenvolvida nesta pesquisa foi a etnografia (interpretação compartilhada) de Possey (2001) buscando tornar dialogáveis diferentes aspectos linguísticos e cognitivos entre pesquisador e sujeitos de pesquisa nas observações e entrevista dentro e fora da comunidade. Como estratégia utilizou-se o contínuo de variáveis/fluxos andando ou viajando com os comunitários nos diversos lugares etnográficos dentro e fora do território que se tornaram matrizes geradoras de conhecimento Tim Ingold (2005), especialmente na defesa dos direitos dos comunitários. A literatura concernente a comunidade tradicional no pensamento de Brandão (2017) aponta que a dinâmica do conflito se dá na interface semântica e material do território tornado fronteira tornando-se cercado e ameaçado pela reificação do capital a partir do modelo desenvolvimentista emergente na década de 1970. Assim, tais comunidades emergem como sujeitos expropriáveis, ilhados posto que a reprodução e acumulação do capital em sua totalidade tem como condição precípua a expropriação. Os processos expropriatórios do território tradicionalmente ocupado pressupõem a existência de um outro movimento de reterritorialização do lugar de identidade/pertença onde se guarda e reproduz a vida. Destarte, o tradicional ressignifica-se e os “expropriáveis” emergem como insurgentes dinamizando os territórios ao reaverem e



questionarem a reprodução da invisibilidade por meio do fortalecimento de sua identidade coletiva tradicional em mobilização continuada. Na América Latina, Zibechi (2017), aponta a emergência de novos movimentos de territorialização (negros, índios, mulheres e operários). Eles se organizam com outras cosmologias, seja pela teologia da libertação e/ou cheguevarismo militante, em tese diferenciados da esquerda clássica e questionando a acumulação por expropriação das terras tradicionais anexadas ilegalmente na formação de fazendas no norte de Minas. A noção de espaço e tempo (cheia e vazante) dos comunitários se dão pela noção de seco (lugar onde o rio vai ou não). Os lugares nomeados e socializados pelo labor são identificados e limitados pelas práticas de sociabilidades que geram posse/direito em ritos respeitados e reconhecidos pelo povo quilombola-pescador em sua múltipla e indivisa identidade aberta ao chegante, mas que tem forjado uma identidade de resistência instituinte em seu território frente à sociedade instituída pelo estado e capital.



CAPOEIRA ANCESTRAL: DECOLONIZAR PARA PRESERVAR

Leandro Ribeiro Palhares¹

Docente do Departamento de Educação Física (DEFI/FCBS/UFVJM) e Coordenador do Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM)

Felipe Fernandes Nonato²

Licenciado em Educação Física (UFVJM) e integrante do Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM)

E-mail do autor principal: leandro_palhares@yahoo.com.br

Resumo

O tema deste primeiro encontro é Guimarães Rosa e, por possibilitar oportunidades interdisciplinares e decoloniais, ousaremos transitar pelos Estudos Rurais e a Capoeira. Os grupos sociais que agem em coletivo se valem de seus saberes para resistir – politicamente, territorialmente, etnicamente e culturalmente. É assim nas comunidades rurais e capoeirísticas. Estabelecendo o território em que nos posicionamos, não nos referimos à Capoeira Esportiva/Esportivizada – iniciada em várias frentes, a partir das décadas de 1960 e 1970 – em que técnicas, capacidades físicas e métodos de treino são supervalorizados. Também não nos referimos às Capoeiras Angola e Regional – criações dos Mestres Pastinha e Bimba, respectivamente nas décadas de 1940 e 1930 – reconfigurações visando a aceitação pela sociedade burguesa. Estas três Capoeiras podem ser consideradas contemporâneas e procuram atender, em maior ou menor grau, aos interesses do mercado/sistema capitalista (colonial/eurocentrado; empresarial; mercadológico; mono epistêmico; machista; tecnicista). Enaltecem os grupos (empresas) e seus Mestres (gestores), com a finalidade de ascensão profissional/econômica, deixando de lado os fundamentos de seus ancestrais. Suas referências históricas são Salvador e Rio de Janeiro e Mestres Bimba e Pastinha, além do representante máximo de cada grupo. Escrevemos sobre a Capoeira de fins do Século XIX e início do XX (1890 a 1930) – aquela que herdou dos ancestrais africanos: 1) a corporalidade para a luta; 2) a musicalidade e o ritmo; 3) os métodos e códigos para criar e sistematizar, de modo inteligente e intelectualizado, os fundamentos estratégicos de organização coletiva contra um sistema opressor. Além da inserção do berimbau na Capoeira neste período, como o mediador de todos esses fundamentos e educador dos seus praticantes: se tornando o primitivo e verdadeiro Mestre da Capoeira. Esta Capoeira Ancestral é território decolonial, coletivo, com propósito: do bem comum; da preservação/salvaguarda de um patrimônio cultural imaterial; do resgate dos saberes ancestrais. Constituída em pequenas comunidades, de transmissão corpo-oral e respeitando os mais velhos como verdadeiras ‘sábiotecas ou práxiotecas’ pluriépistêmicas. Com a finalidade de acessar para salvaguardar e disseminar com muita responsabilidade e ética, em especial por meio do não interesse comercial/econômico. Suas referências históricas são as pequenas cidades do Recôncavo Baiano e os Mestres que se situam fora dos ‘holofotes midiáticos’ das Capoeiras contemporâneas – pessoas comuns, de hábitos simples, muitas vezes desqualificadas e/ou invisibilizadas pelo sistema vigente, a exemplo daqueles homens que ensinaram Bimba e Pastinha. Podemos também incluir Cobrinha Verde, Zacarias, Curió Velho, Traíra, Espinho Remoso, Surrão, Virgílio, Dois de Ouro e Nagé. Resgatar a Capoeira Ancestral neste primeiro



evento do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais, na área temática ‘Sociedade e Cultura no Mundo Rural’, se tornou um primeiro passo acadêmico na recuperação das memórias e fundamentos desses atores sociais (com suas identidades, conflitos e papéis sociais); suas ações coletivas, localizadas, como líderes comunitários, além de detentores de um saber imaterial; na construção de territórios, cotidianos e sagrados, verdadeiros ‘oásis culturais’. Ainda hoje, vivos e resistindo!

Apoio: Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM). Associação Mineira de Estudos da Capoeira (AMEC). Escola de Arte e Cultura Casa Brasil. Núcleo de Estudos em Literatura, Artes e Saberes (NELAS-UFVJM/CNPq).



CAPOEIRA: IDEOLOGIA DE MERCADO X RESGATE DE TRADIÇÕES

Felipe Fernandes Nonato¹

Licenciado em Educação Física (UFVJM) e integrante do Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM)

Leandro Ribeiro Palhares²

Docente do Departamento de Educação Física (DEFI/FCBS/UFVJM) e Coordenador do Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM)

E-mail do autor principal: leandro_palhares@yahoo.com.br

Resumo

Do período colonial ao contemporâneo a Capoeira sofreu grandes transformações. Com isso, muitos fundamentos se “perderam” em sua trajetória histórica. Destacamos a relação do capoeirista e a confecção do berimbau (principal instrumento musical da Capoeira), que perdeu espaço para uma ideologia mercadológica, pautada no consumismo. A qual os capoeiristas/produtores são inseridos nessa ideologia através de iniciativa própria ou demanda do mercado e os capoeiristas/consumidores, contribuindo igualmente para o sistema, deixam de fabricar seus próprios instrumentos por desconhecimento da técnica ou por simplesmente não quererem se dar ao trabalho, podendo, estar assim deixando de lado uma conexão mais íntima com os instrumentos. Dessa forma, para que haja um resgate dos fundamentos da Capoeira ancestral, o capoeirista deve buscar esse conhecimento com os Mestres de Capoeira, assim, o mesmo pode adquirir a habilidade necessária à confecção do berimbau, se desvinculando de alguns aspectos da ideologia mercadológica, por exemplo, o consumismo. Ao mesmo tempo em que tem contato com os guardiões do saber, que podem contribuir significativamente para o aprimoramento dessa habilidade que pode ser adquirida pelo capoeirista. Levando em consideração que muitos desses Mestres estão tomados pela ideologia mercadológica, e ainda que alguns dependam desse saber como um meio de sobrevivência pode ser que seja necessário utilizar de diferentes estratégias que favoreçam os dois lados, como exemplo, realizar um convite para que os Mestres possam dar oficinas e que os mesmos sejam retribuídos financeiramente para isso ou procurar Mestres que não fazem disso o seu ofício para dar oficinas gratuitas para os capoeiristas interessados. Como a confecção com qualidade é um processo que demanda tempo, talvez o capoeirista precise comprar instrumentos, podendo tirar o máximo de proveito disso, de forma que terá a possibilidade de discutir termos técnicos com o artesão/vendedor (mais experiente) e assim poderá conseguir alguma informação ou dica que possa contribuir para a sua experiência e evolução como artesão. Comprar o berimbau é o caminho mais fácil e cômodo para o capoeirista, o que vai de encontro à ideologia de mercado num sistema capitalista dentro do qual você paga por um instrumento pronto sem ter que se dar o trabalho de entender os processos, técnicas e sentimentos envolvidos na confecção. Já a confecção do instrumento leva o capoeirista de encontro às tradições e fundamentos da cultura a que pertence, resgatando valores e aprimorando seu conhecimento.



Apoio: Coletivo Berimbau Ensina (DEFI-PROEXC/UFVJM). Associação Mineira de Estudos da Capoeira (AMEC). Escola de Arte e Cultura Casa Brasil. Núcleo de Estudos em Literatura, Artes e Saberes (NELAS-UFVJM/CNPq).

Sessão de comunicação XIV

O TRADICIONAL NAS DINÂMICAS PRODUTORAS DO LAZER MODERNO: NOTAS ENSAÍSTICAS SOBRE A REPRESSÃO (E AS RESISTÊNCIAS) AOS DIVERTIMENTOS POPULARES

Alan Faber do Nascimento

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIel-UFMG)

E-mail: alanfaber@uol.com.br

Resumo

Nos estudos do lazer, são duas as interpretações clássicas sobre a origem dos lazeres. A primeira, de vertente ontológica e caudatária da psicologia social, identifica o fenômeno nos mais distintos contextos sociais e quadros históricos. A justificativa teórica, para isso, é que o lazer seria uma necessidade humana ligada ao lúdico. Já a outra corrente, de vertente histórica, representada pelo francês Joffre Dumazedier, conceitua o lazer como um fenômeno produzido pela destradicionalização do cotidiano, num processo em que os valores tradicionais pari passu são substituídos pelos valores modernos da indústria. Ocorre, no entanto, que essas duas interpretações desistoricizam a emergência dos lazeres modernos: enquanto a primeira é a-histórica, falta a segunda historicidade. Identifica-se, em contraponto, motivos empíricos para sustentar que os lazeres ingressaram na Lebenswelt dos homens e mulheres modernos a fórceps. Note-se que, no Brasil, o aburguesamento da vida não seguiu as leis físicas da inércia. Ao contrário, o processo implicou sistemática violência contra o universo cultural e lúdico dos negros. É elucidativo o fato de que, um dia após a lei que abolira a escravidão, as manchetes dos jornais não terem festejado a efeméride, porquanto estavam ocupadas em advertir contra os perigos da ociosidade! Igualmente expressivo foi o Código Penal de 1890 ter enquadrado a vadiagem e a capoeiragem no mesmo tipo penal. Aos olhos dos ideólogos do progresso, os divertimentos populares eram um sinal do atraso, da situação colonial que se pretendia superar. Assim, festas tradicionais, como a da Penha no Rio de Janeiro, representavam um obstáculo para a modernidade que se anunciava para a capital do país. O próprio samba, tornado produto turístico nacional após a Revolução de 1930, foi duramente reprimido pela polícia. Também pudera. Naquele momento, a quadra era concreta e simbolicamente um terreiro onde as composições eram benzidas. Enfim, teoricamente, o que se infere da repressão aos divertimentos populares é que, para dar à luz o moderno, fez-se necessário o recurso ao tempo de não-trabalho para formar a temporalidade (e a corporeidade) para o trabalho fabril e para os lazeres-mercadoria.



Em face disso, esta investigação pretende explorar, com base na modernização da sociedade brasileira, o papel do tradicional nas dinâmicas produtoras do lazer moderno. Sustenta-se que os divertimentos populares são, a um só tempo, realidade a ser reprimida e agente mediador do processo – e não simples etapa a ser substituída, automaticamente, pela industrialização do cotidiano. A pesquisa está fundamentada no materialismo histórico-dialético. Os conceitos que balizam a investigação são os de acumulação primitiva e de subsunção formal e real do trabalho ao capital. A técnica de pesquisa é a coleta de dados bibliográficos em repositórios digitais de textos acadêmicos sobre a temática dos divertimentos populares. O marco temporal é o período que se estende da República Velha à era Vargas. Espera-se com esta investigação, ainda em caráter ensaístico, contribuir para o desenvolvimento de uma nova epistemologia do lazer – leia-se, dialeticamente construída, em contraponto à hegemonia que as correntes fenomenológicas e ontológicas possuem na área.

Apoio: Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (CNPq UFMG), sob a liderança do Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama.



AS ALTERAÇÕES NO/DO ESPAÇO EM TABULEIRO (DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO MG): UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO TURISMO NO MODO DE VIDA DOS PRODUTORES LOCAIS

Wellington Aguilar de Santana

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: juninhodesantana@gmail.com

Resumo

O presente resumo vem apresentar uma pesquisa em andamento que ocorre no âmbito da pós-graduação em Estudos Rurais ofertado pela UFVJM. O trabalho discute como o turismo ocorre em um espaço rural, e analisa as alterações que ocorrem no local, pensando as consequências, possibilidades e resistência dos moradores para este processo. O contexto empírico da pesquisa ocorre em Tabuleiro do Mato Dentro, distrito rural de Conceição do Mato dentro MG. Percebendo como o turismo é impulsionado pelo poder público municipal, e como o fenômeno está no interior da sociabilidade dos que no distrito habitam, se faz necessário entender como a relação entre os moradores locais e o turismo ocorre, para compreender qual a atual vocação do distrito, e ainda para não naturalizar uma prática predatória como o turismo, que em termos gerais, vem como uma atividade de produção e circulação de um capital flexível, que assume uma nova forma de exploração e o consumo de áreas naturais aparece como um eficaz mecanismo. Em última instância, apresentaremos uma base conceptual para pensar o turismo como uma moderna forma de acumulação capitalista que segrega, marginaliza e vilipendia os trabalhadores. Assim ele será tratado como um fenômeno que propõe a reprodução sob novos termos. Daí perguntamos: seria o turismo uma forma de incremento de renda para os produtores rurais do Tabuleiro? Quais pessoas ou grupos poderiam ganhar com este fenômeno? Como o turismo pode alterar a vida dos que da terra dependem? Para responder estas perguntas, a pesquisa conta com uma revisão bibliográfica que traz, com base no pensamento marxista, uma discussão para entender se/como o turismo é uma ferramenta do capital, e qual sua relação na produção do espaço nos dias atuais. Estudar um pensador do tema, Henri Lefebvre, aparece como um caminho, uma vez que este elaborou uma vasta contribuição a respeito da produção do espaço. Colocando a premissa de que o espaço é a concretização do real, e que ele é socialmente produzido, procuramos evidenciar o atual momento da produção social. Para tanto, uma incursão no pensamento de Marx se faz necessário, uma vez que o estudo do modo de produção é iminente nesta discussão. Ainda é feito uma análise sobre o que entendemos por modo de vida e um apanhado de literaturas que versam com base em Marx a respeito do turismo. Outro caminho escolhido foi o trabalho de campo, que é estabelecido através de entrevistas semiestruturadas e abertas. Esta metodologia vem acompanhada de uma análise de conteúdo, que será utilizada para apurar os dados coletados em campo. As entrevistas ocorrem no âmbito da comunidade e será realizada com produtores agropecuários locais. Foi escolhido duas instituições na comunidade. Uma é a Feirinha do Tabuleiro (organização social que fundou, gere e



sustenta a feira de produtos produzidos no distrito) e outra a ASCOTA (associação comunitário do Tabuleiro). Outras entrevistas ocorrem em áreas públicas e nas residências. Foi escolhido um total de quinze famílias espalhadas pelo distrito. Nestes termos, a pesquisa trará um apanhado teórico metodológico para entender a atual produção do espaço no distrito. Grosso modo, é discutido a inserção de atividades capitalistas em áreas rurais. Pretendemos verificar a hipótese de que os produtores rurais, mesmo com as dificuldades impostas pelo atual modo de produção capitalista, arrostam, e não sucumbem suas atividades as imposições do mercado, (re)criam-se com atividades que resistem a produção homogênea do capital!



GENTE, MEIO E GRUPO: O SISTEMA ALIMENTAR E A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO HÍBRIDAS E LAÇOS DE SOLIDARIEDADE E PARENTESCO NO USO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Vítor Sousa Dittz¹

Discente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Nadja Maria Gomes Murta²

Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: vitordittz@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa analisa as relações de trabalho híbridas e os laços de solidariedade e de vizinhança presentes nos meios e modos de subsistência de comunidades tradicionais do alto vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. O objetivo geral da investigação é compreender o sistema alimentar local. Considerando que o processo de obtenção de alimentos é bem definido em espaços distintos e delimitados pelo cotidiano do camponês lavrador tais como a lavoura, a horta, o quintal, a mata e o campo, os mesmos foram analisados enquanto espaços familiares de produção, de trabalho e de consumo. Utilizando recursos como a observação participante e a entrevista semiestruturada recorrente individual com os moradores, foram coletadas informações que permitiram elaborar um estudo etnográfico de cada bairro rural estudado. Por meio do método de estudo de análise comparativa entre esses dois bairros localizados no município do Serro, Milho Verde e Jacutinga, ambos com características semelhantes e distintas; discute-se o processo de constituição e evolução das relações sociais e de trabalho híbridas, assim como as suas recentes alterações e transformações no sistema alimentar dessas localidades no decorrer dos últimos cinquenta anos. Tendo em vista o fato de a pesquisa estar intimamente ligada à produção de alimentos e aos sujeitos sociais produtores, a análise privilegia o papel desses sujeitos e suas formas de sociabilidades vivenciadas no cotidiano da vida rural. Em função desse enfoque o estudo aproxima-se da concepção de camponês caipira, camponês lavrador presente nas obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Candido, Darcy Ribeiro e Carlos Rodrigues Brandão. Fatores externos e internos ao espaço de cada bairro influenciaram acarretando mudanças, permanências e metamorfoses no espaço social alimentar. Essas ocorreram independentes do desenvolvimento do ecoturismo, visto que, somente um deles vivenciou esse processo nas últimas décadas. Contudo, foi constatado que transformações significativas surgiram antes dessa atividade, como consequências de fatores comuns que influenciaram diretamente na melhoria das condições de vida e no acesso a renda de seus moradores. Uma vez que, as mudanças, e mesmo permanência, possuem mais semelhanças do que distinções em ambos os bairros, tanto no que se refere ao espaço do comestível quanto ao sistema alimentar de seus moradores.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM – DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



ARQUITETURA VERNÁCULA RURAL: HABITAR E RESISTIR

Mayan Maharishi¹

Pesquisadora, discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Marivaldo Aparecido de Carvalho²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: mayan.maharishi@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa: Narrativas Orais: saberes e fazeres da Arquitetura Vernacular (construções com antigos saberes e materiais locais naturais) em São Gonçalo do Rio das Pedras–MG e entorno, desenvolvida no programa de pós-graduação interdisciplinar em Estudos Rurais PPGER/UFVJM. Realizou-se pesquisas bibliográficas, entrevistas por meio de trabalho de campo e observações etnográficas com base na metodologia de pesquisa participante, houve levantamento dos conhecimentos presentes na oralidade em relação à arquitetura vernácula na comunidade e a maneira como as pessoas se relacionam com suas construções, seus hábitos de construções, seus procedimentos e suas reflexões sobre suas ocupações espaciais e vida. Evidenciou-se que há uma crise do habitar, em que o afastamento da autonomia construtiva tem sido um dos maiores impactos encontrados. Esse afastamento não se dá apenas pela escolha dos materiais, mas pela impossibilidade de escolher como habitar. Verifica-se as funções ambientais dos espaços rurais na perspectiva da questão da construção como um modo de adaptar os materiais locais e sua relação com o ambiente. Buscou-se a reflexão sobre os processos de transformação social diante das relações estabelecidas frente à globalização. Algumas questões impulsionaram alterações nas dinâmicas de vida da comunidade, conseqüentemente em sua arquitetura vernácula, o que não é muito diferente de outras realidades, que Boaventura Souza Santos chama de Sul global. Uma das condições que evidenciou-se como impacto direto à arquitetura vernácula foram as legislações sobre o território, que pressionaram os sujeitos deste território a buscarem outros materiais construtivos, bem como outras atividades econômicas e condições de vida. Sendo assim, intensificou-se também a relação com o dinheiro e com as necessidades externas, que antes não eram necessárias pois tinham os recursos endógenos disponíveis e uma relação interna entre os próprios moradores e região. Passa-se então a ter uma relação de dependência em relação há alguns itens que os moradores tinham o domínio do beneficiamento, sem contar que o universo simbólico e social fica comprometido com estas adaptações. Ao passo dessas regulações legislativas outros pontos se mostraram evidentes e concomitantes, a intensificação do comércio na comunidade, migração de moradores e moradoras para outras comunidades/cidades, conflitos internos, conflitos entre estado/comunidade. A problemática apresentada por Marx da alienação do homem de si mesmo, alienação da natureza e alienação do trabalho apresenta-se aqui como uma questão viva, sob qual os sujeitos desta comunidade são responsáveis. Porém, os sujeitos que neste processo são subjugados, não estão ali apenas como espectadores, eles são parte ativa neste processo e diante de diferentes ameaças resistem, e encontram



diferentes maneiras de provocar interações que o mantenha enquanto sujeitos dotados de sua própria cultura.

Apoio: Bolsa Institucional UFRVJM -PRPPG. Agradecemos a comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras – mg e aos moradores e moradoras que contribuíram para a realização desta pesquisa.



Sessão de comunicação XVIII

CULTURA E SABERES: CUIDADOS COM A SAÚDE EM SENADOR MODESTINO GONÇALVES - MINAS GERAIS

Polliane Rocha da Cruz Moraes¹

Técnica Administrativa (UFVJM)

Alan Faber do Nascimento²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Silvia Regina Paes³

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: pollianerochacruz@yahoo.com.br

Resumo

A pesquisa realizada refere-se a práticas de cura e prevenção das doenças realizada em uma cidade do Alto Vale do Jequitinhonha – Senador Modestino Gonçalves. O presente trabalho visa refletir a respeito das práticas de cura e prevenção das doenças através da medicina popular. Tais tratamento e prevenção das doenças, tem como base a alimentação adequada a cada tipo de enfermidade e/ou a situação que a pessoas se encontram, como por exemplo a gravidez. Outro meio usado são as plantas medicinais com características específicas identificadas pelos mestres Modestinosenses, incluindo ou não as orações como complemento nos tratamentos. Considerando que as benzeções que tem como ferramentas os gestos, às ervas e às palavras usadas pelo intermediador (benzedor) do paciente com a entidade superior necessária para a cura. Nesse contexto, é importante problematizar que alguns autores consideram que essas formas tradicionais de tratamento são mais comuns nas áreas rurais, em localidades de difícil acesso a medicina moderna ou por questões socioeconômicas, ou até mesmo devido ao processo histórico de exclusão. Pensando na resistência destas práticas seculares de cura, o trabalho visou investigar quais os fatores que influenciam a continuação desses tratamentos, levando em consideração que a medicina moderna avançou bastante nos últimos anos, assim como os recursos como meios de locomoção, financeiros, conhecimento para com a medicina moderna e etc. aumentaram consideravelmente nas últimas décadas. No entanto, é uma medicina que não oferece respostas a muitas doenças. Nesse contexto, o trabalho realizado foi de fundamental importância para entendimento, cultural, social e econômico de determinada região. No que tange ao valor cultural, o vale do Jequitinhonha carrega valores e saberes importantes sobre gastronomia, saúde, religiosidade e etc. Quanto ao entendimento social e econômico, o trabalho justifica-se por gerar entendimento sobre o comportamento e colaboração social e econômica entre os membros da comunidade. Além de expor mudanças em todos estes quesitos geradas pela modernidades, como por exemplo a perda de alguns destes valores citados acima. Para realização da pesquisa foi utilizada a história oral com questionários semi estruturados. A técnica usada para coleta de dados foi a entrevista gravada com duração de aproximadamente 40 minutos. A mesma contou com



a participação de 25 habitantes das comunidades rurais e urbana da cidade que usam com frequência a medicina popular local. Conclui-se que os resultados da pesquisa é de extrema relevância para compreensão da busca pelos métodos populares de cura ligados a espiritualidade e também para entendermos a perpetuação dos saberes populares das comunidades tradicionais apesar do avanço da medicina formal.

Apoio: UFVJM



CULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA E OS CUIDADOS COM A SAÚDE

Polliane Rocha da Cruz Moraes¹

Técnica Administrativa (UFVJM)

Alan Faber do Nascimento²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: pollianerochacruz@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho traz para discussão as práticas de cura da medicina popular por meio de benzeções, uso de ervas, raízes, frutos e dieta alimentar na cidade de Senador Modestino Gonçalves, localizada no Alto Vale Jequitinhonha-MG. Para tanto, foi lançando um olhar sobre a continuidade dos saberes populares em relação às práticas de cura de acidentes ofídicos ocorridos na comunidade local de Barbada. Os mestres locais que realizam tais tratamento utilizam técnicas específicas como benzeção, plantas medicinais (folhas, sementes, raízes e cascas) para fabricação da garrafada, neste caso, conhecido popularmente na região como “conta para bicho mal”, alimentação adequada e adaptada de acordo com o que a vítima tem disponível, além de outros saberes não ligados aos quesitos acima citados, como por exemplo o uso de pedra de veado (cálculo retirado da vesícula biliar), não pisar em água corrente, amarrar um cipó verde na parte do corpo onde foi picado, com a intenção de receber boas vibrações da natureza. O recorte temporal focou nos acidentes ofídicos ocorridos com os membros de uma família entre os anos 1968-1997. Levando em consideração que os três membros da família passaram por tratamento com o mesmo mestre curandeiro morador da mesma comunidade rural. A pesquisa mostra a situação em que cada membro se encontrava no momento do acidente. Tais situações refere-se ao local onde estavam, alimentação anterior ao acidente e suas influências ao estado de saúde da vítima, métodos usados em cada um deles de acordo com a necessidade e protocolos a serem seguidos. Para realização da pesquisa foi usado a história oral, por meio de entrevistas gravadas e transcritas idênticas as falas dos entrevistados para depois serem organizadas para discussão. Conclui-se, que o trabalho é de extrema importância para a perpetuação dos saberes populares nas comunidades, apesar do avanço da medicina formal, por terem meios próprios de curas de algumas doenças, inclusive de mazelas que a medicina “formal” não conseguem identificar. Isso poderá ser observado na leitura das entrevistas gravadas.

Apoio: UFVJM



(DES)DIAGNOSTICANDO A IDENTIDADE TRANS: REFLEXÕES ACERCA DA CID-11

Gabriel Lohan de Paula e Silva¹

Discente de Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais de Diamantina. Participante PIBIC/Fapemig pelo Grupo de Pesquisa, CNPQ: “Gênero e Efetivação dos Direitos da Pessoa” com linha de pesquisa em “Os Efeitos da Despatologização da Transexualidade: entre Reconhecimento e Tolerância dos Direitos da Pessoa”.

E-mail: biellohan@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo almeja analisar a ineficiência da Organização Mundial da Saúde ao tratar da diversidade de gênero, tendo como foco a dos transsexuais. Tendo como base as causas e consequências de todo ato, são debatidos os reflexos mais presentes na realidade de um transexual, principalmente em relação à transfobia. Portanto, a relevância do tema e do artigo também pode servir como instrumento necessário para a emancipação da comunidade trans. A premissa de igualdade formal na Constituição Federal Brasileira de 1988 provoca diversos embates relacionados a temas complexos como “reconhecimento x tolerância” e mais simples como “diversidade x aceitação”, por isso faz-se a necessidade de dissertar e pontuar a atualidade e as alusões históricas de toda a problemática em relação ao segmento. Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) usa como base a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que considera a transexualidade como transtorno mental. No entanto, esta classificação passará a ser definida como incongruência de gênero, ou seja, a instituição apenas mudou a nomenclatura e o lugar no catálogo de patologias da CID-11, mantendo, assim, mais um paradigma à comunidade. A metodologia utilizada partiu, principalmente, da análise de teorias renomadas sobre a transexualidade, como a da Performance instituída por BUTLER (2003) e da Contrassexualidade por PRECIADO (2000). Somado a isso, debates sociológicos em relação ao tema também são apresentados, principalmente focando na questão do reconhecimento, visto que já existe notoriedade de autores que fomentam a questão do transexual, assim como outros apenas legitimam todos os paradigmas enfrentados pela comunidade. Ademais disso, a Transgender Europe, em parceria com ONGs brasileiras como a Rede Trans, o Brasil é o país líder no quesito das mortes de transsexuais e transgêneros no mundo. O rompimento e não apenas a reformulação de paradigmas implica diretamente na erradicação da transfobia que se configura como a problemática que instituições como a OMS acabam legitimando. Logo, o objetivo do artigo é pontuar as questões recorrentes em relação à realidade trans, pontuando enfaticamente os paradigmas e, assim, sintetizando as teorias para não apenas remodelar paradigmas, mas sim ultrapassá-los.



PROJETO HORTA CIDADÃ – SEMEANDO CONHECIMENTO, COLHENDO VIDAS!

Thomaz Araújo Castro¹

Discente do Curso de Agronomia – Departamento de Agronomia (DAG-UFVJM)

Josimar Rodrigues Oliveira²

Engenheiro Agrônomo, D.Sc. – Divisão de Fazendas/UFVJM

Paulo Eduardo Rabelo³

Técnico em Agropecuária da Fazenda Experimental Rio Manso (FERM-UFVJM)

Daniel Ferreira da Silva⁴

Docente, D.Sc. – Departamento de Agronomia (DAG-UFVJM)

Antônio Geraldo Ferreira⁵

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais.

E-mail do autor principal: thomaz_galo1995@hotmail.com

Resumo

O projeto Horta Cidadã – Semeando conhecimento, colhendo vidas! é uma ação de extensão universitária vinculada ao Programa de Apoio a Agricultura Familiar Coutense, que é desenvolvido no município de Couto de Magalhães de Minas-MG. Esse município está localizado na região do Alto Jequitinhonha a aproximadamente 33 km de Diamantina, nas coordenadas geográficas de 18° 04' 17" S e 43° 28' 16" W, com altitude média de 726 m, sua área territorial é de aproximadamente 485 km². A região tem como fonte de renda o garimpo e a agricultura familiar. O presente projeto está sendo desenvolvido por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) juntamente com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O objetivo geral do projeto é difundir o conhecimento gerado na Universidade e demais instituições de pesquisa do Brasil na Horta Cidadã de Couto de Magalhães de Minas e promover o crescimento, desenvolvimento e consolidação dos programas de horta comunitária em parceria com o Governo Municipal. As famílias que são integrantes do projeto são aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e são selecionadas pela equipe de Assistentes Sociais do CRAS. A área onde o projeto está instalado tem uma dimensão de aproximadamente 4 hectares e está localizada ao lado da Fazenda Experimental Rio Manso da UFVJM, tendo sido cedida para a Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, por meio de contrato com a Escola Estadual “Jerônimo Pontello”. Portanto, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente gerencia a área, cuida da logística de produção cedendo a terra, água, corretivos de solo, esterco, bandejas e sementes para que as famílias possam desenvolver as atividades olerícolas para subsistência e para geração de renda com a comercialização do excedente. A Universidade contribui com a atuação de um bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) que faz o acompanhamento das atividades realizadas diretamente na horta comunitária durante dois dias na semana, prestando assistência técnica para as famílias. O Projeto Horta Cidadã realiza oficinas, cursos de capacitação, dias de campo e produz material didático-instrucional (cartilhas, banners, etc.) com o



intuito de capacitar os integrantes da horta, para que eles adquiram os conhecimentos técnicos básicos para tornar sua atividade produtiva e rentável. Algumas das temáticas trabalhadas com as famílias dentro da horta comunitária são: amostragem do solo para análise; produção de mudas em bandejas; espaçamento adequado das hortaliças na hora do plantio; confecção de compostagem; manejo integrado de pragas (MIP); fabricação de defensivos naturais; entre outras. O Projeto Horta Cidadã foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) como uma ação de extensão com potencial para redução das desigualdades, tendo sido selecionado para ser apresentado na décima quinta edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em Brasília.

Apoio: Fazenda Experimental Rio Manso; Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas; Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).



LINHA 2: CONFIGURAÇÃO DO RURAL, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Sessão de comunicação III

AGRICULTURA EM DATAS-MG: PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E NÃO FAMILIARES NA PRODUÇÃO DE CULTURAS ANUAIS, 2016 A 2017

Ângela Aparecida Santos¹

Cursando mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM); Especialista em EAD (IFNMG); Engenheira Agrônoma (UFMG)

Alberes de Paulo de Jesus²

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente curso técnico em agropecuária (FNMG)/Zootecnista (UFVJM)

Geralda de Jesus Carvalho Silva⁴

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁶

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

Kamila Cristina Freitas⁷

Licenciada em Biologia (UFVJM)

Moisés Gonçalves de Melo⁸

Graduado em administração (IFNMG)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a temática agricultura em âmbito da produção de culturas anuais em Datas-MG. O problema desta pesquisa é o de investigar sobre a participação dos agricultores familiares e dos agricultores não familiares na produção das principais culturas anuais no município de Datas. Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica para compreensão de como se deu a construção da categoria agricultura familiar e o reconhecimento dos seus sujeitos os agricultores familiares, e análise de dados secundários referentes ao cenário agrícola de Datas, dados referentes ao ano agrícola 2016/2017 cedidos pelo extensionista do escritório local da empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais-EMATER-MG, além dos dados dos censos de 1995/1996 e 2006. A agricultura em Datas foi gradualmente incrementada após a queda das atividades de mineração e com a chegada dos produtores de morango vindos da região sul de Minas Gerais, conforme se observa pelos dados dos censos analisados e pela análise dos dados da evolução em percentagem de área cultivada no município publicados pelo IBGE (2010). Os dados dos censos e os dados cedidos pela Emater, foram organizados em tabelas e gráficos e analisados estatisticamente. Quanto à construção da categoria agricultura familiar enquanto modelo



de produção, esta se deu graças aos movimentos sociais com a contribuição das vertentes social, política e acadêmica. Quanto às principais culturas anuais cultivadas no município de Datas, estas são sete sendo cinco delas (feijão primeira safra, feijão segunda safra, milho grão, cana-de-açúcar e sorgo) cultivadas mais por agricultores familiares do que por agricultores não familiares. O feijão de terceira safra e o milho para silagem são cultivados só por agricultores não familiares. O feijão de primeira safra embora tenha um maior número de agricultores familiares que se dedicam a este tipo de cultivo, a maior produção é resultante da produção de agricultores não familiares (70%-67,2 toneladas). O feijão de segunda safra apresenta maior número de agricultores familiares que se dedicam a este tipo de cultivo do que de não familiares, sendo o maior percentual de produção (80%-86,4 toneladas) também advindo da produção dos agricultores familiares. O Milho grão é cultivado mais por agricultores familiares do que por agricultores não familiares, sendo 90% da produção advinda da agricultura familiar. No cenário agrícola de Datas, em relação ao cultivo de culturas anuais, há a participação tanto de agricultores familiares quanto de agricultores não familiares, com a predominância dos agricultores familiares. Em termos de produção para a maioria das culturas é maior o percentual advindo da produção de agricultores familiares, o que revela a expressividade desta modalidade de produção na produção de alimentos nos pequenos municípios conforme já evidenciado nos dados dos censos agropecuários.



AGRICULTURA FAMILIAR DE DATAS-MG: COMUNIDADE CUNHA, 2018

Ângela Aparecida Santos¹

Cursando mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM); Especialista em EAD/IFNMG; Engenheira Agrônoma (UFMG)

Alberes de Paulo de Jesus²

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)/ Zootecnista (UFVJM)

Geralda de Jesus Carvalho Silva⁴

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁶

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

Kamila Cristina Freitas⁷

Licenciada em Biologia (UFVJM)

Moisés Gonçalves de Melo⁸

Graduado em administração (IFNMG)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o tema agricultura familiar enquanto modelo de produção. A agricultura em Datas foi gradativamente incrementada em Datas após a queda do garimpo e chegada dos produtores de morango do sul do estado, de forma que a atividade só mais recentemente passou a integrar-se como uma das bases econômicas do município, sendo hoje predominante o modelo de produção agricultura familiar, modelo de produção que assume as peculiaridades locais, regionais, sociais e produtivas de cada região, desta forma é relevante conhecer qual a configuração da agricultura familiar em termos de características dos sujeitos, os agricultores familiares e características da produção agrícola e pecuária das unidades de produção. O problema de pesquisa consiste em investigar o perfil e as características de algumas famílias agricultoras e das unidades de produção em que estão inseridos, objetivando conhecer como estão configuradas em termos de diversidade produtiva, e quais suas especificidades para o contexto do município de Datas-MG. A pesquisa consiste em um estudo de caso, privilegiando-se como objeto de estudo a comunidade Cunha do município. A coleta dos dados foi realizada por meio da submissão de questionários com questões abertas e fechadas a algumas famílias que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram submetidos questionários a seis sujeitos (responsáveis por cada grupo familiar) que se dedicam à agricultura, sendo incluídas na pesquisa os responsáveis pelas famílias convidadas e que manifestaram interesse em responder o questionário. Como resultados, constatou-se que, a maior parte das famílias são compostas por 3 e 4 membros, 40% e 40% respectivamente. A maior parte das famílias são compostas por 3



e 4 membros, 66,67%. Todos os entrevistados (responsáveis pelo grupo familiar) são do gênero masculino. Quanto á escolaridade a maioria apresenta ensino fundamental incompleto, a maioria dos entrevistados se enquadram numa faixa etária acima de 45 anos, e a maioria com renda familiar até um salário mínimo. Nas propriedades a predominância da força de trabalho é familiar, com a agricultura como principal fonte de renda. As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares entrevistados são avicultura, suinocultura, Todos os entrevistados estão enquadrados no grupo de DAP B e se reconhecem como agricultores familiares. As áreas das propriedades das famílias entrevistadas varia entre 02,0 a 30,0 hectares, com a condição de uso da terra variando entre proprietários e posseiros. As famílias entrevistadas desempenham uma diversidade de atividades em suas unidades de produção, sendo várias as culturas cultivadas e as atividades pecuárias desenvolvidas. A diversificação das atividades produtivas traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade. Quanto mais a diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades maior estabilidade financeira proporciona a família.



AGRICULTURA FAMILIAR DE DATAS-MG: ESPECIFICIDADES DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DA COMUNIDADE VARGEM DO BASTO, 2018

Ângela Aparecida Santos¹

Cursando mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM); Especialista em EAD (IFNMG); Engenheira Agrônoma (UFMG)

Alberes de Paulo de Jesus²

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)/Zootecnista (UFVJM)

Geralda de Jesus Carvalho Silva⁴

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁶

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

Kamila Cristina Freitas⁷

Licenciada em Biologia (UFVJM)

Moisés Gonçalves de Melo⁸

Graduado em administração (IFNMG)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a temática agricultura familiar, sendo que o problema de pesquisa consiste em investigar o perfil e as características de algumas famílias agricultoras e das unidades de produção em que estão inseridos, objetivando conhecer como estão configuradas em termos de diversidade produtiva, e quais suas especificidades para o contexto do município de Datas-MG. A agricultura em Datas foi gradativamente incrementada em Datas após a queda do garimpo e chegada dos produtores de morango do sul do estado, de forma que a atividade só mais recentemente passou a integrar-se como uma das bases econômicas do município, sendo hoje predominante o modelo de produção agricultura familiar, modelo de produção que assume as peculiaridades locais, regionais, sociais e produtivas de cada região, desta forma é relevante conhecer qual a configuração da agricultura familiar em termos de características dos sujeitos, os agricultores familiares e características da produção agrícola e pecuária das unidades de produção. A pesquisa consiste em um estudo de caso, privilegiando-se como objeto de estudo a comunidade Vargem do Basto do município procedendo-se a coleta de dados por meio da submissão de questionários com questões abertas e fechadas a algumas famílias que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram realizadas cinco entrevistas com os sujeitos que se dedicam à agricultura, sendo incluídas na pesquisa as famílias convidadas e que manifestaram interesse em responder ao questionário. Com a pesquisa foi possível constatar que a maioria das famílias são compostas por 3 e 4 membros, com a maioria dos entrevistados (responsáveis pela grupo familiar) do gênero masculino. Quanto à escolaridade a maioria dos entrevistados apresenta ensino fundamental incompleto e se enquadram



numa faixa etária acima de 45 anos, com renda familiar entre um e dois salários mínimos. Nas propriedades a predominância da força de trabalho é familiar, com a agricultura como principal fonte de renda, desta forma todos os entrevistados se reconhecem como agricultores familiares. A maioria das famílias apresenta-se enquadrada no grupo de DAP B, com as áreas das propriedades variando entre 18,0 a 65,0 hectares, e a condição de uso da terra variando de proprietários a arrendatários. As famílias se dedicam a uma diversidade de atividades em suas unidades de produção, sendo várias as culturas cultivadas e as atividades pecuárias desenvolvidas. Das atividades agrícolas as praticadas pela maioria das famílias entrevistadas são cultivo de cana-de-açúcar e de milho, sendo cada uma destas cultivada por 100% dos entrevistados. Quanto às atividades pecuárias a principal a que se dedicam são a avicultura, sendo desenvolvida por 100% das famílias entrevistadas. A maior parte da produção resultante das atividades agrícolas e pecuárias é destinada ao consumo e venda, sendo a feira do agricultor do município o principal local de comercialização. Todos os grupos familiares se dedicam a uma diversidade produtiva, agrícola e pecuária, e maior diversidade produtiva caracteriza diversificação da renda, o que traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do mercado, o que é importante para o caso dos grupos familiares que produzem tanto para o consumo quanto para a venda. Quanto mais a diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades maior estabilidade financeira proporciona a família.



AGRICULTURA FAMILIAR DE DATAS-MG: ESPECIFICIDADES DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DAS COMUNIDADE CUNHA E VARGEM DO BASTO, 2018

Ângela Aparecida Santos¹

Cursando mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM); Especialista em EAD (IFNMG); Engenheira Agrônoma (UFMG)

Alberes de Paulo de Jesus²

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)/Zootecnista (UFVJM)

Geralda de Jesus Carvalho Silva⁴

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁶

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

Kamila Cristina Freitas⁷

Licenciada em Biologia (UFVJM)

Moisés Gonçalves de Melo⁸

Graduado em administração (IFNMG)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o tema agricultura familiar enquanto modelo de produção para o contexto específico de Datas-MG. Datas é um dos municípios do Alto Jequitinhonha que por muito tempo apresentou a mineração como principal base econômica. Somente após a queda da mineração e chegada dos produtores de morango do sul do estado, a agricultura no referidomunicípio gradativamente foi se incrementando-se como uma das suas bases econômicas, sendo hoje predominante o modelo de produção agricultura familiar, modelo de produção que assume as peculiaridades locais, regionais, sociais e produtivas de cada região, desta forma é relevante conhecer qual a configuração da agricultura familiar em termos de características dos sujeitos, os agricultores familiares e características da produção agrícola e pecuária das unidades de produção. O problema de pesquisa consiste em investigar o perfil e as características de algumas famílias agricultoras e das unidades de produção em que estão inseridas, objetivando conhecer como estão configuradas em termos de diversidade produtiva e quais suas especificidades para o contexto do município de Datas-MG. A pesquisa consiste em um estudo de caso, privilegiando-se como objeto de estudo a comunidade Cunha e a comunidade Vargem do Basto. A coleta dos dados foi realizada por meio da submissão de questionários com questões abertas e fechadas a algumas famílias que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram submetidos questionários a seis sujeitos na comunidade Cunha e a cinco na comunidade Vargem do Basto, sendo os responsáveis por cada grupo familiar. As comunidades apresentam suas especificidades em termos de produção agrícola e de produção



pecuária, com alguns pontos convergentes como no caso do cultivo de hortaliças, frutíferas, milho e feijão, criação de bovinos, suínos e aves, mas no caso da criação de peixes somente na comunidade de Cunha esta atividade é desempenhada por dois agricultores. Tanto na comunidade Cunha quanto na comunidade Vargem do Basto a maioria dos responsáveis pelos grupos familiares é do sexo masculino, sendo em ambas os grupos familiares compostos por três a quatro membros, com a maioria dos entrevistados apresentando mais de 45 anos. Em ambas a força de trabalho predominante é familiar, com a agricultura como principal fonte de renda, além da maioria dos grupos familiares enquadrados no grupo de Declaração de aptidão ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar-DAP, B. Na comunidade Vargem do Basto as áreas das propriedades variam de 18,0 a 65,0 hectares, com condição de uso da terra variando de proprietários a arrendatários, já na comunidade Cunha as áreas variam de 2,0 a 30,0 hectares, com a condição de uso da terra variando de proprietário a posseiros. Tanto na comunidade Vargem do Basto quanto na comunidade Cunha os agricultores se reconhecem como agricultores familiares, se dedicam a uma diversidade produtiva, agrícola e pecuária, cultivando várias espécies agrícolas e se dedicando à criação de vários animais como suínos, bovinos e aves, sendo a maior parte da produção para consumo, mas com comercialização de excedentes. A maioria dos grupos familiares acessam políticas públicas, sendo o programa Bolsa família e o PRONAF as principais. A agricultura familiar apresenta suas peculiaridades, históricas, regionais e culturais, mesmo dentro de um município de pequena área como é o caso do município de Datas, há diferenciações entre localidades (comunidades) em termos de vocações produtivas, tamanhos das propriedades e de condição de uso da terra.



Sessão de comunicação IV

AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: O PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA EM JAPONVAR-MG (2014-2018)

Ângela Aparecida Santos¹

Cursando o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER/UFVJM)/ Engenheira agrônoma(UFMG)

Edneila Chaves²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e dos cursos de História e Bacharelado em Humanidades (UFVJM)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O problema desta pesquisa consiste em investigar a implementação e o impacto de política pública para a agricultura familiar na conjuntura nacional de reconhecimento e de valorização da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura, desde a década de 1990. Privilegiou-se como objeto de estudo a sociedade de Japonvar no período de 2014-2018, ao norte do Estado de Minas Gerais. Com os objetivos de verificar da implementação, execução e impactos de política pública quanto à melhoria da produtividade das atividades agrícolas e das condições materiais de vida de agricultores beneficiários em âmbito do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM). A pesquisa abrange duas etapas: primeiramente, pesquisa bibliográfica e a análise de 81 projetos produtivos e 81 relatórios elaborados pela Empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais-EMATER/MG, com dados do Programa, após dez meses de execução. Inicialmente, constatou-se que as principais atividades desenvolvidas foram avicultura e suinocultura caipiras. A maioria dos agricultores aderiu ao programa, com a utilização dos recursos financeiros e técnicos disponibilizados. Na segunda etapa, foi realizada pesquisa de campo, para levantamento de dados junto aos agricultores, com fins de analisar a execução e impactos do programa para o período de três anos após sua implementação (2014-2018), para esta etapa privilegiou-se as localidades com maior número de agricultores que estruturam as atividades de suinocultura e avicultura. O universo da pesquisa constitui-se de 12 beneficiários, três responsáveis dos grupos familiares que estruturam cada uma das atividades, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino, a fim de obter as informações de forma mais verticalizada, e assim identificar o impacto do Programa nas comunidades rurais de Santa Rosa, Corisco e Beco (Japonvar) em um período mais alargado, com enfoque para as principais atividades, visto que informam sobre as tradições agrícolas. Com os recursos os agricultores beneficiários promoveram suas atividades agrícolas, melhorando suas condições materiais e reafirmando suas tradições agrícolas. O programa Brasil Sem Miséria possibilitou aos agricultores incrementarem o número de animais referente a cada atividade estruturada por meio do programa promovendo melhoramento das condições de instalações destas atividades, da condição de investimento em outras atividades desenvolvidas na unidade de produção familiar e consequentemente



melhorias na unidade de produção familiar como um todo, promovendo o aumento de renda e lucro.

AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE ALMENARA/MG (2006-2018)

Marcos Vinícius Pacheco Pereira¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Edneila Chaves²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e dos cursos de História e Bacharelado em Humanidades (UFVJM)

E-mail do autor principal: pachecomarcosv@gmail.com

Resumo

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais/UFVJM e tem como o tema a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha, com recortes especiais para o Território do Baixo Jequitinhonha e o município de Almenara – MG. Nos moldes capitalistas, o desenvolvimento econômico de caráter modernizador e conservador aderido pelo País acarretou em diversas realidades rurais, nas quais, a agricultura familiar se organiza de acordo com as particularidades do espaço geográfico em que está inserida. A discussão teórica que inicia esta pesquisa analisa a construção do conceito de agricultura familiar para o Brasil, que se insere-se nos anos de 1990 com o reconhecimento institucional via políticas públicas, como o Pronaf. Sabendo que a produção de alimentos advindos da agricultura familiar se constitui como uma prática indispensável para o segmento e para a sociedade brasileira, o trabalho tem como objetivo investigar a atual configuração da agricultura familiar no município de Almenara, região do Baixo Jequitinhonha, com atenção para os aspectos que conduzem à caracterização da produção agropecuária e do acesso às políticas públicas vigentes no município. Em termos de método, realizou-se breve estudo bibliográfico sobre os sistemas agrários da região, marcada pela grande fazenda de pecuária extensiva e de pequenas unidades de produção de cunho familiar. Para a caracterização do espaço geográfico e do meio rural do recorte de estudo, fez-se pesquisa qualitativa e quantitativa através da interpretação de dados dos últimos censos demográficos (IBGE, 2000/2010) e agropecuários (IBGE, 2006/2017). Fez-se também uma observação direta no município que se deu através de incursões de campo nos ambientes de ocupação e articulação dos agricultores, como as feiras livres, e em comunidades rurais. As principais questões abordadas foram: o perfil dos agricultores e dos estabelecimentos rurais; a produção agropecuária e da agroindústria; e a disponibilidade e o acesso de políticas públicas direcionadas ao setor. A agricultura familiar para o Vale do Jequitinhonha foi observada com base nos processos históricos transcorridos e nas características do seu espaço geográfico. Para melhor aproximação da área de estudo, primeiramente é apresentado aspectos geográficos da bacia



hidrográfica do Rio Jequitinhonha, que se observa como um recurso hídrico essencial para a região e posteriormente expõe-se o estudo dos dados e das informações adquiridas em campo. Os dados reunidos apontam para a nítida presença de agricultores familiares em Almenara, com aspectos tradicionais e uma participação ativa na produção de alimentos voltados para a subsistência e abastecimento da população, via feiras livres. Em relação ao acesso às políticas públicas, observa-se que programas de assistência técnica e de financiamento e empréstimo de crédito fundiário estão vigentes na região, mesmo não atendendo a todos os problemas e demandas da população rural. Aponta-se assim, para uma adequação e revisão dessas políticas públicas, e indica-se a realização de estudos mais aprofundados que compreendam os sistemas agrários da região, onde inclui-se o sistema de agricultura familiar.

Apoio: FAPEMIG



COMO “O CAMPO” ESTÁ ONLINE? INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA PÚBLICA “ALFENAS DIGITAL” NA INCLUSÃO DE SUJEITOS RURAIS

Tamires Lopes Pereira¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Ivana Cristina Lovo²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail da autora principal: tamipereira9720@gmail.com

Resumo

Com o processo de avanço tecnológico atrelado a necessidade de novas informações, ocorreu uma busca incessante por mecanismos que fossem capazes de promover a cultura e dinamizar o desenvolvimento de uma sociedade em constante transformação. Compreender quais têm sido as implicações do acesso a rede de internet que se encontra dentro do complexo sistema de inovação tecnológica, e o resultado desta utilização dentro das configurações dos territórios em que vivem os sujeitos usuários e não usuários de um Projeto denominado “Alfenas Digital”, torna-se um objeto de pesquisa arrojado frente ao cenário de mudanças que o rural vem sofrendo. O “Alfenas Digital” é um projeto que visa a inclusão socio-digital da população carente a partir da oferta de sinal gratuito de internet, atuando inicialmente na zona urbana e alguns bairros rurais do município de Alfenas/MG. O propósito deste trabalho é fornecer uma análise sobre os efeitos do uso da internet na inclusão digital dos sujeitos rurais, investigando a geração de capacidades econômicas e comunicacionais no contexto de dois bairros rurais estudados. Parte-se da hipótese que a gestão do projeto “Alfenas Digital” não se assume enquanto política pública; pois o mesmo, não possui etapas como: formulação, planejamento e avaliação, que são fases essenciais no contexto de uma política pública. Admite-se também que aspectos ligados a estrutura (equipamentos técnicos) têm sido um dos fatores fundamentais ao limite da proliferação da internet no meio rural. Sendo assim, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa tendo como base a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) conjuntamente, com a Teoria Fundamentada em dados, e o uso de instrumentos para coleta de dados: grupos focais, entrevistas semi-estruturadas e observação direta. A pesquisa envolveu cerca de 68 indivíduos totais, contendo desde sujeitos usuários do “Projeto Alfenas Digital”, até, sujeitos que não se utilizam do acesso a rede mundial de internet; compreendendo que a percepção de cada um dos entrevistados, sobre a temática que objetiva este trabalho, é de suma relevância para o mesmo. Na análise dos dados os recursos empregados foram da análise de conteúdo, que apontou como resultados a confirmação das hipóteses desta pesquisa, dado que, o acesso proporcionado pela política tem potencializado articulações produtivas, com o mercado, comunicacionais, políticas, religiosas, educacionais e informacionais; fomentando indiretamente no beneficiário o seu papel de cidadão. Comprovou-se, além do mais, que a infraestrutura se apresentou como um fator limitante da expansão do acesso a internet, sobretudo nas realidades rurais. Entretanto, a gestão do Projeto



Alfenas Digital não o reconhece enquanto política pública, pois atribuem que etapas como o diagnóstico, planejamento, intervenção sobre uma realidade, avaliação das intervenções e seus resultados, ainda não se fazem necessárias, priorizando apenas a oferta do sinal de internet, o que inviabiliza um diálogo intersetorial planejado entre setores da gestão pública e entre estes e a sociedade civil organizada. Finalmente, salientou-se que as intervenções das políticas públicas carecem ser de cunho participativo, e que considerem a geração de capacidades, para além da pura oferta de acesso à internet. Ou seja, a maior contribuição da oferta de acesso a internet é a potencialidade de ampliar as possibilidades das pessoas que vivem do/no campo, permitindo que elas possam desenvolver as suas socializações, sair do isolamento social e aumentar a auto-estima através do uso e domínio da internet.

Apoio: PRPPG (UFVJM) e CAPES.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RAIZ NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KUBITSCHKE, MG

Maycon Souza Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM)

E-mail: maycongeografia@outlook.com

Resumo

O presente resumo é parte da pesquisa de mestrado que se encontra em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da UFVJM, tendo como cenário algumas comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais em especial as da região do Alto Jequitinhonha que lutam e resistem para a retomada de seus territórios e mesmo toda a dificuldade imposta pelo advento da Revolução Verde conseguem realizar um trabalho com base na agricultura familiar e com acesso a algumas políticas públicas procuram buscar um aumento na renda dessas famílias. Considerando algumas observações, este trabalho busca responder os seguintes questionamentos de pesquisa: o quanto essas particularidades das comunidades podem estar associadas às políticas públicas asseguradas a territórios quilombolas de Agricultores Familiares? O conjunto de Políticas Públicas para manutenção da agricultura familiar está de fato melhorando a renda e a organização destas comunidades quando localmente implementadas? Para responder essas perguntas será trabalhada duas hipóteses: com o acesso as políticas públicas como o PRONAF, o PNAE e o PAA os agricultores familiares de comunidades quilombolas estão capitalizando uma renda significativa para a sua família. E por fim, as políticas públicas ainda não são de conhecimento unânime entre os agricultores. Com isso, o objetivo deste trabalho é investigar os efeitos das políticas públicas de apoio a agricultura familiar em curso na comunidade Quilombola de Raiz no município de Presidente Kubitschke-MG. A proposta metodológica combinará o Estudo de Caso com a Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). A combinação destes métodos permitirá um aprofundamento da análise dos dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa. A proposta do Estudo de Caso é justamente a obtenção de informações de uma determinada região a fim de permitir generalizações capazes de compreender melhor o objeto de estudo. Com o uso da metodologia de ADSA espera-se a coleta de informações que permita analisar e compreender a dinâmica do sistema agrário no qual pretendo desenvolver a pesquisa. Como a pesquisa está em andamento os resultados obtidos são ainda preliminares, contudo os resultados já obtidos se encaminham para respostas positivas diante das perguntas que indagaram essa pesquisa.



Sessão de comunicação V

AGRICULTURA E POLÍTICA PÚBLICA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (BRASIL, 1990-2010)

Ângela Aparecida Santos¹

Engenheira agrônoma (UFMG) e discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais

Edneila Chaves²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e dos cursos de História e Bacharelado em Humanidades (PPGER/FIH/UFVJM)

E-mail da autora principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O trabalho aborda o tema da agricultura familiar. O problema de pesquisa é o de investigar o modelo de agricultura familiar e sua relação com a política pública Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para o Brasil nas décadas de 1990 a 2010. Verifica-se o processo de construção da categoria agricultura familiar desde a década de 1990, bem como a configuração desse segmento de agricultura. Mediante o processo de reconhecimento institucional da agricultura familiar com a instituição de políticas públicas a ela direcionadas, verifica-se especificamente a instituição do PAA como política pública para o setor. Com os movimentos sociais no campo em favor da valorização do trabalhador rural, já na década de 1990, difundem-se debates sobre a categoria agricultura familiar, fundamentados nas vertentes, social, política e acadêmica. Nesse contexto, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, direcionado à agricultura familiar. O propósito era de inserir os agricultores desse setor no mercado. No entanto, em âmbito do meio social rural era necessário incorporar às políticas públicas um viés social, alinhado aos eixos de incentivo à produção e à garantia de condições de permanência da população no campo. Somente em 2003, com a criação do Programa Fome Zero as ações governamentais passaram a visar ao combate à miséria e à pobreza extrema. Criou-se um canal de consumo para a produção dos agricultores familiares, visando à melhoria da qualidade de vida e à permanência destes no campo. Desse modo, o PAA foi uma política pública instituída em articulação com Programa Fome Zero e direcionada este segmento de agricultores. Visou-se fomentar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção agrícola do setor. O PAA é direcionado, portanto a dois públicos: os beneficiários agricultores, fornecedores de produtos agroalimentares e beneficiários consumidores, de segmentos sociais específicos em situação de insegurança alimentar. Para o período de 2003-2017, totalizaram-se 18.688 agricultores beneficiários do Programa, distribuídos em 2700 municípios, conforme dados da Companhia nacional de abastecimento (CONAB, 2017). Com benefícios do PAA, o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, publicado pela FAO,



constatou que o Brasil reduziu de forma expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos. No estudo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2017 (CONAB 2017). Verifica-se a relevância do PAA ao promover: o incentivo à agricultura familiar, com geração de renda por meio da comercialização de produtos agrícolas, sustentação de preços desses produtos; a segurança alimentar e nutricional para populações urbanas e rurais. Assim, conforme pesquisas e estudos sobre o tema, o PAA como política pública para a agricultura familiar tem contribuído para o fortalecimento desse setor, para a consolidação do mercado local, para a promoção da segurança alimentar de segmentos sociais específicos, com impactos positivos para o aumento da renda monetária mensal das famílias de agricultores beneficiários e para sua permanência no campo.



A COMPRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO PNAE NO MUNICÍPIO DE LADAINHA/MG

Mariane Rodrigues Silva¹

Discente do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM).

Nadja Maria Gomes Murta²

Docente do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM).

E-mail da autora principal: marimariane98@hotmail.com.

Resumo

O trabalho contempla parte dos estudos da pesquisa de mestrado em Estudos Rurais da UFVJM intitulado “As percepções dos agricultores familiares do município de Ladainha MG acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar”, tendo por metodologia estudos teórico-bibliográficos e análise de conteúdo de entrevistas realizadas com agricultores familiares participantes do PNAE. O objetivo da pesquisa consiste em desvelar as percepções dos agricultores familiares acerca do Programa no que concerne seus avanços, limites e possibilidades. O estudo está sendo realizado no município de Ladainha, situado no Vale do Mucuri, com uma população de aproximadamente 16.542 habitantes, sendo que cerca de 78,6% desta população se encontra na zona rural, correspondendo a 12.689 habitantes (IBGE, 2010). A agricultura familiar compre papel relevante na geração de renda no referido município que passa a ter um novo canal de comercialização através do PNAE. As primeiras iniciativas da alimentação escolar datam os anos 50 do século passado, tendo sua consolidação no final da década de 70 como uma política pública de acesso à alimentação para grupos vulneráveis. “De 1955 até 1993 a gestão da alimentação escolar era centralizada. Os cardápios eram planejados pelo órgão gerenciador (Ministério da Educação), os gêneros eram adquiridos via processo licitatório e a distribuição era realizada para todo o território nacional” (SARAIVA *et.al* 2012, p.02). Em 2009 o PNAE foi reformulado pela Lei nº 11.947, determinando que do total dos recursos destinados à aquisição de alimentos para a merenda, no mínimo 30% deveriam ser adquiridos em produtos da agricultura familiar e seus empreendimentos rurais, priorizando os assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos por meio de chamada pública, permitindo maior acesso aos agricultores familiares. Reconhecendo a importância da agricultura familiar e dos sistemas alimentares locais, o PNAE é considerado na atualidade, um dos maiores programas de apoio à agricultura familiar. Os estudos preliminares mostram que na percepção dos agricultores, o PNAE contribuir no fomento à agricultura familiar de Ladainha, sobretudo na geração de renda através da comercialização local. Afirmam que a partir da participação no programa, passaram a produzir tendo a certeza de que teriam um canal de comercialização. Contudo, ressaltaram que atualmente, a grande dificuldade está nas greves escolares, pois ficam impossibilitados de cumprirem o cronograma de entrega, se não tem alunos para consumirem a merenda, a escola não aceita a entrega dos alimentos, causando em alguns casos, a perda de produtos que foram produzidos com a finalidade de venda para



as escolas via PNAE. Os agricultores reconhecem a importância de seus produtos para a segurança alimentar de alunos, relatando a satisfação de saber que seus filhos, netos, sobrinhos, se alimentam dos produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar local.

Apoio: PPGER/UFVJM.



O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Mariane Rodrigues Silva¹

Discente do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM)

Nadja Maria Gomes Murta²

Docente do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM)

E-mail da autora principal: marimariane98@hotmail.com

Resumo

O trabalho ora apresentado é fruto de reflexões acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com o direito humano à alimentação e a promoção da alimentação saudável via políticas públicas no Brasil. O referido trabalho tem por metodologia a revisão crítica dos temas abordados para a elaboração da dissertação de mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Partimos das primeiras iniciativas da alimentação escolar na década de 1950 (nos auspícios da Revolução Verde e impactos alimentares) até sua consolidação enquanto política pública de acesso à alimentação para grupos vulneráveis (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de seus avanços nos anos atuais: reconhecimento da importância da agricultura familiar e dos sistemas alimentares locais e de seus desafios: a incorporação de alimentos oriundos de práticas sustentáveis. O PNAE no ano de 2009 por meio da Lei nº 11.947 determinou que do total dos recursos destinados à aquisição de alimentos para merenda escolar, pelos menos 30% deveriam obrigatoriamente ser adquiridos através de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os remanescentes de quilombos. No Brasil, a alimentação enquanto direito aparece tardiamente com a Constituição Federal de 1988 que trará como marco legal no seu capítulo II (dos Direitos Sociais), art. 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação [...] na forma desta Constituição”. Neste sentido pode-se dizer que a discussão sobre Segurança Alimentar e sua incorporação em políticas públicas com foco no acesso e consumo de alimentos com qualidade nutricional ainda é recente e se faz um desafio haja vista o modelo agrícola hegemônico no país, pautado no agronegócio. Neste contexto de luta pela alimentação enquanto um direito humano e pela segurança alimentar e nutricional, o PNAE representa uma conquista importante por ser uma política pública que se destina à garantia de uma alimentação adequada, saudável a milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Apoio: PPGER/UFVJM



POLÍTICA PÚBLICA, AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) – DIAMANTINA/MG (2017-2018)

Fernanda Daniele de Oliveira Rocha¹

Discente do curso de Turismo (FIH/UFVJM)

Edneila Chaves²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e dos cursos de História e Bacharelado em Humanidades (PPGER/FIH/UFVJM)

E-mail da autora principal: nandaoliveirar@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho faz um estudo sobre o Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), política pública para a agricultura familiar, instituída no Brasil em 2003. O foco do estudo está na investigação do referido programa na cidade de Diamantina/MG, desde sua implementação no município, em dezembro de 2017, até julho de 2018, com enfoque nos dois grupos beneficiários: os produtores de alimentos agrícolas e os consumidores. A pesquisa tem como seu objetivo central compreender sobre a política pública Programa de Aquisição de Alimentos em âmbito do perfil de agricultores, da configuração da produção na esfera de comercialização de produtos agroalimentares, direcionados a segmentos de consumidores, para a sociedade de Diamantina. Para o alcance de tal percepção foram realizadas entrevistas semiestruturadas aplicadas aos seguintes grupos: gestores do programa no município, beneficiários fornecedores dos alimentos (produtores rurais/ agricultores familiares cadastrados no programa) e beneficiários consumidores (entidades atendidas com a doação dos produtos). Através dos dados coletados, concluiu-se que o Programa de Aquisição de Alimentos tem contribuído com o fortalecimento do segmento de agricultores da denominada categoria agricultura familiar, com o fomento à comercialização dos seus produtos agroalimentares, gerando abastecimento e diversificação alimentar para os beneficiários, bem como a promoção da segurança alimentar de segmentos sociais específicos.

Apoio: UFVJM



Sessão de comunicação VII

IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DE MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO EM GOIÁS, BRASIL

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá; e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Língua, Literatura e Interculturalidade – POSLLI, da UEG – Campus Cora Coralina. Pesquisador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS/UFJF.

E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

Resumo:

Na primeira década do século XXI, o Brasil e demais países da América Latina foram impactados pelo boom das commodities minerais, com a China liderando importações de minérios como o ferro extraído no território brasileiro. Logo, a mineração está no centro do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira e contribui para ilustrar a expansão do que Petras (2014) denomina de ‘capitalismo extrativo’. Os impactos do processo expansivo da mineração, que tem como centralidade a elevação dos lucros de empresas nacionais e transnacionais, ampliaram as escalas de conflitos territoriais, expropriação de comunidades tradicionais e precarização do trabalho. Portanto, o extrativismo mineral baseado em megaprojetos a céu aberto fortalece estratégias de controle e espoliação dos territórios e dos trabalhadores. A escala da produção e exportação, os métodos e ritmos extrativos, os impactos econômicos locais e regionais, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia exemplificam os efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos de mineração. Por conseguinte, o objetivo da pesquisa é apresentar uma análise geográfica das implicações territoriais dos megaprojetos de extrativismo mineral em Goiás, Brasil. Para isso, intenciona-se apresentar resultados de investigações geográficas em territórios impactados pela mineração de nióbio nos municípios de Catalão e Ouidor, no Sudeste Goiano. A metodologia usada baseia-se em procedimentos qualitativos e quantitativos, tais como entrevistas, diário de campo, observação participante e levantamento de dados estatísticos. Goiás ocupa a terceira posição – depois de Minas Gerais e Pará – entre os principais territórios de extrativismo mineral no Brasil. O Estado é o principal produtor brasileiro de níquel (com participação de 85,6% da produção nacional), é o segundo maior produtor de rocha fosfática (com participação de 35,4%) e nióbio (com participação de 12,9%). Além disso, é o quarto maior produtor de ouro, com participação de 13,2% da produção nacional (DNPM, 2014). A exploração mineral no território goiano, controlada por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, como Anglo American, Cmc International Brasil, Mosaic, AngloGold Ashanti e Votorantim, revela a relação entre o domínio econômico do território e a ligação com a matéria prima mineral. O conjunto de impactos nas Comunidades, no meio ambiente, no estado de saúde dos trabalhadores, interferência na organização da propriedade fundiária ou expropriação dos camponeses de suas terras expõe o que Harvey (2012) denomina de “acumulação por espoliação”. Finalmente, a territorialização do capital



extrativo pelos grandes projetos de mineração expressa o grunhido da pilhagem territorial em Goiás.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

TERRITÓRIO DA ÁGUA, TERRITÓRIO DA VIDA: COMUNIDADES TRADICIONAIS E A MONOCULTURA DO EUCALIPTO NO ALTO JEQUITINHONHA

Clebson Souza de Almeida¹

Mestre pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Aline Weber Sulzbacher²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: clebsonalmeida5@yahoo.com.br

Resumo

O espaço rural do Alto Vale do Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, possui dentre suas características uma expressiva presença de comunidades tradicionais que sofreram a partir da década de 1970 a expropriação de grande parte de seu território tradicionalmente ocupado, que sob a condução do Estado brasileiro, foi destinado aos grandes projetos de desenvolvimento ligadas à produção energética, dentre eles a monocultura de eucalipto para a produção de carvão e atendimento ao setor siderúrgico. A partir deste contexto, este estudo se desenvolveu nos municípios de Carbonita, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha, com destaque para os dois últimos, localizados na microrregião geográfica do Alto Vale do Jequitinhonha. O seu objetivo geral foi: Analisar os efeitos socioambientais gerados pela implantação da monocultura do eucalipto na microrregião do Alto Vale do Jequitinhonha incluindo a sua relação com os processos de alteração no modo de vida pela expropriação territorial das comunidades tradicionais. Como percurso metodológico utilizamos os procedimentos assentados sob a perspectiva da Pesquisa Participante, buscando a inserção e interação do pesquisador no grupo/comunidade dos sujeitos pesquisados, considerando a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais que não são definidos à priori, mas construídos historicamente e buscando promover a produção coletiva de conhecimentos como patrimônio dos grupos historicamente invisibilizados. A pesquisa desenvolvida nos anos 2017 e 2018 utilizou técnicas como: a realização de 31 entrevistas em 11 comunidades camponesas, com o uso de questionário semiestruturado; a observação participante; a análise documental primária e a revisão bibliográfica. Como resultados, identificamos que os danos gerados são diversos, a citar: I) erosão genética das espécies nativas do Cerrado, com destaque para a extinção das flores Sempre-vivas das áreas de veredas; II) a destruição de espécies protegidas por lei, como os pequizeiros, que são sufocados no meio da monocultura e danificados no ato da colheita mecanizada da madeira de eucalipto; III) o uso abusivo de agrotóxicos, até mesmo aqueles proibidos por lei, gerando o risco de contaminação das fontes de água que abastecem a população; IV) desrespeito e degradação das áreas de preservação permanente (APPs) nas bordas de chapada; V) poluição do ar com gases tóxicos emitidos no processo de carbonização da madeira, colocando em risco a saúde da população do entorno e a estabilidade do clima global; VI) o ressecamento de inúmeras



nascentes de água ampliando a escassez hídrica da região; VII) a expropriação territorial de comunidades Quilombolas e Tradicionais, desestabilizando sua autonomia sociocultural e seus modos de vida.

Apoio: Bolsa Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

RESISTÊNCIAS CAMPONESAS FRENTE À SUPEREXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. UM ESTUDO DO VALE DO JEQUITINHONHA – MG

Mariane Rodrigues Silva

Discente do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM).

E-mail: marimariane98@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade discutir as estratégias de resistências camponesas no Vale do Jequitinhonha frente à superexploração dos recursos naturais a partir da experiência vivenciada na viagem de campo ofertada pela disciplina “Agroecologia e Questões Sociais do Campo” do Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Para tanto, busca fundamentar as observações em campo juntamente com a revisão teórico bibliográfica dos temas abordados. Historicamente o Vale do Jequitinhonha é marcado pela superexploração de seu território, tendência que se intensificou a partir da prevalência da questão agrária e do modelo agrícola pautado no agronegócio. A problemática da superexploração e seus rebatimentos nos aspectos econômicos, sociais e culturais perpassam pela herança histórica de três séculos de exploração do Brasil colônia, no caso do “Jequitinhonha entrou para os registros da história no século XVIII, quando era área de mineração exclusiva ou de concessão da Coroa portuguesa” (RIBEIRO 2007, p.1081). Tomando estes elementos históricos como pano de fundo, a viagem de campo possibilitou um contato próximo com as diferentes perspectivas e realidades de vida camponesas no alto, médio e Baixo Jequitinhonha. Para tanto, a viagem de campo percorreu o Vale entre os dias 02 a 05 de Julho de 2018 e se dividiu em quatro eixos temáticos (*Monocultivo de Eucalipto no Vale do Jequitinhonha; Estratégias de Convivência com o Semiárido; Questão Agrária/ Reforma Agrária; Povos e Comunidades Tradicionais*) que buscaram contemplar toda a diversidade do Vale do Jequitinhonha, pois conforme enfatizam Fávero e Monteiro (2014), para além do processo de colonização, a presença ancestral de diversos grupos sociais e de relações sociais historicamente estabelecidas, faz com que o vale apresente grande diversidade étnica e cultura, como comunidades quilombolas, indígenas e camponesas, com uma rica cultura, que segundo os autores, transcendem as expressões artísticas (música, festas, artesanato) se manifestando, sobretudo, nas formas de ocupação do território, uso dos recursos naturais, produção e reprodução social. Neste sentido, a viagem de campo possibilitou compreender que para além dos movimentos sociais de luta pela terra, das tecnologias alternativas de um povo que convive com o semiárido e das políticas públicas, que por sua vez são mediadoras da histórica questão fundiária materializada pelo monocultivo de eucalipto e latifúndios, as resistências camponesas se fundamentam na manutenção e reprodução de seus modos



de vida, cultura e valores que persistem frente à histórica superexploração dos recursos naturais.

Apoio: PPGER/UFVJM



O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NO MEIO RURAL DO ALTO JEQUITINHONHA

Franciele Aparecida Santos

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: contatofrancielesantos@gmail.com

Resumo

Os acontecimentos sociais, políticos e econômicos ocorridos nos últimos anos sugerem uma vida de trabalho ativa até idades mais avançadas, inclusive no meio rural. Paralelamente a isto, a intensa transformação tecnológica experimentada nos últimos anos e tendência para os próximos, apesar de sugerir uma melhoria nas taxas de produtividade das propriedades rurais, ocasionaram também uma necessidade menor de mão de obra humana principalmente nas lavouras e no manejo pecuário. Esta contradição leva à necessidade de entendimento do impacto social e econômico que as relações de trabalho no meio rural e seus desdobramentos podem ocasionar em comunidades onde a principal fonte de renda seja a venda de mão de obra em lavouras e/ou pecuária. Nessa perspectiva, a problemática que se apresenta refere-se aos seguintes questionamentos: Como se dão as relações de trabalho em propriedades rurais no Alto Jequitinhonha? Qual o impacto dessas relações no desenvolvimento regional? De toda a mão de obra ocupada como empregado(a) na diversificada produção agrícola da região, quais são as perspectivas dessas pessoas? A remuneração recebida é justa, considera questões do direito trabalhista e oferece condições de dignidade para estes trabalhadores? Qual a expectativa e plano de vida destes trabalhadores? Quais as alternativas para contribuição com o desenvolvimento regional e diminuição dos índices de pobreza e miséria da região podem ser ocasionadas através da valorização profissional e criação de alternativas para suprir a ausência de oportunidades no campo? Ao responder todos estes questionamentos, e analisar as reflexões acredita-se que este estudo possa gerar informações capazes de contribuir para o entendimento sobre o impacto das diversas relações de trabalho no campo como possibilidade de desenvolvimento territorial na região. Para desenvolvimento da pesquisa serão utilizadas estratégias de investigação como levantamento e análise de bibliografias, pesquisas de campo, entrevistas, questionários e grupos de discussões. Primeiramente será feito cuidadoso levantamento bibliográfico à fim de se resgatar estudos que possam contribuir com o trabalho e em um segundo momento, serão contatados os sindicatos dos produtores rurais que representam os trabalhadores do campo das cidades pertencentes ao Território Alto Jequitinhonha e também outras entidades do Vale do Jequitinhonha, à fim de estabelecer parcerias para a indicação de trabalhadores e empregadores rurais que formarão a amostra de pesquisa e ainda para o recolhimento de informações pertinentes. Em seguida, se dará o levantamento de dados com os trabalhadores e empregadores selecionados através de entrevista dialogada e finalmente serão tabuladas as informações e em formato de texto será criada a tese de dissertação de mestrado com a conclusão averiguada durante o período de pesquisa.



Sessão de comunicação VIII

A ATUAÇÃO DA EMATER/MG NA MICRORREGIÃO DE GUANHÃES/MG: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Anselmo de Paula Carvalho¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Daniel Ferreira da Silva²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: anselmomestrado2018@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, por ela pretende-se desenvolver uma análise na microrregião de Guanhães/MG, a fim de verificar os impactos positivos e/ou negativos da atuação da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/MG. O êxodo rural, a popularização dos meios de comunicação e a valorização dos centros urbanos são possíveis causas que tem levado jovens e, sobretudo as jovens mulheres, a se mudar para o meio urbano, deixando meio rural, pessoas de idade mais avançada. Esse cenário pode levar a algumas implicações, como a efetivação do matrimônio, a reprodução da família, a sucessão na propriedade e a dependência financeira da previdência rural. O número de trabalhadores dedicados às atividades agrícolas atingiu o pico em meados da safra de 1985/1986, quando chegou a mais de 23 milhões de pessoas ocupadas (IBGE, 2016). A partir de então, as estatísticas tendem para uma contínua redução do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas brasileiras, o talvez seja reflexo do fortalecimento do agronegócio de grandes latifúndios no país, com maquinários que substituem mão de obra. Neste cenário, temos como objetivo geral compreender as redes sociais da EMATER-MG e a influência de sua atuação sobre os agricultores familiares, na microrregião de Guanhães/MG. Temos também como objetivos específicos: 1. Mapear a legislação específica e as políticas públicas que atendem aos agricultores familiares da microrregião de Guanhães; 2. Analisar a redes sociais da EMATER-MG; 3. Descrever o perfil e as percepções de agricultores assistidos pela referida instituição, elencando as principais características das suas atividades produtivas; 4. Analisar as contribuições, dificuldades e potencialidades da EMATER-MG na microrregião pesquisada. Para este estudo, propõe-se a realização de uma pesquisa mista, ou seja, tanto quantitativa quanto qualitativa. Nos estudos quantitativos, os pesquisadores proveem as relações entre as variáveis e apresentam-nas em termos de perguntas ou hipóteses.



CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA-EAD DATAS-MG: DIÁLOGO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E DISCENTES (2016-2018)

Ângela Aparecida Santos¹

Professora mediadora presencial/IFNMG; Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais/UFVJM; Especialista em EAD/IFNMG; Engenheira Agrônoma/UFMG

Ivana Pires de Sousa Baracho²

Professora formadora/IFNMG; Mestre em Produção Vegetal/UFVJM; Engenheira Agrônoma/UFVJM

E-mail da autora principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

Os agricultores familiares são sujeitos do espaço rural dotados de uma gama de conhecimento resultante de suas práticas e vivências, estas de acordo com as especificidades locais, sociais, históricas e culturais. Neste contexto, o trabalho apresenta um relato de experiência de duas professoras sendo uma professora formadora da disciplina prática de formação profissional e a outra professora mediadora presencial do curso técnico em agropecuária ofertado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-IFNMG no município de Datas-MG na modalidade Educação a distância-EAD, com Recursos Naturais como eixo tecnológico. O curso possui uma carga horária total de 1.200 horas, na forma Concomitante/Subsequente, com duração de dois anos, iniciado em 2016 e será concluído no final de 2018. O estudo das disciplinas do curso é realizado em encontros presenciais e em momentos a distância, sendo ministradas em cada módulo as atividades práticas da disciplina prática de formação profissional, além das atividades práticas executadas pelos discentes na segunda e quarta semana de estudo de cada disciplina. O relato de experiência aborda os aspectos relativos à condução das atividades práticas em interação com as especificidades locais especialmente em relação ao modo de produção agrícola predominante, que é a agricultura familiar no município de Datas, destacando as atividades práticas ministradas no decorrer do curso tanto das disciplinas prática de formação profissional quanto em relação às atividades práticas realizadas em cada disciplina em curso, enfatizando a atividade da disciplina culturas anuais com a realização do evento “dialogando com o agricultor”, cujo propósito foi de promover uma interação, compartilhamento de conhecimento entre os agricultores do município, o extensionista do escritório local da Empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais-EMATER-MG e os discentes do curso técnico em agropecuária, tal evento constituiu um momento de diálogo e entretenimento entre os convidados e os discentes, uma atividade de extensão reversa como uma forma de valorização do conhecimento empírico dos agricultores. Os discentes trouxeram os agricultores para o diálogo em sala de aula e estes com suas contribuições somadas à explanação do extensionista da EMATER-MG, possibilitaram o conhecimento do panorama de cultivo do município de Datas em termos de espécies cultivadas, produção, produtividade, estimativa de área plantada e contribuição tanto de agricultores familiares quanto não familiares na produção total para o ano agrícola de 2016/2017, contemplando exatamente os objetivos do evento. Em relação às atividades da disciplina prática de formação profissional, a maioria das atividades foi realizada em propriedades



de agricultores familiares do município com compartilhamento mútuo de saberes entre os discentes e os agricultores, essencial para o aprofundamento do conteúdo teórico. O aprendizado resultante de tais atividades, tanto da disciplina de prática de formação profissional, quanto do evento “dialogando com o agricultor” foi uma forma de reforçar o conteúdo teórico visto nos momentos presenciais possibilitando aos discentes conhecer o cenário agrícola e pecuário do município de Datas, além da predominância e participação expressiva da agricultura familiar na produção de alimentos básicos. Desenvolver tais atividades em parceria com os agricultores locais constitui uma forma de valorização dos sujeitos e de seus conhecimentos empíricos. O sucesso da execução tanto das práticas da disciplina prática de formação profissional quanto do evento “Dialogando com o agricultor” nos possibilitou comprovar a importância de desenvolver tais atividades em diálogo com a realidade local como uma forma de valorização do contexto social, cultural e local, e com compartilhamento mútuo de aprendizado e de saberes.



MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTOS PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL/MG

Vinicius Paulino Fidelis

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFVJM)

E-mail: viniciusfidelis2011@hotmail.com

Resumo

As discussões sobre as teorias do desenvolvimento não são recentes, no entanto, estão longe de serem encerradas. Sendo assim, a partir de pesquisas exploratórias, estão sendo levantados os materiais teóricos sobre o desenvolvimento, além, também de participar em reuniões de formação e encontros promovidos pelos Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB). Podendo contribuir com as discussões sobre o desenvolvimento, e entender os modelos de desenvolvimento que foram e estão sendo propostos para o vale do Rio Jequitinhonha, em específico para o município de Grão Mogol/MG. Com o discurso de que é necessário proporcionar o desenvolvimento em todas as regiões do Brasil, diversos projetos foram criados. E, o vale do Rio Jequitinhonha, a partir de 1960 ao ser estigmatizado como vale da miséria, foi alvo de grandes empreendimentos voltados para a monocultura de eucalipto, a produção de energia a partir de usinas hidrelétricas, a exploração de minério de ferro etc. No município de Grão Mogol houve investimentos desses diferentes empreendimentos e, com eles, a expectativa de melhoria da qualidade de vida da população, corroborando assim, com o discurso do desenvolvimento. No entanto, de acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,604 (IDH médio entre 0,600 e 0,699), no referido ano. Sendo assim, podemos considerar que não procede o discurso de que grandes projetos são responsáveis por proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Em contraposição aos modelos hegemônicos de desenvolvimento, em 2017 o Movimento dos Atingidos por Barragens por meio da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) participou do edital de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da CEMIG com o projeto “Veredas, Sol e Lares – Uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região de semiárido-mineiro”, sendo aprovado, com início em março de 2018, com objetivo de produzir energia fotovoltaica no lago da PCH Santa Marta, no município de Grão Mogol. O Veredas, Sol e Lares é um projeto piloto de hibridização de geração de energia elétrica, que produzirá energia solar a partir de placas fotovoltaicas localizadas na superfície do lago da PCH Santa Marta. Apesar de uma usina hidrelétrica híbrida no Brasil ser novidade, o que mais chama atenção não é somente o viés tecnológico, mas a participação social na implementação, operação, manutenção, beneficiamento com a energia produzida e a discussão sobre o desenvolvimento regional a partir das comunidades.



ENERGIA ELÉTRICA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA ACESSO AO DIREITO HUMANO DE MORADIA DIGNA NO VALE DO JEQUITINHONHA

Gessica Steffens¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Aline Weber Sulzbacher²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: gessicasteffens@gmail.com

Resumo

A pesquisa, em andamento, tem por objetivo investigar o acesso à moradia digna no espaço rural de comunidades do Vale do Jequitinhonha e sua correlação com o acesso à energia elétrica e as políticas públicas de habitação. Assim, um dos focos é a discussão sobre a relação entre a questão energética e a qualidade de vida de residentes de áreas rurais, considerando que a moradia digna é um direito humano. A pesquisa vincula-se ao PPGER e tem como procedimentos metodológicos a realização de visitas em alguns municípios do Vale do Jequitinhonha de forma a identificar e delimitar os locais e famílias que serão os sujeitos do estudo; entrevistas com as famílias escolhidas; coleta de dados secundários sobre os locais e constante pesquisa bibliográfica a respeito dos temas propostos. A questão energética vem sendo cada dia mais debatida no Brasil, pois se refere aos conflitos e disputas envolvidos em toda cadeia vinculada à matriz energética (de diferentes fontes), considerando que o acesso à energia é um fator de desenvolvimento, de cidadania e de soberania das nações. Em específico, o setor elétrico apresenta alta lucratividade e, por isso, torna-se alvo de especulação, interesses e investimento por parte de empresas multinacionais que fazem da produção de energia um grande negócio. Por outro lado, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), ainda existem no país 20 milhões de pessoas sem acesso à energia elétrica. Sabe-se também, que as populações atingidas por modelos de produção de energia vinculadas às usinas hidroelétricas não possuem seus direitos garantidos em nenhuma lei específica no país. Essas populações, principalmente as moradoras em áreas rurais sofrem inúmeras violações de direitos humanos, entre eles o direito à moradia adequada. A moradia rural deve ser vista para além da simples residência. No espaço rural, é fundamental considerar toda a prática familiar, pois o morar e o trabalhar estão intrinsecamente ligados e, por vezes, ocorrem na mesma unidade física. As relações de lazer, de espaços de convivência e até mesmo relações de trocas são vistas de forma diferenciada no mundo rural. Sendo assim, pressupõe-se toda uma lógica de organização que respeite esse ambiente. Para tanto, os programas habitacionais desenvolvidos no Brasil desde a última década devem ser articulados a outros fatores relacionados ao planejamento territorial e precisam necessariamente levar em consideração as especificidades das famílias e das regionalidades arquitetônicas existentes no país, tais como: materiais e técnicas construtivas locais, clima, cultura local entre outros. Questões como o acesso a lazer, educação, saúde preventiva, fontes de geração de renda, políticas fundiárias, além de serem direitos constitucionais



promovem o real desenvolvimento rural. Portanto, se o acesso à energia ainda não é uma realidade para todas as famílias rurais, o acesso à moradia é igualmente uma utopia. Ambos se referem à direitos do cidadão e são imprescindíveis para melhoria da qualidade de vida e, sobretudo, para que seja possível discutir perspectivas de desenvolvimento rural a partir de projetos e potencialidades locais. Ao modo como está posto, o atual modelo energético e o modelo de habitação brasileiro atende aos interesses da especulação mercadológica e garante a lucratividade dos grandes empreendimentos, sem a devida atenção para a função social da moradia e a da energia elétrica.



SINDICALISMO RURAL, TRABALHADORES E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA-MG (1971-2018)

Túlio Henrique Pinheiro¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Edneila Chaves²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: henrique.ulio@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o tema sobre sindicalismo rural no Brasil. Ele está em fase inicial de desenvolvimento no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER/UFVJM), vinculado à linha de pesquisa do Programa “Configuração do Rural, Política e Meio Ambiente”. O problema de pesquisa consiste em investigar sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina/MG frente à representação de interesses dos trabalhadores sindicalizados. O marco temporal para a investigação situa-se da criação deste sindicato em 1971 até a atualidade. Pretende-se verificar quais interesses dos trabalhadores rurais têm sido representados pelo sindicato e quais reivindicações têm sido pautadas pelos trabalhadores. É de interesse observar que impactos o processo de sindicalização e a representação de interesses têm promovido para os trabalhadores. A hipótese é que este sindicato tem sua principal atuação na defesa da seguridade social dos trabalhadores rurais, conforme se verifica na literatura em referência a sindicatos rurais em nível nacional e conforme informações preliminares sobre o sindicato de Diamantina. Este tem contribuído para a regulação do espaço rural e favorecido a permanência da população do campo, com sua atuação em prol da previdência social. No entanto, para a atualidade, a relação dos elementos seguridade social e permanência no campo assume diferente configuração, com o processo de emigração da população rural e sua consequente redução. Assim, ao tomar como objeto de estudo o sindicalismo rural em Diamantina, será abordado sobre a configuração do rural local e circunscrita em esfera regional, no Vale do Jequitinhonha. Para a abordagem do tema sindicalismo rural e a caracterização do objeto de estudo, será feita revisão da literatura pertinente, para tratar-se do processo de criação de sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil e para investigar sobre esse processo especificamente para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Serão consideradas questões em âmbito do agrário, das lutas sociais no campo e do próprio sindicalismo rural. Tendo em vista o tema, o problema de pesquisa e o objeto de estudo, pretende-se: verificar sobre o perfil dos trabalhadores rurais vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, verificar sobre o perfil da população rural em suas condições de permanência no campo e no aspecto migratório; verificar a atuação desse sindicato na representação de interesses dos trabalhadores; identificar os interesses garantidos pelo sindicato, bem como as reivindicações postas pelos trabalhadores à instituição; identificar o significado da



sindicalização para os trabalhadores na relação com o sindicato; por fim, verificar os impactos para os trabalhadores na defesa e garantia de seus interesses por parte do sindicato. Tratando-se das fontes e da metodologia, serão feitas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Assim, serão realizadas: pesquisa bibliográfica em materiais que abordam o tema sindicalismo rural e pesquisa na legislação pertinente; pesquisa arquivística no acervo do Sindicato dos Trabalhadores; coleta de informações, por meio da produção de fonte oral, fundamentada na metodologia da história oral. Serão entrevistados segmentos de trabalhadores rurais sindicalizados e não sindicalizados e de dirigentes e funcionários do sindicato em questão.



Sessão de comunicação XII

AGROECOLOGIA, CIÊNCIA, PRÁTICA E MOVIMENTO: O HOMEM COMO SUJEITO

Ângela Aparecida Santos¹

Professora mediadora presencial/IFNMG; Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais/UFVJM; Especialista em EAD/IFNMG; Engenheira Agrônoma/UFMG

Maycon de Souza Ferreira²

Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais/UFVJM

Moisés Gonçalves de Melo³

Graduado em Administração pública-IFNMG

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda o tema agroecologia, sendo que o problema de pesquisa consiste em discutir como se deu o papel das revoluções agrícolas e da ciência na relação homem-natureza, objetivando evidenciar o papel das revoluções na relação dos sujeitos do campo com a natureza, quais paradigmas surgiram em substituição aos paradigmas em crise, e de que forma é possível retomar o homem a sua condição de sujeito na relação direta com a natureza. A pesquisa é bibliográfica, dialogando com artigos que abordam as temáticas revoluções agrícolas, avanço da ciência e sua crise, paradigmas emergentes. Nestes termos buscamos estabelecer diálogo com os autores Santilli(2009), Carvalho(2009), Santos(2010), Hetch(2002), caporal(2009), Costabeber(1999), Guzman(2011), dentre outros estudados no decorrer da disciplina agroecologia e questões sociais do campo ministrada durante o segundo semestre de 2017 no mestrado interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Desde a revolução neolítica a relação homem natureza vem sendo impactada, social e culturalmente. Com a proposta de modernização pensava-se com as revoluções, especialmente com a revolução verde, uma hegemonização dos modelos de produção a fim de atender ao modelo agroexportador capitalista, este que, com demandas cada vez mais crescentes, impôs a aliança entre modernização e ciência. A ciência instituída enquanto saber hegemônico e totalitário, somada à visão da grande exploração, corrobora com a concepção dos colonizadores europeus, responsáveis pela desvalorização e desqualificação dos saberes e práticas dos homens em exercício nas atividades agrícolas, muito antes da chegada de Colombo às Américas. A evolução da agricultura, em termos de incorporação de ferramentas instrumentos e técnicas de trabalho considerados mais eficientes, foi responsável pelo distanciamento gradual do homem da sua relação com a natureza enquanto ser imerso em uma totalidade e detentor do saber necessário para se configurar enquanto sujeito, que com o advento da ciência moderna perde o posto para esta. A ciência se institui doravante enquanto sujeito, mas de caráter especializado, atomizado, fragmentado, aliado aos interesses do capitalismo, da agricultura moderna ou industrial, embora não se sustente por muito tempo, chegando a um ponto que não é mais capaz



de dar as soluções aos problemas por ela mesma criados, esta vê-se diante de uma crise, que impõe a necessidade de um novo paradigma. A agricultura moderna amparada pela ciência moderna também se vê em crise e não consegue cumprir os objetivos propostos, inclusive de erradicar a fome. A crise de um paradigma traz consigo o perfil do paradigma emergente, desta forma a crise do paradigma da racionalidade científica e do paradigma da agricultura moderna ou industrial, fazem emergir a necessidade de construção de novos paradigmas. O paradigma interdisciplinar surge como paradigma em substituição a paradigma da ciência moderna e a agroecologia como paradigma em substituição ao paradigma da agricultura industrial ou moderna. A agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento constitui um paradigma de abordagem interdisciplinar capaz de retomar o homem a sua condição de sujeito na relação direta com a natureza, capaz de retomar o todo compartimentalizado, integrando questões sociais, culturais, ambientais e agrícolas, valorizando e integrando o saber decorrente das práticas e vivências ao conhecimento científico.



CAMPONÊS COMO AGENTE INOVADOR TECNOLÓGICO

Hulie Gonçalves Andrade¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (UFVJM)

Claudenir Fávero²

Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais e da Faculdade de Ciências Agrárias (UFVJM)

E-mail do autor principal: hulie_andrade@hotmail.com

Resumo

Considera-se uma inovação tecnológica a introdução e adoção de produtos/serviços ou processos que se apresentem como novidades. O desenvolvimento da agricultura brasileira contou com instituições de pesquisa e seus frutos, as inovações tecnológicas, propostas sob um modelo de agricultura dito “moderno”, a agricultura convencional, que vem a ser o sistema hegemônico vigente na atualidade. Porém, tal circunstância fomentou a exclusão social e econômica dos camponeses. O objetivo desse trabalho é propor uma reflexão, através de uma revisão bibliográfica, sobre a concepção engendradora de inovações tecnológicas. Percebe-se que sob a perspectiva da agricultura convencional hegemônica há a concepção que considera os camponeses como sendo tecnicamente atrasados e socialmente rudes, de forma que alija-os dos projetos ditos “modernizadores”, que por sua vez propõe intervenções estranhas dissonantes da sua lógica. Assim, sob um olhar colonizador avalia-se como “atraso”, a partir de comparativos que violam a singularidade do modo de vida. As inovações tecnológicas “modernas” propostas pela agricultura convencional, consideradas superiores a agricultura tradicional praticada pelos camponeses, visam ganhos em produtos e aumento da produtividade, numa ligação estreita dos órgãos públicos e privados de pesquisas, protegidos pelas leis que asseguram investimentos e retornos, com o respaldo legislativo, que permitiu afirmar um nicho de mercado em uma cadeia dependente. Porém, o modo camponês vale-se de outros valores para além da produtividade, em que as inovações tecnológicas construídas, adotadas e difundidas têm a ver com seus recursos disponíveis, assim como fatores estreitamente ligados as relações desse modo de vida, como a reciprocidade. Logo, restringir-se a origem das inovações as interações econômicas é um equívoco, perante a natureza sistêmica não somente dos ambientes econômicos, mas também da sociedade, ambos determinantes para produzir ou não a inovação. As racionalidades das decisões, ainda que diversificadas e circunscritas a uma mesma condição, não são norteadas exclusivamente por maximização produtiva. A construção social do processo de inovação do camponês envolve além da adaptação de saberes e conhecimentos das gerações passadas para a realidade atual, o agente inovador pode sofrer influências de inúmeras origens sociais ou institucionais, endógenas ou exógenas, imerso em uma gama de conexões despertadas pelas inovações tecnológicas que vão desde a construção do conhecimento até a transferência para a comunidade ou não, que compõe uma teia de relações.

Apoio: FAPEMIG, NAC-UFVJM.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM – DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



INTERCÂMBIOS DE CONHECIMENTOS E SABERES AGROECOLÓGICOS NO SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS

Barbara Letícia Lopes¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Ivana Cristina Lovo²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Claudenir Fávero³

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: barbaralopes098@gmail.com

Resumo

O semiárido mineiro está inserido nas regiões do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, estando estas, dentre as regiões brasileiras com maior adensamento de agricultores familiares. Num total de mais de dois milhões de habitantes, cerca de, 41% vive na zona rural, ou seja, aproximadamente, 845 mil pessoas estão no campo (IBGE, 2010). Segundo o relatório Informe de Síntese, do Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC, 2007), as regiões semiáridas do planeta serão as mais impactadas pelas mudanças climáticas globais, já sendo observadas mudanças no regime hídrico e na temperatura e, conseqüentemente, alteração do calendário agrícola o que implica no tensionamento das estratégias agroalimentares. Como parte das ações do plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais foram definidos 12 (doze) agroecossistemas de referência para um processo de caracterização, análise e monitoramento em relação a resiliência às adversidades locais e às mudanças climáticas. São agroecossistemas baseados nos princípios da agroecologia ou em transição agroecológica e localizados nos municípios de Diamantina, Veredinha, Turmalina, Coronel Murta, Itinga e Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha e Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Serranópolis de Minas e Varzelândia no Norte de Minas, representando diferentes contextos ambientais e socioeconômicos da região do semiárido de Minas Gerais. Foram realizadas duas viagens de intercâmbio envolvendo agricultores (as), professores(as), pesquisadores(as), técnicos(as) e estudantes pelas quais percorreu-se toda a região do semiárido mineiro, vivenciando-se cada um dos agroecossistemas de referência. A primeira viagem iniciou-se em Diamantina, percorrendo-se os agroecossistemas de referência localizados no Vale do Jequitinhonha, finalizando em Felisburgo e, a segunda, iniciou-se em Montes Claros, percorrendo-se os agroecossistemas do Norte de Minas, finalizando com o retorno a Montes Claros. Nas duas viagens foi dedicado um dia de vivência para cada agroecossistema. Os intercâmbios constituíram-se em momentos de aprendizado pelo contato com diferentes realidades e de formas diferentes de manejar os recursos naturais e de conviver com as adversidades presentes no semiárido mineiro. Nos intercâmbios foram realizadas, também, trocas de materiais propagativos como mudas e sementes, que proporcionaram a recuperação de variedades perdidas ou até a introdução de novas



espécies, possibilitando um aumento da diversidade em outros territórios, constituindo-se numa rede de trocas e de apoio entre agricultores e organizações.

Apoio: MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil e CNPQ.



TRANSIÇÃO AGRÍCOLA ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE TABOCA EM UNAÍ/MG

Ianna Santana Souza¹

Mestra pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Rosana Passos Cambraia²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: iannaforestal@gmail.com

Resumo

As percepções das mudanças causadas nas formas de cultivo de alimentos e nos modos de vida dos agricultores familiares, com a chegada do agronegócio, e dos impactos que essas mudanças vem trazendo em termos econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos, instigaram a levantar a seguinte questão: As famílias agricultoras reconhecem a mudança na forma de cultivo, do tradicional policultivo para o convencional intensivo vigente? O objetivo dessa pesquisa foi investigar o processo de transição agrícola que ocorre com agricultores familiares a partir dos cultivos intensivos na comunidade Taboca no município de Unaí (MG). A partir da década de 1960, a agricultura dos países latino-americanos passou a sofrer forte influência da chamada “revolução verde”, fundada basicamente sobre princípios de aumento de produtividade, com base na utilização intensiva de insumos químicos (adubos, agrotóxicos, etc.), mecanização, sementes melhoradas geneticamente e irrigação intensa. Instituiu-se uma nova relação entre natureza e homem, caracterizada pela troca da diversidade dos sistemas produtivos pelos modelos construídos em laboratório, baseado no método fortemente dependente de insumos externos, de elevada densidade técnica e científica e alto investimento de capital. Utilizou-se como metodologia nesse trabalho a pesquisa qualitativa, baseada na teoria fundamentada, que conjuga a pesquisa empírica com a reflexão teórica, por meio da emergência dos processos sociais e dos processos comportamentais de base, que permeiam os fenômenos indagados. As fontes primárias de informações foram geradas em entrevistas com agricultores familiares da comunidade Tabocas (Unaí, Minas Gerais, Brasil). Além das entrevistas, foram realizadas observações de campo e registro das situações no ambiente do local da pesquisa. A pesquisa baseada em dados obtidos diretamente com agricultores familiares, sob a perspectiva da sociologia rural, amplia a compreensão da transição agrícola que ocorre na região, e contribui com o planejamento de ações e programas que visem o bem-estar da população rural. Foi possível observar, nesta pesquisa, que ocorreram muitas mudanças ao longo dos anos nas formas de cultivo dos alimentos entre os agricultores familiares residentes na comunidade Taboca, onde os sistemas tradicionais de policultivos, com uso de adubos orgânicos advindos de esterco animal e compostagem, sementes crioulas, folhas secas e capim na cobertura do solo e arado de boi, foram substituídos por sistemas convencionais com uso de insumos químicos, espécies modificadas geneticamente e máquinas agrícolas. Além dessas mudanças observadas nas técnicas de plantios, foi possível a identificação de alterações nos encontros culturais em festejos tradicionais que aconteciam na comunidade com



certa frequência antigamente, além da tendência da individualidade das famílias em suas atividades cotidianas, acabando, por exemplo, com os trabalhos em mutirões.

Sessão de comunicação XV

A “NATUREZA SOCIAL” E OS LAVRADORES (A) DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE: AS RELAÇÕES SOCIAIS MARCADAS NO ESPAÇO NATURAL

Roberta Alves Silva¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Rosana Cambraia²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Rafael Pereira Santos³

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: alvesroberta81@gmail.com

Resumo

O final do século XV e início do século XVI é o marco temporal da base para a produção capitalista, período de desenvolvimento da acumulação primitiva na Inglaterra, que se deu basicamente com a separação drástica dos trabalhadores camponeses de seus meios de produção, obrigando-os a colocarem no mercado emergente sua mão de obra, criando uma classe de proletariado (Marx, 2013). A acumulação primitiva se repetiu em diversos países, preservando a essência do acontecido na Inglaterra, e, o Brasil não foi exceção. O novo sistema econômico trazia com o passar dos anos revoluções na forma de produção, com objetivo de acumular lucro máximo, e ao mesmo tempo transformar as bases socioculturais (Wood, 1988). Tais transformações modificaram as relações humanas com a natureza, porém permaneceram as resistências a este tipo de transformação. A comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no município de Veredinha-MG é um exemplo dessa resistência. O trabalho em questão discute a inquietação, de como os lavradores se relacionam com a natureza de forma a garantir certa estabilidade, em um contexto de pós revolução agrícola, onde se prega a produtividade máxima sob a luz de novas técnicas e tecnologias e na situação em que o mercado tende a se fazer presente exigindo tantos imperativos? Assim sendo, o objetivo é compreender as singularidades das relações socioeconômicas e culturais entre os lavradores da comunidade de Monte Alegre e a natureza, em suas diversas formas. A estratégia metodológica empregada, além do levantamento bibliográfico utiliza elementos da pesquisa participante de Brandão, (1999) no que diz respeito à imersão dos pesquisadores no cotidiano e práticas da comunidade, interagindo de dentro e construindo com eles a reflexão a respeito das atividades e do espaço. Antônio Candido (2010) nos traz a ideia de que “as existências



de um grupo social pressupõem a obtenção de equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio”, o que dependerá do tipo de organização que se desenvolve nessa perspectiva. A comunidade preocupa com a conservação do meio em seus processos organizacionais de tal maneira, que, a relação entre ambos passa a ser de troca (Mauss, 2013) e não de exploração. A relação se baseia na justa medida do que a natureza pode ofertar dentro das necessidades humanas, e estes últimos procuram entender o momento e o modo de usufruir e retribuir. O sagrado além de alimentar a espiritualidade, é também um guia nesse processo, de maneira a contribuir no modo de tecer o diálogo com a natureza em suas temporalidades. O homem necessita de uma organização que lhe de acesso à comida, tão logo percebe a necessidade dela e, isso leva ao alinhamento de tais necessidades (Antônio Candido, 2010). Torna-se então necessário o ajuste do meio com a organização social, e poderíamos dizer que o natural induzirá tais organizações, e sobre seu caráter inferiríamos que seria de estabilidade, tal como as relações se dão na natureza. A partir daí compreendemos o porquê da economia “fechada” (Queiroz, 2009) baseada em grande parte na essência da troca. “São coisas dadas e retribuídas (...) as pessoas se dão ao doar, e, se as pessoas se dão é porque se devem- elas e seus bens aos outros” (MAUSS, 2013).



MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Jackeline Canuto Mendes¹

Discente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Claudenir Fávero²

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: jackecanuto@hotmail.com

Resumo

Diante da realidade de exploração e dominação cultural exercido sobre as mulheres pelo sistema patriarcal, é importante, para a transformação desse quadro de subordinação, iniciativas de organização das mulheres visando seu empoderamento enquanto gênero oprimido. Além disso, devido a divisão sexual do trabalho determinado pelo patriarcado, importantes saberes foram construídos tradicionalmente por mulheres camponesas que permitiram a autonomia e resistência de famílias e comunidades. As práticas tradicionais milenares de interação com a natureza que permitiram essa autonomia, e ainda permitem, são elementos fundamentais para a construção da agroecologia. Visando contribuir para a construção do conhecimento agroecológico e para o entendimento sobre a importância da organização das mulheres nessa construção a pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) intitulada “A agroecologia enquanto construção social coletiva em grupos de mulheres”, que se encontra em desenvolvimento inicial, pretende avaliar transformações ocorridas na vida de participantes de dois grupos comunitários de mulheres a partir de uma perspectiva feminista. O objetivo desta proposta de comunicação oral é apresentar a primeira parte da pesquisa que consistiu na revisão bibliográfica para o embasamento teórico sobre os conceitos de agroecologia, patriarcado e feminismo, assim como, sobre a importância das mulheres na construção do conhecimento agroecológico. O estudo observou que o patriarcado é a ideologia de dominação mais antiga de que se têm registros e que, com a divisão social do trabalho desse sistema de dominação, as mulheres construíram, principalmente no âmbito da casa e do quintal, práticas agrícolas tradicionais milenares e fundamentais para a construção da agroecologia. Observou-se que, por sua vez, a agroecologia é entendida enquanto um paradigma de transformação social com base na interação ecológica, a partir de ações sociais coletivas, do ser humano com a natureza da qual faz parte. Esse paradigma apresenta alternativas de autonomia local e bem viver frente ao sistema de dominação e exploração capitalista. Porém, constatasse que as mulheres realizam em média 40% das atividades agrícolas da unidade familiar, mas tem seu trabalho socialmente invisibilizado e que sua participação na comercialização da produção também é tímida. A exclusão das mulheres se traduz, ainda, nas dificuldades e entraves referentes à posse, título, acesso e controle da terra, no mundo, apenas 1% das terras estão registradas em nome de mulheres. A dificuldade no acesso a políticas de crédito, assistência técnica e capacitação adequada no meio rural também é mais acentuada para as mulheres, observasse que no Brasil 62,8% de agricultoras rurais não acessaram nenhum tipo de crédito.



Apoio: Bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PROTAGONISMO DAS MULHERES AGRICULTORAS NA GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Wanessa Alves Pereira de Souza

Instituição: Universidad de la República – Universidad Nacional de Quilmes Diploma en Ciencias Humanas: opción Estudios Agrarios Latinoamericanos.

E-mail: wanessaagroeco@gmail.com

Resumo

Na sociedade brasileira a reprodução social da vida é praticada principalmente pelas mulheres, existindo uma diferença entre o trabalho de homens e mulheres do qual se conceitua enquanto gênero (PULEO, 2014). O trabalho das mulheres é comumente encontrado na esfera privada, no trabalho doméstico e nas atividades de cuidado (PARADA, 2016). São especialistas em saberes sobre a produção de alimentos e a saúde, assumindo um papel estratégico em questões identificadas como agroecológicas. Por agroecologia, neste contexto, se entende como um enfoque científico que fundamenta os processos contínuos de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, que garante como um dos resultados a segurança alimentar (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). Neste sentido o problema de pesquisa deste resumo é compreender como o modo de vida das mulheres agricultoras contribuem para a segurança alimentar? Possui como objetivos organizar os elementos referentes ao modo de vida das mulheres agricultoras: o trabalho na agricultura e as ações agroecológicas, visando aprofundar na compreensão do seu papel na segurança alimentar. As mulheres assumem um lugar importante na agricultura desde a pré-história, quando as famílias eram nômades, até os dias atuais. Estudos afirmam que foram elas quem descobriram as primeiras técnicas de plantio e colheita, possibilitando a instalação em um mesmo local (SANTOS et al., 2009). Segundo Parada (2016) nos países em desenvolvimento as mulheres produzem entre 60 e 80% dos alimentos, significando metade dos produzidos no mundo inteiro. A metodologia deste trabalho se consistiu na revisão teórica e posteriormente na sistematização dos resultados das pesquisas desenvolvidas pela autora de sua monografia que tem como título: “Contribuição da Agroecologia na formação de grupos de mulheres trabalhadoras rurais” e de sua dissertação: “A Participação das Mulheres na Agroecologia”. Foi sistematizado os resultados referentes a compreensão e comprovação do trabalho das mulheres agricultoras; as ações agroecológicas e a forma de produção desenvolvidas por elas. Os sujeitos principais dos estudos foram as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, entre os anos de 2011 e 2014 respectivamente. Referente a estes pontos podemos destacar os seguintes resultados: as mulheres assumem, praticamente, sem ajuda dos homens, a educação dos filhos, os trabalhos domésticos e a produção no quintal. São as responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos, utilizam de práticas da agroecologia no trabalho de produção de alimentos nos quintais, local de autonomia e protagonismo das mulheres, considerado um espaço de extensão da casa, que garante a subsistência, sustento da família. Todavia desenvolvem também trabalhos nas lavouras tendo a conotação de “ajudante” dos homens. Utilizam práticas ecológicas



de controle de pragas e doenças, de sanidade animal e de adubos orgânicos, havendo uma relação com as plantas medicinais, e a produção da diversidade do local. Em sua produção os alimentos são sem agrotóxicos; existindo a preocupação e os cuidados com uma alimentação mais “natural”, de valor nutricional e preventivo de algumas doenças. No manejo das plantas utilizam técnicas de policultivo; suas hortas medicinais e comestíveis são na maioria das vezes plantadas no mesmo espaço. Diante destes aspectos Siliprandi (2012) assegura que as mulheres possuem um acúmulo de conhecimentos e experiências em áreas estratégicas para a promoção da segurança alimentar.



PERFIL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO DISTRITO DE EXTRAÇÃO/ CURRALINHO, DIAMANTINA-MG

Kamila Cristina Freitas¹

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)/Biologia (UFVJM)/ Especialista em Licenciamento, Auditoria e Gestão Ambiental (UNOPAR)/ Mestranda em Saúde, Sociedade e Ambiente (UFVJM)

Ângela Aparecida Santos²

Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM)/ Especialista em EAD (IFNMG) /Engenheira Agrônoma (UFMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)/Zootecnista (UFVJM)

Viviane Cordeiro⁴

Bacharel em Humanidades (UFVJM)/ Tecnóloga em Gestão Ambiental (UNOPAR)/ Discente em Geografia (UFVJM)/Discente do curso técnico em Segurança do Trabalho (IFNMG)

Alberes de Paulo de Jesus⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Murilo Orlandi Miranda Gonzaga⁶

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁷

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁸

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

E-mail do autor principal: kamilacdf@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o tema agricultura no contexto de famílias agricultoras do distrito de Extração/Curralinho, localizado no município de Diamantina-MG. O projeto em questão de cunho extensionista, consiste em um estudo de caso, propondo-se investigar o perfil e as características de algumas famílias agricultoras e das unidades de produção em que estão inseridos, objetivando conhecer como estão configuradas em termos de diversidade produtiva, e quais suas especificidades para o contexto do distrito de Diamantina, Extração vulgarmente denominada Curralinho. Para a realização da coleta de dados foi submetido um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas a nove grupos familiares, aos quais previamente foi apresentada a proposta de pesquisa. Os questionários foram submetidos aos responsáveis pelos grupos familiares que se dispuseram a participar. Com os dados levantados constatou-se que maior parte dos sujeitos participantes é do gênero masculino (55,6%) e apresentam uma faixa etária maior que 45 anos de idade, sendo composta em seu grupo familiar entre 2 a 3 membros. Em relação à renda familiar desses sujeitos foram identificados com menos de 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários, onde apresentam um nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, seguido por ensino médio completo, ensino médio completo e analfabetos. A principal fonte de renda é oriunda de aposentadoria e autônomos, não participando de políticas públicas do governo, com exceção de um



sujeito que recebe bolsa família e 100% destes não possuem declaração de aptidão ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (DAP), desta forma não se configuram como agricultores familiares. Estes sujeitos se autodeterminam como autônomos e são proprietários da terra onde cultiva 60 % para o consumo familiar e 40% para consumo e venda em suas residências como, por exemplo, as mais cultivadas são as hortaliças em geral, laranja, limão, jabuticaba e mexerica respectivamente. Quanto à atividade pecuária os sujeitos se dedicam a avicultura com cerca de 90%. As unidades de produção apresentam diversidade produtiva já que apresentam produção oriunda tanto cultivo de algumas espécies quanto à criação de animais. Essa produção é utilizada para consumo familiar e ocasionalmente para venda para residentes, turistas e o uso em seu próprio comércio na preparação das alimentações. Portanto podemos perceber que no distrito de Extração os agricultores participantes não possuem como principal fonte de renda, a prática da agricultura e da pecuária.



Sessão de comunicação XVI

ANÁLISE DOS AGROTÓXICOS MAIS UTILIZADOS NA MICRORREGIÃO ALTO URUGUAI: ESTUDO DE CASO NA LINHA ANCHIETA – TRÊS ARROIOS/RS

Giomar Luis Nhevinski
Discente de Agronomia (UFVJM)

E-mail: giomarluishnevinski@gmail.com

Resumo

A presente proposta de pesquisa visa discorrer sobre a questão dos usos dos agrotóxicos em solo brasileiro, usando como estudo de caso a comunidade rural Linha Anchieta/Rio Grande do Sul. Os debates sobre campo – cidade, modernização agrícola, êxodo rural e inúmeras questões relacionadas abrangem diversas áreas do conhecimento. Porém em inúmeras situações, o espaço rural não é entendido/atendido em suas especificidades e por consequência é tratado como espaço de “atraso”, “ignorância” e “carência” e desinteresse por parte dos pesquisadores.

Segundo o estudo “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, que analisou dados coletados entre 2007 a 2014, aponta 25.106 casos de intoxicação por agrotóxicos, em três vias ao aplicador, aos moradores de regiões de aplicação e também aos consumidores destes alimentos além da contaminação da água ingerida. Porém, de acordo com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) para cada caso de intoxicação notificada estima-se que outros 50 não sejam notificados, uma subnotificação de ordem 1 para 50.

A microrregião de Erechim localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul, abrange 30 municípios dos quais a maioria são de pequeno porte e com caráter essencialmente agrícola. Esta pesquisa tem por objetivo principal, apontar os níveis de concentração em solo e água dos cinco agrotóxicos de maior ocorrência na comunidade Linha Anchieta no município de Três Arroios/ RS. A pesquisa se desenvolverá de forma qualitativa e quantitativa. De forma a abarcar tanto a questão de proximidade com as famílias da comunidade quanto o caráter mais técnico de pesquisa, sempre tão elucidado pela academia. Será aplicado questionário para as famílias a fim de descobrir os cinco agrotóxicos mais usados pelos mesmos e realizadas análises de solo e água a fim de constatar os níveis de ocorrência dos agrotóxicos elencados pelos agricultores. Por fim realizar-se-á a comparação entre os níveis de resíduos encontrados nas amostras com os níveis máximos permitidos para o Brasil e a síntese do conteúdo para retorno da pesquisa para a comunidade rural.

Espera-se ao final da pesquisa, com a posse desses dados, elaborar comparativos do observado e vivido pelos agricultores no cotidiano rural com os níveis de agrotóxicos encontrados em solo e água através das análises propostas. Expor os riscos ao meio ambiente e à saúde com o uso dos agrotóxicos e através disso, espera-se fomentar a redução ou mesmo substituição do modo de produção existente por um modo de



produção orgânico e /ou agroecológico que propicia uma melhor qualidade de vida para os moradores do campo.

QUEDA DA MINERAÇÃO E INCREMENTO DA AGRICULTURA EM DATAS-MG: PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES E NÃO FAMILIARES NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS, 2016 A 2017

Ângela Aparecida Santos¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM)

Alberes de Paulo de Jesus²

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira³

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Geralda de Jesus Carvalho Silva⁴

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Ivana Pires de Sousa Baracho⁶

Mestra em produção vegetal/Engenheira agrônoma (UFVJM)

Kamila Cristina Freitas⁷

Licenciada em Biologia (UFVJM)

Moisés Gonçalves de Melo⁸

Graduado em administração (IFNMG)

E-mail do autor principal: angelasantosead@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a temática agricultura em âmbito da produção de hortaliças no município de Datas-MG. O problema desta pesquisa é o de identificar quais as principais hortaliças cultivadas no município de Datas-MG, e investigar qual é a participação dos agricultores familiares e de não familiares na produção das principais hortaliças cultivadas no referido município. Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica para compreensão de como se deu a construção da categoria agricultura familiar e o reconhecimento dos seus sujeitos os agricultores familiares, e análise de dados secundários referentes ao cenário agrícola de Datas, dados referentes ao ano agrícola 2016/2017 cedidos pelo extensionista do escritório local da empresa de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais-EMATER-MG, além dos dados dos censos de 1995/1996 e 2006. A agricultura em Datas foi gradualmente incrementada após a queda das atividades de mineração e com a chegada dos produtores de morango vindos da região sul de Minas Gerais. Pelos dados dos censos analisados houve tanto aumento do número de estabelecimentos de agricultores não familiares e de estabelecimentos de agricultores familiares, com a predominância destes, além da evolução em percentagem de área cultivada no município publicados pelo IBGE(2010)



o que confirma o incremento gradativo da agricultura no município após a queda da mineração. Quanto à construção da categoria agricultura familiar enquanto modelo de produção, esta se deu graças aos movimentos sociais com a contribuição das vertentes social, política e acadêmica. Em relação às principais hortaliças cultivadas em Datas-MG, estas são alho, batata inglesa, cebola, mandioquinha salsa, morango, tomate de mesa, Brócolis, cará, quiabo, pimenta malagueta, pimentão, abobrinha, abóbora comum, cenoura e beterraba, sendo a maioria cultivadas tanto por agricultores familiares e por agricultores não familiares, somente a batata inglesa é cultivada somente por agricultores não familiares e a mandioquinha salsa, o brócolis, o cará, o quiabo, a cenoura e a beterraba somente por agricultores familiares. O morango também é cultivado mais por agricultores familiares do que por não familiares, contribuindo com 70% da produção total. O tomate de mesa também é cultivado mais por agricultores familiares do que por não familiares, aqueles produzindo 60% do total produzido. A pimenta malagueta também é cultivada mais por agricultores familiares do que por não familiares, embora a produção dos não familiares seja maior. O cultivo do pimentão também apresenta maior número de agricultores que dedicam a esta atividade, mas a maior produção 80% provém da produção dos agricultores não familiares. A abobrinha e a abóbora comum são cultivadas apenas por agricultores familiares, sendo a maior produção também resultante da produção destes, em torno de 90%. No cenário agrícola de Datas, em relação ao cultivo de hortaliças, há a participação tanto de agricultores familiares quanto de agricultores não familiares, com a predominância dos agricultores familiares. Em termos de produção para a maioria das hortaliças é maior o percentual advindo da produção de agricultores familiares, o que revela a expressividade desta modalidade de produção na produção de alimentos nos pequenos municípios conforme já evidenciado nos dados dos censos agropecuários.



RELAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: CEREAIS E LEGUMINOSAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA EM 2007

Kamila Cristina Freitas¹

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG) Mestranda em Saúde, Sociedade e Ambiente (UFVJM)

Ângela Aparecida Santos²

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM)

Ivana Pires de Sousa Baracho³

Mestra em Produção Vegetal (UFVJM)

Viviane Cordeiro⁴

Discente em Geografia (UFVJM) /Discente do curso técnico em Segurança do Trabalho (IFNMG)

Dayane Josiane Vieira⁵

Discente curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Murilo Orlandi Miranda Gonzaga⁶

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Adrielle Maraline da Silva⁷

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

Hugo Moisés Mesquita⁸

Discente do curso técnico em agropecuária (IFNMG)

E-mail do autor principal: kamilacdf@gmail.com

Resumo

A pesquisa aborda o tema produção agrícola em âmbito da produção de cereais e de leguminosas no município de Diamantina. O problema de pesquisa consiste em investigar a produção em toneladas e área cultivada, área colhida, produção e produtividade de cereais e de leguminosas no ano de 2007, com os objetivos de identificar quais são os cereais e leguminosas cultivadas, identificar a produção, a produtividade e as áreas cultivadas e colhidas referentes a cada uma, além da produção em valor monetário. Como procedimento metodológico adotou-se a análise de dados secundários referentes a produção agrícola do município de Diamantina-MG publicados no Censo agropecuário - IBGE referente ao ano de 2007. Com a pesquisa constatou-se que os cereais cultivados no município são milho e arroz, e como leguminosa, o feijão. Em termos de extensão de área cultivada o milho apresenta 800 hectares (ha), seguido de 650 ha de cultivo de arroz e apenas 5,0 ha de cultivo de arroz com casca. Em termos de produção em toneladas o milho apresentou 2400 Toneladas (t), seguida do feijão com 390 t e o arroz com apenas 6,0 t, observa-se que houve uma proporcionalidade entre extensão de área plantada e produção, sendo o milho a cultura que apresentou maior área plantada e também maior produção. Em relação aos dados de rendimento médio da produção em Toneladas por hectare (t/ha), o milho produziu 3,0 t/ha, o arroz 1,2 t/ha e feijão 0,6 t/ha. Observa-se que as culturas que apresentaram maior extensão de área plantada foram também as que apresentaram maior produção e maior produtividade. Em relação à correlação entre área plantada e área colhida, o milho, o



arroz e o feijão, tiveram a mesma quantidade de área plantada e colhida, demonstrando assim 100% de produção. A cultura que apresentou o maior rendimento final foi o milho com cerca de R\$ 919,00, devido a uma maior área planta e colhida. E cultura que apresentou uma menor rentabilidade foi o arroz com apenas R\$ 4,00. Pode-se concluir que, os produtores de Diamantina dedicam-se a plantação de milho, arroz e feijão, para o feijão e para o milho as condições de clima e solo são mais favoráveis, resultando assim em maiores áreas plantadas e conseqüentemente em maior produção de ambos. O arroz no município é pouco plantado devido às exigências da cultura que depende de climas quentes, úmidos e regiões alagadas para favorecer o seu desenvolvimento, justificando assim a pequena extensão de área plantada e baixa produção da cultura. Há também grandes e pequenos agricultores e pecuaristas da região que utilizam os produtos obtidos em sua própria lavoura de milho e feijão, para consumo animal e subsistência familiar.

Apoio: IBGE



NEO-RURAIS NO DISTRITO DE SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS E A RESSIGNIFICAÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS

Yuri Augusto Russo Gonçalves Pinto¹

Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

Marcos Lobato Martins²

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail do autor principal: yurigpinto@gmail.com

Resumo

Este presente trabalho tem por intuito promover a reflexão sobre as novas ruralidades e os efeitos nas paisagens culturais das zonas rurais. O processo de êxodo urbano vivenciados nos últimos anos, a busca por melhor qualidade de vida, desaceleração do trabalho e consequentemente do estresse, o decrescimento econômico e a preocupação com a sustentabilidade, sobretudo ambiental, auxiliaram a análise da realidade de algumas zonas rurais que perpassam por um movimento migratório angariando novos moradores e novos agentes sociais no campo, os neo-rurais. Estes neo-rurais, praticantes de métodos de desenvolvimento sustentável do território sob a ótica da permacultura e economia solidária aplicadas em suas ecocomunidades, estimulam as trocas de saberes e fomentam novas perspectivas de trabalhos e (re)ocupação do campo. Dessa forma, busca-se avaliar se há efeitos nas paisagens culturais das zonas rurais e caracteriza-las, proporcionando a esta pesquisa uma reflexão que consistirá em parte da dissertação do mestrado que integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e com financiamento da FAPEMIG. Essa proposta de pesquisa será analisada e discutida mais profundamente, tendo como recorte geográfico o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, pertencente ao município do Serro. Sendo assim, discutirá através do método de revisão da literatura a pergunta norteadora deste trabalho: as metodologias de gestão de desenvolvimento sustentável do território, praticadas pelos neo-rurais, formam um novo cenário no campo? Dessa forma, nas comunidades selecionadas, será investigado se ocorreram intervenções no âmbito visual, nos costumes, nos valores, nos hábitos e nas crenças e se são geradores de reformulações dos "antigos formatos de vida das pessoas nativas". Tendo isso, o propósito deste trabalho é identificar e avaliar os efeitos da presença dos neo-rurais em comunidades da região do Serro, bem como, discutir os desdobramentos em termos de ressignificações de paisagens, introdução e difusão de novas práticas econômicas e sociais capazes de alterar a gestão dos territórios rurais. Dessa forma, o trabalho será conduzido a identificar e examinar as transformações espaciais decorrentes deste processo e examinar as interações dos neo-rurais com os nativos das comunidades selecionadas e os impactos locais sobre as paisagens e as formas de vida e cultura nos territórios do Espinhaço.

Apoio: PPGER, UFVJM, FAPEMIG.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFMG
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM - DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



Sessão de comunicação XVII

SOCIALISMO ANDINO OU CAPITALISMO ANDINO? A QUESTÃO AGRÁRIA PÓS ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

Larissa Dulce Moreira Antunes

Discente do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais

Marivaldo Carvalho²

Docente do Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais

E-mail: larissa_dma@hotmail.com

Resumo

O tema deste projeto é a questão agrária após o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, paradigma constitucional surgido na América Latina no final do século XX, a partir das reformas nas constituições da Colômbia (1990-1991), Venezuela (1999), Equador (2007-2008) e Bolívia (2006-2009). Essas constituições são fruto de processos de mobilização social frente à situação de crise econômica, política e social experimentada nesses países. As suas causas mais notáveis são aplicação dos programas de ajustes estruturais de matriz neoliberal nos anos de 1970, crises de representatividade, bem como a forte condição de exclusão e desigualdade vivenciada por parcelas significativas dessas populações. O Novo Constitucionalismo se distancia e representa uma ruptura em relação aos modelos prévios, marcado pela participação popular, dependendo do caso, durante o processo de elaboração e aprovação das cartas magnas. Por ser um país agrícola a Bolívia, precisa debater a questão agrária. É possível pensar em distribuição de riquezas se se tratar da distribuição de terras, que é a grande geradora de riquezas. A reforma agrária neste contexto significa construir uma economia comunitária para substituir a agricultura capitalista. Tem-se o objetivo alcançar uma economia plural, equitativa, com autonomia indígena, como espaço descentralizado, criado pela própria constituição. Por sua vez, o objeto a ser estudado nesse projeto são as políticas adotadas pós Constitucionalismo, pelo governo de Evo Morales, que garantem uma redistribuição de terras na Bolívia, a fim de avaliar o acesso a terras, riquezas e qualidade de vida a população indígena e campesina. Este trabalho busca preencher essa lacuna no campo pesquisado, pela via da Ciência Política, Sociologia Rural e Sociologia Jurídica, propondo ir além das conclusões apresentadas até o momento, verificando empiricamente se o modelo de recondução da reforma agrária comunitária boliviana aproxima-se mais de um capitalismo andino ou um socialismo andino. Para alcançar os objetivos estabelecidos será analisado o aparente paradoxo existente entre o socialismo andino, e a política adotada pelo governo boliviano, conhecida como capitalismo andino, tendo como pano de fundo a questão agrária. A pesquisa se apoiará em uma metodologia qualitativa, de cunho descritivo e comparativo, para analisar o modo como o governo tem proposto e concluído a distribuição de terras para as populações indígenas e campesinas, e, se houve mudanças significativas neste aspecto. Será analisado o período posterior à promulgação da Constituição da Bolívia 2009 até os dias atuais. A descrição densa será focada em eventos de repercussão para o contexto político do país, tal qual a elaboração e



aplicabilidade de leis que garantem a distribuição de terras e auxilia a permanência da população no campo.

A ECONOMIA DA SEMPRE-VIVA EM MEADOS DO SÉCULO XX: O EXTRATIVISMO NOS CAMPOS RUPESTRES DE DIAMANTINA

Marcos Lobato Martins

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

Resumo

A partir da segunda metade do século passado, o extrativismo e a comercialização de flores e botões dos campos rupestres da região de Diamantina (MG), notadamente das chamadas sempre-vivas, adquiriram importância econômica em diversas comunidades. Distritos como Conselheiro Mata, Inhaí e São João da Chapada se destacaram nessas atividades, sendo que a coleta empregou expressivo número de mulheres e crianças, além de se articular, em diversos momentos, com a atividade garimpeira. A respeito da “economia da sempre-viva” existem muitas matérias jornalísticas, mas não há estudos acadêmicos mais apurados, especialmente no campo da história. Este trabalho objetiva preencher esta lacuna, dedicando-se a investigar, para o período compreendido entre os anos 1940 e 1970, a extração e a comercialização de flores e botões endêmicos na serra do Espinhaço nos distritos anteriormente citados. Empregando documentação cartorial, registros fiscais municipais e de empresas, jornais diamantinenses e história oral, são analisados os processos e os agentes envolvidos com a coleta e a comercialização de sempre-vivas no município de Diamantina, os padrões e as estruturas dessas atividades, enfatizando dimensões como: o uso dos campos pelas populações locais, as formas de trabalho, remuneração e controle da produção extrativista, as responsabilidades costumeiras (de coletores, comerciantes e proprietários dos campos), as práticas de intermediação das flores e dos botões nos mercados distritais e diamantinense, os serviços de beneficiamento da coleta, etc. A pesquisa aponta o alto grau de informalidade que caracterizou a “economia da sempre-viva”, a similaridade de relações de trabalho com o secular garimpo de diamantes, a participação decisiva de mulheres e crianças na coleta e beneficiamento de flores e botões e, para o final do período estudado, a inserção cada vez maior de homens na “economia da sempre-viva” e seu atrelamento ao garimpo, como mecanismo auxiliar de financiamento das catas diamantíferas em Inhaí e São João da Chapada. A pesquisa também problematiza a visão bastante difundida na academia, atualmente, da coleta de sempre-vivas como parte da multifuncionalidade das unidades camponesas locais, na medida em que realça o controle mercantil – portanto, externo às famílias camponesas – tanto dos campos de extração como da coleta e comercialização das flores e botões.

I ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS
GUIMARÃES ROSA E O ESPAÇO SOCIAL RURAL:
NARRATIVAS INTERDISCIPLINARES DESCOLONIZADORAS

Realização: PPGER - UFVJM
UFVJM

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018
CAMPUS JK/UFVJM – DIAMANTINA/MG

Apoio: CAPES



A JUSTIÇA LOCAL NO SERTÃO: TRANSGRESSÃO E TENSÕES SOCIAIS NO SERTÃO DO RIO PARDO-MG, SÉCULO XIX

Edneila Chaves

Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e dos cursos de História e de Bacharelado em Humanidades (PPGER-FIH-UFVJM)

E-mail: edneila.chaves@ufvjm.edu.br

Resumo

O artigo trata da temática da justiça local, em âmbito do Brasil no século XIX, com estudo para a sociedade sertaneja de Rio Pardo, no período de 1833-1872. Aborda-se a justiça criminal e cível de primeira instância, que foi instituída pelo Código do Processo em 1832 e modificada pela sua Reforma em 1841, consoante reformas descentralizadoras e centralizadoras. O objetivo foi de investigar a sociedade sertaneja em âmbito dos discursos formulados na câmara municipal de Rio Pardo para o espaço do sertão na relação com a condução da justiça local. Lá, os vereadores defenderam a ordenação do sertão, consoante aplicação da legislação vigente. Esse espaço social era compreendido como lugar que carecia de ordem e de respeito às leis. De fato, as tensões sociais e a violência permearam as relações cotidianas em Rio Pardo. Havia, de um lado, um cotidiano de tensões, marcado por comportamentos violentos, vistos como geradores de desordens, e, de outro, a defesa de uma prática administrativa judiciária ordenadora, com os dirigentes pressionando com a intenção de conter as práticas violentas, por meio de uma administração judiciária eficaz. A justiça considerada desqualificada e a distância espacial da vila do Rio Pardo em relação à sede da província em Ouro Preto eram elementos considerados constitutivos desse sertão. Uma visão para o sertão imbuída de significados atribuídos historicamente a esse espaço social: um lugar distante e marcado pela desordem. Tendo em vista a concepção das autoridades dirigentes locais sobre os males e a desordem da sociedade e o pronunciamento para ordená-la a partir do princípio normativo legal, tornou-se relevante investigar sobre esses elementos assim denominados pelos vereadores. Buscou-se verificar se em Rio Pardo, as transgressões às normas legais decorriam somente da falta de aplicação da lei e da localização espacial do seu sertão. As seguintes hipóteses foram formuladas: “os males e a desordem”, para além dos comportamentos criminalizados, poderiam expressar tensões sociais e modos de vida locais; a visão dos dirigentes não considerava a lógica interna da sociedade. Nos testemunhos de homens e de mulheres que formularam suas versões sobre os atos criminalizados, constatou-se a dinâmica local das relações cotidianas estabelecidas. Os comportamentos transgressores retratados nos testemunhos pontuaram os modos de vida instituídos, bem como as soluções encontradas para lidar com as tensões sociais: as ações consideradas criminosas imbuídas ou não de violência. Conclui-se que os comportamentos transgressores não se resumiram em fator localizado apenas em Rio Pardo. Os males” de Rio Pardo, identificados pelas autoridades locais, são compreendidos não como males inerentes ao sertão e permanentes porque a administração judiciária era ineficaz. Essa sociedade foi permeada por conflitos porque as relações estabelecidas geraram suas tensões, como o era para outras sociedades contemporâneas. De outro lado,



comportamento criminalizados não violentos evidenciaram modos de vida, marginalizados pela ordem social vigente.

UMA FAMÍLIA SENHORIAL NA DIAMANTINA OITOCENTISTA: OS NEGÓCIOS RURAIS E URBANOS DOS GOMES RIBEIRO

Marcos Lobato Martins

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

Resumo

Este trabalho analisa as múltiplas atividades econômicas de integrantes da família senhorial diamantinense dos Gomes Ribeiro, espalhadas no território do vasto município no século XIX, especialmente nos distritos sede, de São João da Chapada e de Curimataí. A ênfase recai sobre os irmãos tenente coronel Luiz Gomes Ribeiro e major Francisco Gomes Ribeiro. O primeiro foi comerciante de fazendas secas e fazendeiro; o segundo foi fazendeiro, minerador e comerciante de escravos. Ambos construíram fortunas consideráveis com base em negócios desenvolvidos tanto em espaços rurais como urbanos, atendendo demandas provenientes de fregueses que habitavam o campo e a cidade, negócios que, no caso de Luiz, foram comandados a partir de residência em Diamantina e, no caso de Francisco, de residência na Fazenda do Caeté-Mirim, no distrito de São João da Chapada. As fontes empregadas, compulsadas na Biblioteca Antônio Torres (Iphan-Diamantina), são variadas: contas, libelos, inventários, matrículas de escravos, procurações, contratos de sociedades, processos de arbitramento. A documentação pesquisada situa-se entre os anos de 1843 e 1877. Conclui-se pela sólida ancoragem dos negócios dos Gomes Ribeiro na propriedade de terras e na exploração agropecuária, bem como pela adesão de ambos aos padrões do que se convencionou chamar de “velha riqueza”, isto é, fortunas concentradas em imóveis, escravaria e dívidas ativas. E também pela necessidade de refletir sobre as dimensões propriamente espaciais dos afazeres das elites proprietárias oitocentistas, para melhor compreender suas trajetórias/decisões de negócios.